

Defesa Nacional



SETEMBRO
1952

NÚMERO
458

General **JUAREZ DO NASCIMENTO F. TAVORA**, Diretor-Presidente.
General **ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO**, Diretor-Gerente.
Coronel **ADALARDO FIALHO**, Diretor-Secretário.

RIO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

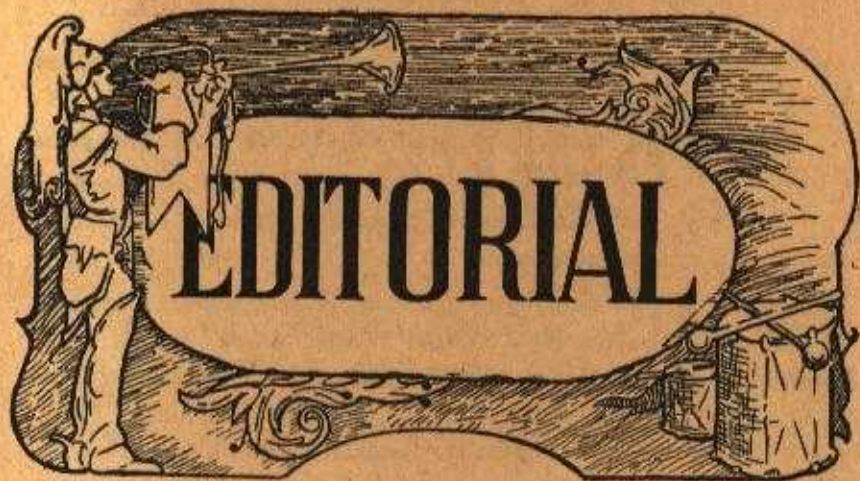
Ano XXXIX

BRASIL — RIO DE JANEIRO, SETEMBRO DE 1952

N. 438

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial.....	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
A defesa contra desembarques aéreos — Transcrição da Redação.....	7
Os guerrilheiros na frente russa — Transcrição da Redação.....	13
Defesa contra a ameaça atômica — Tradução do Maj. Luiz Felipe Silva Wiedemann.....	23
A Engenharia na batalha — Tradução do Maj. Floriano Möller.....	31
Defesa local na Artilharia de Costa Motorizada — Cel. Newton Franklin do Nascimento.....	37
Reflexões sobre a defensiva — Tradução do Maj. Floriano Möller.....	39
Ensinaamentos da guerra da Coréia — Tradução do Maj. Cesar Neves.....	45
O "Rizsa Fan" — Tradução do Cap. Paulo Miranda Leal.....	49
Considerações em torno de um processo seletivo-orientador para o Alto Comando — Cap. Nazareno Fortes de Brito.....	57
Ginástica de condição — Cap. Estevam Meireles.....	65
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
Problemas da racionalização administrativa no Brasil — General Juarez Távora.....	77
Considerações sobre a última revolta na Bolívia — Tradução do Maj. Floriano Möller.....	89
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
Um aspecto da atuação militar de Pétain — Tradução do Maj. Floriano Möller.....	95
Estrutura geopolítica da Amazônia Brasileira (Continuação) — Maj. Brigadeiro Lysias A. Rodrigues.....	101
A fundação do Clube Militar — M. Paulo Filho.....	111
Evolução das nossas fronteiras — VI — Cap. Luiz Alberto de Freitas.....	113
DIVERSOS	
O Serviço Nacional Obrigatório — Cel. Adalardo Fialho.....	117
Pontos de vista de alguns... sobre alguns pontos de interesse do Exército — Cel. J. H. Garcia.....	123
Um importante problema de Assistência Social — Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro.....	127
Santo Antonio Militar no Brasil — P. J. Busato.....	129
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	137
NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR.....	141
ATOS OFICIAIS.....	145



"7 DE SETEMBRO"

Ao ensejo de mais um aniversário de nossa independência, não podemos senão olhar com confiança o futuro da Pátria. É verdade que o Brasil atravessa, no momento, aguda fase de sua "crise de crescimento". Mas só os derrotistas ou, no mínimo, os cépticos, poderão vislumbrar, em alguns sintomas econômicos passageiramente inquietantes, a existência de algum processo de estagnação ou mesmo retrocesso na nossa marcha para grandiosos destinos. E para apoiar a nossa tese, seja-nos lícito citar alguns dados objetivos, pois as estatísticas falam mais claro que simples comentários. As nossas importações, por exemplo, revelam crescimento espetacular e, para muitos, alarmante, de certos itens tais como combustíveis, veículos auto-motores e maquinários diversos. Mas essas importações só revelam a expansão de nosso parque industrial e a ampliação do nosso sistema de comunicações. De fato, quanto às indústrias, começam a ser divulgados os resultados animadores dos censos industriais realizados em 1950. Pode dizer-se que são simplesmente animadoras as nossas perspectivas nesse setor. O valor da produção industrial cresceu 8 vezes de 1940 para 1950. O número de estabelecimentos fabris, que andava pela casa dos 13 mil, em 1920, elevou-se para 50 mil em 1940 e para 70 mil em 1950. Só nas cidades de São Paulo, Rio, Porto

Alegre e Recife, ou seja, nos quatro maiores centros econômicos do país, localizam-se 10 mil fábricas.

O número de operários passou de 781.185, em 1940, para 1.200.000, em 1950.

Que dados mais significativos para nós, militares, sabido que não há armamentos sem indústrias?

Quanto às vias de comunicações, as nossas estradas de ferro tiveram um acréscimo de 2.200 km, no decênio 40-50, mas a extensão da rede eletrificada dobrou, a rodoviária cresceu por toda a parte e aeroviária teve um desenvolvimento espetacular. Mais, o número de veículos a motor, no decênio, subiu de 200 mil para 410 mil e o número de tratores de 2 mil para 13 mil. Só de 1947 para 1950, o acréscimo de carga transportada pelas empresas marítimas nacionais foi de 1.500.000 toneladas.

Além disso, a potência das usinas geradoras de eletricidade aumentou de 50 % nos 10 anos considerados. E, para só citar as indústrias básicas, a produção de aço e laminados quintuplicou, a de ferro gusa e pneumáticos triplicou, a de cimento dobrou e a de papel, de 47 para 50, também dobrou.

Tamanha expansão reclama matérias-primas, energia e transportes em quantidades cada vez maiores e que devem ser pagas com as nossas exportações.

Mas, dizem os críticos apressados, enquanto as nossas importações dobraram no decênio focalizado, as exportações apenas cresceram ligeiramente. O aumento das exportações é fruto dos preços com que os nossos produtos possam competir no mercado internacional e isso, entre nós, é função, antes de tudo, de energia barata, transportes abundantes e eficientes e portos aparelhados e dragados.

Ora, jamais se empreenderam, no Brasil, planos tão vastos como os que se encontram em execução quanto ao reequipamento das ferrovias e portos nacionais e quanto à descoberta, ampliação, construção e exploração de fontes de energia. Neste particular, é como se o Brasil tivesse jogado tôdas as cartas na mesa e, fato significativo, não nos tem faltado crédito internacional, o que abona em favor da confiança que outros povos depositam no

Brasil. Estamos na situação de u'a mola em trabalho de compressão e que, a seu tempo, vai se distender e produzir trabalho útil.

Há, pois, que dar tempo ao tempo.

Apoiemos as iniciativas de longo alcance do governo, pois elas estão destinadas a dar vigoroso impulso à economia nacional e, hoje, só são fortes militarmente as nações que assentam a sua estrutura econômica sôbre indústrias básicas próprias e que desenvolvem ao máximo as suas fontes de energia e os seus meios de transportes.

Eis porque, nós, militares, olhamos com o maior interesse para os planos grandiosos que o governo leva a cabo, no momento, quanto ao reaparelhamento das vias férreas e portos nacionais, à construção de Paulo Afonso, ao apoio aos planos estaduais de eletrificação, à ampliação de Volta Redonda e da Acesita, à valorização dos Vales do São Francisco e da Amazônia e a muitas outras iniciativas de valor reprodutivo.

Somos dos que crêem no futuro brilhante da Pátria porque um país como o Brasil, regamente dotado pela natureza, não pode senão projetar-se como uma afirmação insofismável no concerto das nações, seja economicamente, como potência industrial e agrícola, seja politicamente como um fator de equilíbrio entre as civilizações já estacionárias do velho mundo e as pujantes forças novas da América.

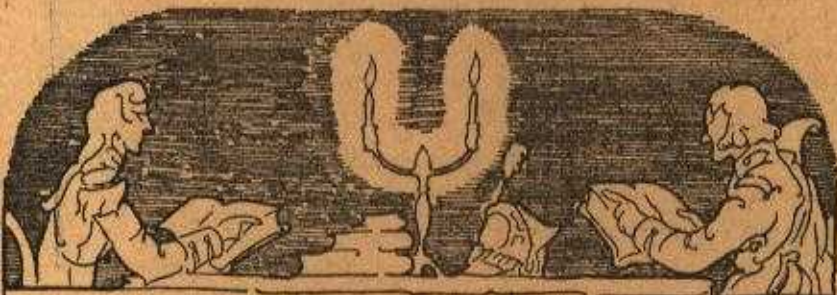
Cresce cada vez mais o interesse do mundo pelo Brasil, à base da confiança no seu potencial e no trabalho do seu povo. Somos vistos como o país do futuro, o maravilhoso "melting pot" onde todos os povos cansados de guerra e ansiosos por um mundo de novas oportunidades vêm fundir o seu sangue e as suas energias com esse tolerante e bondoso povo do Brasil, humanizado pela paisagem amena, luxuriante e acolhedora de um vasto território onde há lugar e trabalho para todos os que querem construir.

Sejamos, portanto, dignos dessa confiança. Levantemos alto a cabeça e prossigamos firmes a jornada que nos propusemos: — a de construir nos trópicos a maior civilização que o mundo já conheceu.

Não sejam as sêcas, serranias alcantiladas, rios acachoados e encachoeirados, distâncias atordoantes e tantos outros desafios da natureza — tropêço, antes estímulo. Quem venceu as caatingas do Nordeste, os igapós da Amazônia, os pantanais de Mato Grosso, a Serra do Mar e tantos outros obstáculos sabe retemperar energias para levar à tarefa ao fim.

Avante, pois, obreiros de um Brasil maior! Que venham para as ruas, neste 7 de Setembro de radiosas esperanças, povo e soldados, a festejarem, orgulhosos, o dia da Pátria!





CULTURA PROFISSIONAL

A DEFESA CONTRA DESEMBARQUES AÉREAS

(Comunicação do Exmo. Sr. Brigadeiro NUNES DA SILVA, na Sessão Conmemorativa do 104º Aniversário da "Revista Militar".)

Transcrito, "data vênica", da "Revista Militar", de Portugal.



um futuro conflito, as Nações terão todo o seu território exposto aos ataques do adversário. A zona de perigo não se limitará à frente de combate;

a luta poderá envolver inesperada e violentamente toda a população, mesmo a que vive nos lugares mais afastados, e, isto, porque a aviação e os projectis dirigidos poderão atingir as mais remotas regiões.

Duas novidades, derivadas do desenvolvimento daqueles dois meios, nos trouxe a última conflagração e que merecem o maior cuidado e atenção da nossa parte. São elas:

- as tropas desembarcadas do ar, e
- a arma atômica.

Esta última é uma descoberta científica aplicada ao campo militar. As primeiras são um invento genuinamente militar sem quaisquer visos científicos.

Não me permitindo o tempo de que posso legitimamente dispor, nesta sessão, de tratar destas duas novidades, dedicarei a minha atenção apenas às tropas desembarcadas do ar.

Como tropas *desembarcadas do ar*, consideraremos, neste trabalho, todas as que, sendo transportadas pelo ar, dispõem de material e de pessoal especificamente instruído e são concebidas e organizadas de modo a poderem combater logo que cheguem ao solo.

Se utilizam pára-quedas para aterrar, dá-se-lhes o nome de *troças pára-quedistas*.

Se desembarcam no solo dos próprios aviões ou planadores que as transportam, chamar-lhes-emos *troças aeroterrestres*, para as distinguir das aerotransportadas que são as normais que, como meio de transporte, utilizam o avião, tal como o comboio ou o automóvel, e desembarcam numa testa de ponte aérea pré-estabelecida e de certo modo consolidada.

Auxiliadas pela técnica da aviação, as tropas desembarcadas do ar podem empregar-se sem quaisquer limitações e em qualquer lugar, e, no futuro, representarão um papel muito mais importante do que no passado.

Os atuais e os previstos aperfeiçoamentos da sua organização e impedimenta, aumentando-lhes as suas possibilidades, proporcionarão aos comandantes destas tropas, meios bem mais importantes do que os de que dispuseram os seus predecessores.

E se a luta que elas desenvolverão pode alcançar a todos sem distinção, é preciso que todos, soldados e civis, se familiarizem com a tática e com os processos de combate dessas tropas. Os soldados para saberem como reagir, os civis para que se não aposse deles o medo que, transformado em pânico, prejudicaria a ação dos primeiros.

As tropas terrestres têm pois de receber instrução que as habilite a lutar com êxito contra as desembarcadas do ar, cujas ações se baseiam na surpresa, na rapidez, na audácia e no mais elevado espírito de sacrifício, visto que, uma vez no solo, já não podem voltar atrás e não têm outra alternativa senão vencer ou morrer.

É preciso inculcar no espírito das tropas terrestres que as desembarcadas do ar, à sua retaguarda, não têm a vitória garantida e que se o moral das primeiras for sólido e estiverem animadas de forte vontade de vencer, as segundas serão incapazes de suportar a prova a que forem submetidas. Basta atacá-las com forte decisão e grande perícia.

As tropas desembarcadas do ar podem realizar desembarques em território inimigo:

- nas proximidades da frente de combate, numa ação de cooperação com as forças terrestres para facilitar a estas a rotura duma frente fortemente organizada, evitando ou dificultando a retirada do adversário, ou a chegada de reforços e abastecimentos, ou

- no interior do território inimigo, bastante longe da frente, para se apossarem de comunicações de interesse estratégico, de órgãos vitais, de instalações industriais, etc., ou ainda,
- em qualquer parte do território, numa ação independente, a fim de estabelecerem uma testa de ponte aérea suficientemente grande que abarque várias zonas de aterragem e proteja o posterior desembarque das GG. UU. terrestres.

No primeiro caso, serão ações de força realizadas com grandes efetivos, em que a finalidade é conquistar uma área de terreno para aí estabelecerem uma testa de ponte aérea onde se conservarão até à chegada das forças terrestres ou a partir da qual avançarão na direção pre-fixada para cumprirem a sua missão.

Tomam parte nesta operação, em geral de início, as tropas pára-quedistas que têm por missão conquistar e conservar a área de terreno necessária para a aterragem dos aviões de transporte e dos planadores que conduzem as tropas aeroterrestres. As tropas pára-quedistas são, portanto, as G. Av. das aeroterrestres.

Cabe nesta altura informar de que os planadores estão sendo postos de lado e substituídos por aviões a motor de tipo especial, denominados *aviões de transporte de assalto*.

Em certos casos, podem ser utilizadas apenas as tropas pára-quedistas a quem é dada a missão de se apossarem de pontos de passagem obrigatória na retaguarda do inimigo ou de pontos chave da sua organização defensiva, de bloquearem comunicações importantes do inimigo, de constituírem testas de ponte num curso de água, etc.

No segundo caso, serão ações de sabotagem realizadas com efetivos reduzidos. Feitas por surpresa, podem obter um êxito inicial, mas como não podem contar com o apoio das próprias forças terrestres, por se acharem muito longe,

ficam sujeitas, na maior parte dos casos, ao aniquilamento.

Nestas operações tomam parte quase que exclusivamente as tropas pára-quedistas.

No terceiro caso, serão operações de grande envergadura destinadas a estabelecer em território inimigo uma base de operações totalmente servida e abastecida pelo ar.

Nelas são utilizadas as tropas pára-quedistas e aeroterrestres, e, conquistada e consolidada a testa de ponte aérea, nesta desembarcarão Divisões normais transportadas pelo ar.

Em qualquer dos casos, porém, as tropas desembarcadas do ar, a partir do momento do seu contato com o solo, combatem como as tropas clássicas do exército de terra. As suas características são sensivelmente as mesmas destas tropas. É apreciável a sua potência defensiva, mas a ofensiva é um pouco menor por possuírem poucos meios de apoio próprios. No entanto, esta fraqueza é altamente compensada pelo potente apoio que a aviação lhes presta.

Em qualquer dos casos ainda, o comando inimigo tem de escolher o terreno onde as tropas hão-de desembarcar e estabelecer a testa de ponte aérea, de onde partirão para a conquista dos objetivos que lhes foram designados. A sua atuação assemelha-se muito à das tropas anfíbias. Estas começam por conquistar uma testa de praia que abarca um setor de 180°, as aeroterrestres uma testa de desembarque numa frente de 360° e os seus reforços e abastecimentos em vez de virem pelo mar vêm pelo ar.

Destas considerações se pode tirar já a conclusão de que é necessário fazer o estudo prévio do território da Nação, a fim de ficarem bem definidas as zonas de terreno que se prestem a desembarques aéreos, tanto nas proximidades da frente de contacto como no interior, donde resultará a classificação do mesmo território em zonas de possíveis desembarques e zonas passivas.

O problema da defesa das zonas de possíveis desembarques é difícil porque, mesmo no caso de es-

tares estudadas desde o tempo de paz, não se pode pensar em organizar a defesa de todas elas.

Depois de iniciadas as hostilidades e de se terem definido as frentes da luta, também não é possível defender toda a zona próxima destas frentes, tanto mais que as zonas de desembarque aéreo, para ações em força, devem procurar-se numa profundidade de 100 km da frente de contacto.

Mas se não é possível, também não é necessário, porque nem toda essa zona se presta a desembarques, e nem mesmo as que permitem o estabelecimento duma testa de ponte aérea têm todas o mesmo interesse tático ou estratégico.

As zonas que se prestam a desembarques devem ser razoavelmente planas e terem uma extensão de 700 por 1.000 m para o desembarque dum R.J.; a forma aproximadamente circular e com um raio de 2 a 3 km para o desembarque duma Div.; e de 12 a 15 km de raio para o desembarque dum C.E.

Por outro lado, só interessa considerar aquelas que ofereçam algum interesse tático para o inimigo, desprezando as isoladas, as falhas de comunicações com a frente e com a retaguarda, as que se não encontrem na direção de possíveis ações inimigas; estudando, de preferência, as que se encontram nas direções mais verossímeis do ataque inimigo, as que ameacem os pontos chave da organização defensiva, as que facilitem a progressão inimiga e aquelas que incluam aeródromos organizados ou mesmo em potência.

É a capacidade de resistência dos efetivos desembarcados que determina a distância a que as zonas de desembarque devem ficar da frente, visto que aqueles têm de resistir durante o tempo que as próprias forças terrestres gastem para entrarem em contacto com eles.

Este tempo é, porém, variável com o estado das comunicações e com a resistência do inimigo e não se pode, portanto, determinar com exatidão, mas admiti-se, hoje, que,

a partir da frente de contacto, é preciso estudar e defender:

- numa profundidade de 8 km todas as zonas aptas ao desembarque dum R.I., Div. ou C.E.;
- numa profundidade de 6 a 40 km todas as zonas aptas ao desembarque duma Div. ou C.E.;
- numa profundidade de 40 a 100 km todas as zonas aptas ao desembarque dum C.E.

Para cada situação geral, o Comando Supremo deve determinar os limites entre as zonas próximas da frente de combate e as do interior, dando a defesa de cada uma destas partes a um só comando subordinado.

Cada um destes comandos dividirá, por sua vez, a sua zona em outras menores, cuja responsabilidade caberá a outro comando inferior e assim sucessivamente.

Nesta divisão do terreno apto a desembarques aéreos, não se procurará a uniformidade na extensão das zonas atribuídas a um mesmo tipo de unidade. Os efetivos que a cada uma se destinam são função do perigo, da importância dos objetivos nela situados e das possibilidades defensivas naturais de cada uma.

E como se defendem essas prováveis zonas de desembarque aéreo?

A base da defesa contra desembarques aéreos está na oportunidade com que se acorra a fazer-lhes frente, visto a vitória pertencer ao partido que mais rapidamente concentrar as suas forças e logre a superioridade de meios.

A primeira precaução defensiva é portanto a eliminação da surpresa e para tal a medida mais simples é a vigilância do espaço aéreo que o inimigo possa utilizar para chegar às zonas de desembarque.

Há, pois, que manter sob vigilância aérea, as prováveis zonas de desembarque a fim de obter a informação necessária para fazer entrar em ação com oportunidade as forças destinadas à sua defesa.

Esta vigilância, que deve ser completa e contínua, tanto de dia como de noite, e completada com um serviço de informação rápido e seguro, pode obter-se com a organização dum Serviço de vigilância e alarme aéreos que deve dispor de aparelhos de radar, mas sem desprezar a observação visual direta nos terrenos acidentados para detectar os vãos rasantes dos aviões.

A vigilância aérea tem uma importância enormíssima porque todo o desembarque aéreo é precedido dum reconhecimento intenso do terreno. Nestas condições, se a observação funcionar bem, ficamos sabendo quais as zonas que mais insistentemente são reconhecidas e fotografadas pelo inimigo e logo que se dá conta deste aumento de atividade alertam-se as forças da defesa.

A iminência do desembarque é ainda denunciada porque, em geral, a aviação inimiga também o prepara por meio de fogos lançados sobre as defesas por ela anteriormente reconhecidas e principalmente sobre as armas de defesa antiaéreas.

Para a defesa das zonas de possíveis desembarques aéreos mais importantes, isto é, nos pontos chave do sistema defensivo normal, nos pontos fortes que dominem as prováveis zonas de aterragem, nos pontos em que as tropas aeroterrestres poderiam cortar as principais linhas de comunicação e reabastecimento, nos locais que ameacem de envolvimento as linhas da frente e, normalmente, só nestas zonas, constituem-se destacamentos de defesa fixa.

As posições que estes destacamentos ocupam serão devidamente organizadas de modo a que os possíveis campos de aterragem fiquem sujeitos aos fogos das armas e sejam protegidas por obstáculos e campos de minas.

Os efetivos a elas destinados deverão ser os suficientes para conter, até à chegada de outras forças próprias, a unidade que possa desembarcar no terreno que têm a seu cargo defender, defesa que

deverá ser levada até ao sacrifício. Podem variar, em cada zona, de um B.I. a uma Div., segundo o número e extensão das zonas de aterragem existentes, os prováveis objetivos do desembarque, a rede de comunicações, a mobilidade e a potência de fogo de que disponham. A título de orientação podemos dizer que a extensão normal da zona de ação dum B.I. é de um quadrado de 5 a 8 km de lado; a de uma Div. um quadrado de 50 a 70 km de lado.

Nas zonas de grande extensão, as unidades de defesa fixa devem organizar, com os seus meios motorizados, reservas móveis destinadas a restabelecer ou manter a integridade dos pontos ameaçados até à chegada de reforços.

As posições devem ser perfeitamente mascaradas para evitar que o inimigo, descobrindo-as, as aniquile com a sua aviação de bombardeamento antes de utilizar as zonas de desembarque.

Mas além destas forças, deve haver *destacamentos móveis*, dotados de grande mobilidade que lhes permita concentrarem-se rapidamente sobre qualquer zona de desembarque próxima.

Se o inimigo desembarca na zona onde se encontra o destacamento, este deve atacá-lo para se opor à sua ação, ou, em último caso, far-lhe a frente até à chegada de outras forças.

Se o inimigo desembarca numa zona afastada, logo que para tal receba ordem, o destacamento vai estabelecer o contacto com o inimigo e atacá-lo, procurando infiltrar-se no interior da testa de ponte, ou, se o não conseguir, resistirá. No caso de haver posições fixas, estabelece a ligação entre elas e atuará em ligação, também, com elas.

Estes destacamentos devem dispor de Artilharia bastante móvel e veloz, de tropas de Engenharia e de carros, que são o pior inimigo das tropas desembarcadas do ar, tanto pela sua potência intrínseca como pela falta de meios de defesa contra eles com que aquelas, em geral, se encontram. Devem eles procurar combater por infil-

tração e cair no interior da testa de ponte.

Na zona do interior é mais difícil a defesa porque nunca se poderá dispor de tropas suficientes para ocupar todos os pontos que possam ser alvo das tropas desembarcadas do ar, e, assim, só alguns pontos de importância vital poderão ter defesa própria.

Nesta zona a vigilância aérea pode ser completada com civis para o que em cada aldeia, povoação ou casal, se escolhem os homens mais idóneos, física e moralmente, que terão a seu cargo este serviço depois de terem recebido instrução apropriada para o efeito e que não precisa ser muito profunda. Basta que eles saibam distinguir os vários tipos de avião e estes dos planadores, e saibam dizer o que viram (um ou tantos aviões de marca tal e tantos planadores), como viram (altura e direção do voo), onde viram (vertical de tal lugar) e quando (hora), e, depois saibam ainda a quem e como transmitir esta observação.

Desta forma não só se evita que possa passar despercebido qualquer desembarque aéreo, como ainda se pode anular a surpresa.

A população civil deve ser industriada nessa espécie de luta e ficar sabendo que as tropas desembarcadas do ar necessitam sempre de transportes, alimentos, informações, e, por vezes, de assistência médica, para que lhe possam negar sempre estes auxílios.

Nesta zona, onde nunca se poderá dispor de muitos efetivos de tropas de defesa, têm de ser organizados, também, *destacamentos de defesa fixa*, mas só nos pontos de interesse vital que devem ter defesa própria, completada com defesa antiaérea.

Deve, porém, poder dispor de *destacamentos móveis*, colocados em pontos estratégicos, mas que possam deslocar-se rapidamente sobre qualquer zona de desembarque, para o que terão de estar em ligação permanente com a rede de observação.

Para cada zona de desembarque devem ser estudados a organização, os movimentos e o emprêgo dos

vários destacamentos móveis que, vindos de diferentes pontos, devem constituir-se em agrupamentos.

Se a superioridade de melos, na zona de desembarque, está do nosso lado, a vitória é inequívoca, para o que basta atuar de forma violenta e com melos suficientes contra o núcleo principal e mais forte do inimigo, procurando dispersar a sua ação e limpar depois cada um dos seus focos.

Se se não contar, inicialmente, com a superioridade de melos, começa-se então por estabelecer e manter o contacto com o inimigo para o localizar e determinar a sua potência, e, alertam-se, sem perda de tempo, as unidades das zonas mais próximas que à medida que vão chegando completam o cerco do inimigo, apoiando-se nas posições de defesa fixa que são ligadas pelas tropas móveis, as quais conquistam os observatórios que dominam a zona de desembarque, por meio, se necessário, de ações locais e violentas, cegando com fogos aqueles que não puderem ser ocupados.

Detido assim o inimigo e obtida a superioridade de melos, lança-se o contra-ataque, depois de devidamente preparado, para o que se escolhe um compartimento de terreno bem definido que proteja dos fogos laterais e que conduza ao coração da testa de ponte aérea.

As forças que mantêm o cerco, intervêm no ataque não só com fogos mas também com pequenas ações locais para impedir que o inimigo se lance contra os flancos do contra-ataque, e, desta forma, se vai reduzindo pouco a pouco a zona ocupada pelas tropas desembarcadas.

Como o inimigo dispõe de superioridade aérea, esta ação tem de ser feita com cautela.

Em geral, detido o inimigo, mantem-se o contacto com ele durante o dia, aproveitando-se a noite para concentrar e dispor as tropas destinadas ao contra-ataque que é lançado na manhã seguinte.

As forças destinadas a esta defesa devem ter uma organização especial e serem dotadas com nu-

merosas armas pesadas e forte defesa anti-aérea a fim de poderem obter, sobre as desembarcadas do ar, forte superioridade de fogo.

A sua instrução deve também ser bastante cuidada de modo a criá-lhes um elevado espírito de agressividade.

Muito haveria ainda a dizer sobre este assunto, mas não quero abusar da paciência de V. Excias., e, por isto dou por terminada esta comunicação que não passou, afinal, de uma palestra fastidiosa e destaviada.

A intenção que, porém, me animou foi a de chamar a atenção para um problema que muito interessa à preparação da Nação para a guerra e que me parece de grande oportunidade, dada a situação em que atualmente nos encontramos, derivada dos nossos compromissos internacionais, e que nos poderá forçar a termos de fazer frente à ação de tropas desembarcadas do ar no nosso território.

Obriga-nos isto, portanto, a organizar a nossa defesa contra desembarques aéreos e consequentemente:

- o nosso E.M. a fazer um estudo detalhado do nosso território a fim de fixar as zonas que se prestam a desembarques aéreos e a classificá-las depois pelo seu valor;
- o Alto Comando, a fixar aquelas zonas que, pelo seu interesse estratégico, económico ou político, devem ter defesa fixa, e, a estudar a localização dos destacamentos de defesa móvel;
- a instruir devidamente o Exército sobre esta espécie de luta;
- a estudar o papel que nesta defesa cabe à Legião Portuguesa e a dar a esta organização a devida instrução;
- a preparar, psicológica e moralmente, a população civil e a familiarizá-la com esta espécie de luta.

Agradecendo a V. Excias. a benevolência com que me escutaram, a todos peço me desculpem.

Disse.

OS GUERRILHEIROS NA FRENTE RUSSA

General NIESSEL

Traduzido da "Revue Militaire d'Information" e transcrito, "data vênia", da "Revista Militar" de Portugal.



A GUERRA de guerrilhas contra um invasor vitorioso, é velha como o mundo. É o produto natural da reação instintiva do patriotismo e do ódio ao estrangeiro, junto ao descontentamento causado pela exploração intensa do país, principalmente se é acompanhada de atos de violências e de pilhagem. A luta dos bandos espanhóis contra o exército de Napoleão, vulgarizou, para qualificar este gênero de operações, a palavra "guerrilha" e, na mesma época, os franceses tinham igualmente de combater no reino de Nápoles, bandos, meio guerrilheiros, meio bandidos. Em França, no fim da campanha de 1814, as perdas infligidas, na Lorena, pelos guerrilheiros às tropas aliadas, tinham causado inquietações sérias. As guerras coloniais tomam muitas vezes este aspecto. A China, na sua luta de 1937-45 contra o Japão fez disso largo uso e parece que ainda hoje o Governo comunista chinês é constantemente obrigado, em muitas regiões, a lutar contra bandos rebeldes.

A Iugoslávia pôde, graças às guerrilhas, reter, durante a segunda guerra mundial, numerosas divisões alemãs e italianas; as guerrilhas chegaram a agrupar os bandos em unidades regulares de grandes efetivos e assim que isto se deu neste país, graças à ajuda anglo-americana, compreende-se como acabassem por formar um verdadeiro exército. Mas em parte alguma o emprego de bandos guer-

rilheiros foi tão largamente utilizado como na Rússia Soviética, durante a segunda guerra mundial; é, portanto, interessante ver em que condições isto foi praticado.

As informações que permitiram a redação deste artigo foram tiradas da imprensa militar soviética, mas uma parte foi fornecida pela imprensa militar inglesa, americana e polaca e pela imprensa branca da imigração. A quantidade de documentos consagrados pelas autoridades militares alemãs à luta contra os guerrilheiros, mostra quanto elas se preocuparam e afligiram com a sua ação; estes documentos forneceram-nos interessantes informações.

Nem todas as regiões se prestam igualmente a este gênero de operações. Um país de população densa, de percurso fácil, onde a cultura tenha diminuído a extensão das florestas, torna a guerrilha difícil e provoca rapidamente represálias que caem impiedosamente sobre a população mesmo que esta não se tenha comprometido; nos observamos muitas vezes estas consequências em França, que causaram perdas em fuzilamentos e em casas incendiadas, muito em desproporção com o mal causado ao inimigo. Pelo contrário, num país pouco povoado, onde as localidades são distantes umas das outras, coberto de montanhas importantes ou de vastas florestas, oferecendo poucas estradas que facilitem os movimentos de tropas motorizadas, convém à guerra de guerrilhas.

A guerrilha começa geralmente pela formação de bandos pouco numerosos, dispondo apenas dum armamento individual facilmente dissimulável, que possam, em caso de revés, desaparecer rapidamente, se necessário pela dispersão dos seus elementos que retomem os aspectos de inofensivos camponeses.

As emboscadas aos isolados e aos pequenos destacamentos devem ter origem na execução do fogo feito da orla dum bosque coberto ou duma altura difficilmente acessível que lhes permita desaparecer rapidamente sem poder ser alcançado.

A necessidade absoluta do reabastecimento, pela retaguarda, de numerosos exércitos modernos, pelo menos para as munições, torna o emprêgo dos guerrilheiros interessante na zona dos reabastecimentos, pelo ataque a comboios, nas estradas ou nas vias férreas. O regulamento alemão de 1933, sobre a conduta das tropas, tinha previsto (art. 644) :

"O *Kleiner Krieg* é um meio de manter, por pequenas ações secundárias, a conduta das operações amigas e de perturbar as do inimigo."

A Rússia, pela imensidade do seu território, pela existência de vastas florestas muitas vezes impenetráveis e pantanosas, pelo afastamento das suas povoações, pela raridade das boas estradas, presta-se particularmente bem ao emprêgo dos guerrilheiros.

Tudo isto tinha sido previsto com antecedência.

As guerras civis consecutivas à revolução bolchevista, tinham fornecido ensinamentos que não foram esquecidos, tinham-se estudado as formas deste género de guerra, na previsão duma luta com elementos contra-revolucionários, quer nas cidades quer nos campos. Estes últimos exigiram o deslocamento de forças bastante consideráveis e o Marechal Toukhatchevsky, expôs, em vários artigos, o funcionamento :

- ocupação metódica do território por tropas regulares, fornecendo guarnições fixas ;

- colunas móveis ;
- milícias locais formadas com homens fiéis (membros do partido) e entrando na composição das guarnições e das colunas móveis ;
- repressão impiedosa e deportação das famílias dos guerrilheiros com a confiscação dos seus bens para os repartir entre os camponeses favoráveis ao Governo.

Para capturar os bandos que se deslocavam muito rapidamente, mudando de cavalos de aldeia em aldeia, utilizavam-se destacamentos transportados em automóveis que, graças às informações fornecidas pelas autoridades políticas e pelas milícias comunistas, demonstravam os bandos e davam tempo a que outras tropas chegassem ao campo da luta. Sempre que esta organização e as ligações pela T.S.F. foram bem montadas, as sérias perdas sofridas pelos bandos obrigaram estes a dispersar-se. Observe-se que foi indispensável o concurso de uma parte da população.

* * *

A partir de 3 de julho de 1941, o Generalíssimo Estaline desencadeou a guerra de guerrilhas, com a seguinte ordem.

"O nosso inimigo é cruel e implacável. Começou por apoderar-se das nossas terras que nós regamos com o nosso suor, do nosso trigo e do nosso petróleo, frutos do nosso trabalho. Propõe-se restabelecer o poder dos proprietários, ressuscitar o czarismo, destruir a nossa cultura nacional e a soberania das nações livres que constituem a união soviética. Nas regiões ocupadas pelo inimigo é preciso criar destacamentos de guerrilheiros, a pé e a cavalo, organizar grupos de diversão para lutar contra as formações inimigas, fazer saltar as pontes, destruir as vias de comunicação e os comboios, pôr fora de serviço as linhas telefônicas e telegráficas e queimar os depósitos. É preciso, nas regiões em que o inimigo está estabelecido, criar para ele e para

os seus amigos, uma situação intolerável, atormentá-los sem descanso, tornar inúteis todos os seus empreendimentos".

Ele repetiu esta ordem variadíssimas vezes, em particular quando os soviéticos retomaram a iniciativa das operações, por exemplo em 23 de fevereiro de 1943: "Estender a luta de guerrilhas à retaguarda do inimigo, destruir os seus depósitos, inquietar as suas guarções, impedi-lo de incendiar as cidades e aldeias na sua retirada, e auxiliar o exército vermelho que avança"; e em 1 de maio de 1943: "Vibrar golpes violentos sobre as retaguardas inimigas. Entusiasmar a maior parte da população das regiões invadidas, numa luta ativa de libertação. Vingai-vos, sem piedade, dos invasores, pelo sangue que eles fizeram correr. Auxiliai, com todo o vosso ânimo, as forças do exército vermelho contra os invasores".

Eis, segundo o conjunto de numerosos documentos alemães sobre a matéria, como foi organizado e dirigido o movimento das guerrilhas.

Um Tenente-General das forças especiais de polícia, foi designado para assegurar a ligação entre o Alto Comando e o partido comunista, com o concurso do estado-maior secreto e ilegal do partido que se mantinha na zona invadida.

O Marechal Vorochilov dirigia o estado-maior central e a organização dos bandos, em ligação com o serviço de informações.

Junto de cada comando de grupos de exércitos, encontrava-se um órgão precisando orientação a dar às operações de guerrilheiros. Em cada exército, o estado-maior fazia chegar a estes as instruções, por intermédio duma repartição de operações dos bandos instalados no setor correspondente à frente do exército.

A pouca densidade de ocupação das frentes, permitia ao exército comunicar com os bandos, e os serviços ilegais do partido cobriam todo o território duma rede de espíões cujas informações centralizavam.

Foi igualmente, em grande parte, dos documentos alemães que conseguimos os informes acima citados, sobre o funcionamento dos bandos e da sua maneira de operar.

Repare-se que a população, que apesar das ordens dadas não pudera ser evacuada, não se mostrava hostil aos invasores; em certas regiões eles foram mesmo bem acolhidos. Os prisioneiros manifestavam, por vezes, o seu descontentamento contra o regime soviético por causa da coletivização das terras.

Também os alemães não avaliaram a importância do movimento das guerrilhas, da mesma forma como não souberam avaliar o valor das tropas soviéticas. Mas os excessos, de toda a natureza, dos invasores, exasperaram bem depressa os habitantes. Um documento emanado da "gendarmerie" alemã assim o demonstra. Nele se indica que um princípio de sublevação parecia não vingar por não ter o apoio da população, mas que a brutalidade das tropas e as requisições exageradas, condenando em certas regiões a população à penúria, excitaram o ódio e a revolta. Prisioneiros que, de princípio, tinham sido libertados foram novamente aprisionados e enviados para a Alemanha.

Os primeiros bandos formaram-se com soldados cuja retirada havia sido cortada. Tinham recrutado pela força alguns jovens, mas depressa se lhe juntaram camponeses para fugir à tomada de reféns, às repressões coletivas, às deportações de homens e mulheres para a Alemanha para o trabalho obrigatório. O Coronel italiano Morelli disse que muitos dos seus compatriotas combatendo na Rússia, estavam indignados com a desumana brutalidade das tropas alemãs que não cumpriam as promessas feitas à população.

As autoridades comunistas locais designaram de início os chefes dos bandos e asseguraram, sob sua responsabilidade, o recrutamento dos membros do partido e do Kom-somol (juventude comunista). Mais tarde, oficiais e especialistas en-

carregados das destruições e das transmissões, juntaram-se-lhes, por avião. Logo de princípio os bandos eram pouco numerosos; uma centena de homens ou até menos.

Mas, depois, engrossaram a ponto de formar batalhões de 3 ou 4 companhias com o efetivo de 70 a 120 homens cada. Alguns chegaram a contar alguns milhares de homens organizados em brigadas com vários batalhões, dispondo dum serviço sanitário e dum serviço administrativo. O seu armamento era, geralmente, o da infantaria. O General soviético Korzye, chefe do estado-maior do exército polaco, e certos documentos alemães, indicam que os bandos importantes eram dotados de metralhadoras pesadas, de morteiros, às vezes de canhões, de engenhos anticarro e mesmo de carros de combate. Alguns dispunham de material de artilharia. O reabastecimento de víveres era, tanto quanto possível, assegurado pelo país. Em caso de necessidade era a aviação que lhes levava o armamento e as munições necessárias, os explosivos e os engenhos incendiários, os materiais de rádio e sanitário, as ferramentas, etc.

A princípio, os resultados foram medíocres porque a organização dos bandos era insuficiente e porque as ligações com o interior do país não estavam ainda bem estabelecidas, assim como estas entre os bandos próximos. Pôs-se rapidamente côbro a esta situação graças ao envio de pessoal de enquadramento, por avião. Os órgãos da retaguarda e as comunicações do inimigo tornaram-se objeto de ataques cada vez mais numerosos, a ponto do General Dittmar, porta-voz da "Wehrmacht" pela rádio, logo declarar: "Criou-se à retaguarda dos nossos exércitos um inimigo numericamente poderoso que é o flagelo dos setores onde os seus grupos operam".

Corso de instrução e escolas dirigiam a formação dos quadros entre os quais se encontraram, dentro em pouco, oficiais de carreira. Prepararam-se igualmente falsos agentes munidos de documentos simulados que se colocavam à dis-

posição das autoridades alemãs, provocadores que se infiltravam nos agrupamentos anticomunistas reunidos aos alemães, tais como os do General Vlasov.

Desde os fins de 1941 foi difundido um manual indicando as regras especiais das operações de guerrilhas.

Uma das principais era a de não empreender a luta senão com todas as probabilidades de sucesso. Estava recomendado requisitar cavalos e viaturas para permitir, eventualmente, deslocamentos rápidos. Os grupos, conformando-se com a orientação geral, deviam agir com iniciativa contra os isolados e os pequenos destacamentos, os campos de aviação, as composições dos caminhos de ferro e a infraestrutura das vias férreas, as obras de arte, as linhas telegráficas e telefônicas.

Era indicada a deslocação apenas de noite e agir por surpresa por emboscadas, de preferência do anoitecer à madrugada. Toda a operação devia ser preparada por um minucioso reconhecimento. As mulheres e as crianças podiam, vantajosamente, colaborar, os agentes introduzidos nas administrações inimigas podiam prestar, neste domínio, preciosos serviços e espalhar notícias falsas.

Em caso de ataque a comboios, convinha estabelecer uma barreira, e atacar simultaneamente, a testa e a cauda da coluna de viaturas. Em abril de 1943, a rádio italiana declarava: "As nossas unidades são mantidas em constante estado de alerta. As nossas colunas de reabastecimento são frequentemente destruídas. É uma guerra esgotante e cruel".

Na ação contra as vias férreas, executar de preferência, a destruição numa trincheira para tornar a reparação mais difícil ou numa curva para aumentar as probabilidades de descarrilamento que o corte da via pode provocar. A destruição dos depósitos de água, das agulhas e das placas girantes das gares, assim como a das pontes, são de natureza a variar seriamente o tráfego.

Nos campos de aviação, procurar o incêndio de aparelhos, depósitos de carburantes e de munições.

Para o ataque a uma povoação, é preciso cortar previamente os fios telefônicos, liquidar sem ruído as sentinelas, muitas vezes recorrer ao incêndio para aumentar a desordem do inimigo, matar toda a gente para se não embarçar com prisioneiros, aterrorizando também o inimigo, agindo sobre o seu moral. Em caso de revés, não repetir o ataque sobre o mesmo objetivo ou, pelo menos, não o fazer senão passado bastante tempo.

Conselhos muito minuciosos dizem respeito ao ataque dos Estados-Maiores. Um reconhecimento profundo, feito com o concurso dos habitantes, deve permitir conhecer, com precisão, a localização das repartições, dos alojamentos dos oficiais, dos destacamentos de guarda, a organização da defesa da localidade, os meios de cortar as ligações com as guarnições vizinhas. O ataque é desencadeado simultaneamente de vários lados e missões precisas são repartidas entre os grupos. Uma palavra de senha, sinais de reunião e de retirada, permitindo operar sem hesitação e partir o mais rapidamente possível. Convém destruir o parque das viaturas e dispor de granadas para colocar nas caves e nas casas. Todos os documentos e mapas são levantados cuidadosamente; se alguns prisioneiros são provisoriamente guardados para ser interrogados devem ser abatidos em seguida.

Os bandos coordenaram a sua ação uns com os outros, tanto quanto possível pelo rádio. Para as sabotagens de obras de arte lançavam-se em pára-quadras alguns especialistas necessários, cuja segurança era garantida pelos bandos próximos. Havia, muitas vezes, várias linhas de bandos, em profundidade.

A possibilidade de atravessar as linhas inimigas, permitia enviar para o interior, abundantes documentos de toda a espécie. Principalmente informações militares, em conformidade com questioná-

rios muito detalhados, relações sobre a situação política, a agricultura, a instrução pública, o estado sanitário, a atitude das diversas nacionalidades, a opinião das populações e a sua atitude em face do inimigo e dos bandos, sobre as violências alemãs, o moral do inimigo e os seus processos táticos contra os guerrilheiros, sobre as formações de voluntários pró-fascistas militares ou de polícia, eram estabelecidos pelos chefes dos bandos.

Os guerrilheiros vestiam-se com trajes civis ou uniformes soviéticos. As vezes utilizavam uniformes inimigos.

Chega a altura em que os guerrilheiros operam em ligação com tropas regulares lançadas nas retaguardas inimigas. Depois da batalha de Moscovo, o Corpo de Cavalaria, a cinco divisões, do General Belov, operou assim, de janeiro a maio de 1942, com o intuito de cortar, sobre a estrada de Viazma a Smolensk, as comunicações alemãs. Estas divisões que tinham sido bastante postas à prova durante esta batalha, sofreram de novo sérias perdas no decurso do prolongamento destas operações. O General Belov remediou isto incorporando, nos seus regimentos, guerrilheiros tirados dos bandos que operavam na região. Era reabastecido em víveres e munições pela aviação e evacuava pelo mesmo processo os seus feridos e doentes.

Em novembro de 1942 o 20º Exército soviético tinha recebido ordem de romper a frente alemã na região de Rjev. O Corpo Blindado de que dispunha, rompeu a frente numa extensão de 4 quilômetros, alcançando as retaguardas onde foi reforçado por elementos de 3 divisões de cavalaria, mas a infantaria não pôde segui-los e a brecha recompôs-se. As tropas que tinham rompido a frente, tornaram a atacar de revés as posições ocupadas pelos alemães. Os carros foram todos destruídos e a cavalaria sofreu perdas muito pesadas. Cerca de 900 homens provenientes de 3 divisões diferentes, ficaram com a retirada cortada.

Foram salvos pelo Coronel Korsakov que decidiu agir como guerrilheiro sobre as retaguardas inimigas, com o concurso das guerrilhas locais. Por lá se movimentou durante trinta e cinco dias, percorrendo quatrocentos quilômetros, infligiu perdas importantes aos alemães e reentrou, mais ao norte, nas linhas russas, pela frente dum outro grupo de exércitos.

A tomada de Odessa pelos alemães, deu lugar a operações muito originais de guerrilheiros. Estes, utilizando antigos caminhos existentes debaixo da cidade, ali se instalaram, saindo para dar golpes audazes e refugiando-se em seguida. Não pôde pôr-se termo à sua ação senão tapando tôdas as saídas dos subterrâneos.

O concurso da população é indispensável para que os guerrilheiros obtenham informações precisas e completas, sem as quais não teriam qualquer segurança. Era portanto recomendado não esgotar os recursos dos camponeses, facilitar os trabalhos agrícolas para auxiliar os reabastecimentos, ajudar as famílias dos guerrilheiros mas, em contrapartida, agir impiedosamente contra os colaboradores, conhecidos, do inimigo. Isto exigia nos bandos a manutenção de uma disciplina de ferro. Por consequência, a necessidade dos guerrilheiros viverem à custa do país, conduziu, por vezes, a graves violências. Foram recrutados homens à força e foram incendiadas aldeias, em casos de má vontade. Em vários números do jornal russo branco "Tchassovoi" ("A Sentinela"), oficiais soviéticos emigrados depois da guerra, assinalaram os excessos cometidos em certas regiões pelos bandos (requisições abusivas, roubos de jóias, incêndios), muitas vezes seguidos de atos de embriaguez. Um documento alemão dá a indicação de, por vezes, a população desejar a chegada das tropas soviéticas para não estar mais em contacto com os guerrilheiros. Segundo um outro documento, ter-se-iam formado, na Ucrânia e na Rússia Branca, bandos de guerrilheiros que molestaram a popu-

lação polaca, provocando assim a reação da parte desta.

Quando os exércitos soviéticos repeliram os exércitos inimigos, deram-se casos em que os guerrilheiros não se apressaram a juntar-se às tropas regulares; foi exercido um controle muito severo para assegurar que agentes do inimigo não se infiltrassem entre eles.

Os bandos deviam procurar entrar em ligação com os campos de prisioneiros, quando os houvesse nas proximidades, para preparar neles amontinações.

A extensão das florestas, muitas vezes impenetráveis, permitia aos guerrilheiros construir ali, graças aos materiais fornecidos pela própria floresta, abarracamentos de acesso difícil. As entradas de acesso eram guardadas, em permanência, a grande distância, e o ingresso não era permitido senão a gente de confiança. As vezes, trabalhos defensivos aumentavam as possibilidades de resistência destes postos, de forma a ganhar o tempo necessário a uma evacuação do campo, tornada indispensável pela ameaça de efetivos inimigos numerosos.

Exercícios de alerta serviam de preparação para esta evacuação eventual. Os documentos alemães não indicam que a surpresa nos campos dos guerrilheiros tenha sido frequente. Os guerrilheiros eram encorajados por recompensas, graduações e condecorações. Alguns como o "Kovpak Ucrainiano", que tomou parte em mais de duzentos combates, tornaram-se lendários. Ao "Kovpak" coube-lhe, duas vezes, o título de "Herói da União Soviética".

Não encontramos qualquer documento soviético que nos indicasse o efetivo do conjunto dos guerrilheiros. Um documento de origem alemã, indicou-o como sendo de 200.000 homens.

O governo da U.R.S.S. teve, igualmente, ocasião de lutar contra os guerrilheiros, quando os progressos dos seus exércitos os levaram, em 1944-45, à Polónia.

Tinham-se formado nas regiões das florestas deste país, destaca-

mentos de guerrilheiros polacos que tinham feito aos alemães uma guerra sem tréguas, ao mesmo tempo que nas cidades se mantinham ocultas organizações militares prontas a entrar em ação. Quando em Varsóvia se julgou o momento propício, a insurreição eclodiu. Mas os soviéticos evitaram de ir em seu auxílio, apesar de chegados a bem curta distância e tendo mesmo ocupado Praga, na margem direita do Vístula, em face de Varsóvia, não obstante que a cerca de quarenta quilômetros desta cidade, eles puderam atravessar o rio e criar sobre a margem esquerda uma vasta testa de ponte que foi ocupada, durante várias semanas, pelo 1º Exército Polaco formado na U.R.S.S. As autoridades militares soviéticas não deram qualquer facilidade para o reabastecimento da cidade sublevada, pela aviação anglo-americana. Não ordenaram a travessia do Vístula para Varsóvia senão depois de ser dominada a insurreição. Os bandos polacos, depois da retirada alemã, foram obrigados a lutar contra os invasores soviéticos.

Segundo algumas informações tidas como verdadeiras, os bandos subsistiram e continuaram a lutar contra o governo comunista polaco.

• •

Não há dúvida que os bandos de guerrilheiros foram, para os alemães e para os seus aliados, uma impertinência séria, motivo de graves preocupações. Quando mais tarde a iniciativa foi definitivamente tomada pelos exércitos da U.R.S.S., as ofensivas destes e a exploração dos sucessos obtidos foram muitas vezes favorecidos pela ação dos guerrilheiros.

Parece que o General Von Brauschitz que comandava, em 1941, o conjunto das forças alemãs operando na frente russa, teria proposto provocar uma revolução antibolchevista, mas que Hitler, que queria colonizar as boas terras da Ucrânia, se tinha oposto. Se as autoridades alemãs tivessem dissolvido os "Kolkhoses" e partilhado as terras pelos camponeses,

esta revolução teria sido possível. Em vez disto, as tropas do Reich entregaram-se aos excessos que atrás assinalamos e exasperaram as populações, às quais a propaganda soviética tinha esplêndida oportunidade de indicar que o invasor se propunha guardar as terras para si próprio.

A luta depressa se tornou implacável dos dois lados. Não havia qualquer segurança para os isolados e para os pequenos destacamentos alemães.

Os guerrilheiros não faziam prisioneiros. Os alemães também não os fizeram mais e exerciam represálias coletivas contra povoações nas proximidades das quais os bandos tinham operado. A ação contra eles era difícil. Ressalta dos documentos alemães que as informações sobre os bandos eram sempre insuficientes porque a população se retraiu com medo deles e ajudava a difundir falsas notícias a seu respeito, enquanto que os guerrilheiros dispunham duma rede de segurança e informações muito completas. Executaram-se sabotagens bastante à retaguarda, até 400 quilômetros da frente.

Os alemães conseguiram, algumas vezes, organizar destacamentos de polícia de recrutamento local, em particular na Ucrânia e nos territórios cossacos ou entre as populações não russas, tártaros na Crimeia, "tchetchegues" no Cáucaso.

Alguns conduziram-se tão mal que os alemães tiveram de os liquidar rapidamente. Parece, além disso, que não deram grande resultado. Depois da retirada dos alemães, o governo soviético agiu duramente contra os servidores do invasor que não tinham podido retirar com ele; a população tártara da Crimeia e algumas tribus montanhesas do Cáucaso foram deportadas para o Extremo Norte ou para a Sibéria.

Noutras regiões, os alemães ofereceram anistia aos bandos, para os convencer a dissolver-se, mas não havia confiança nas suas promessas e esta proposta não deu, se é que deu, senão resultados insignificantes.

Um documento alemão esclareceu, sem precisar a região, que tinha sido formado um falso bando de guerrilheiros, com uniforme e equipamento russos; passou em várias povoações onde foi bem recebido e até recrutou alguns homens; isto deu ocasião a sanções contra estas aldeias.

Não se pode dar senão uma relativa confiança às informações, aliás muito incompletas, fornecidas pela imprensa soviética acerca da importância das perdas infligidas aos alemães pelos guerrilheiros. Um artigo indicou que em 1943 tinham já executado mais de 6.000 ações de guerra de importância diversa. Um outro diz que no decorrer da grande batalha da Rússia Branca em 1944, os guerrilheiros teriam morto, durante a retirada alemã, 150.000 homens, dos quais 15 generais, destruído 1.000 pontes, e centenas de aviões e de carros e milhares de viaturas.

Um documento indica que na região de Leninegrado, a guerrilha tomou cada vez mais amplitude nas retaguardas alemãs, onde os guerrilheiros teriam morto dezenas de milhar de inimigos, feito decarrillar centenas de comboios de munições e de material de toda a espécie, assaltado estados-maiores e depósitos, uma vez que os alemães estavam reduzidos à defensiva. Na ocasião do levantamento do cerco de Leninegrado, em janeiro de 1944, a sua ação incomodou seriamente os alemães em retirada, que perderam 90.000 mortos, ao passo que lhes foram feitos somente 7.000 prisioneiros. Em fevereiro seguinte, os guerrilheiros, que se tinham juntado a algumas tropas regulares, atacaram o flanco esquerdo alemão na Estônia, produzindo um notável recuo da frente.

"The Army Information Digest" (Estados Unidos) especificou, sem indicar a região nem a época, que uma via férrea, assegurando o reabastecimento de três exércitos alemães, tinha sido, numa só noite, cortada em tantos pontos que as operações foram suspensas durante vários dias.

Os alemães nada puderam conseguir contra guerrilheiros sem a

ajuda das tropas da zona de etapas, nem mesmo com o concurso de divisões temporariamente reconduzidas à retaguarda.

6 8

Do que fica exposto, pode concluir-se que, na frente da Rússia, os guerrilheiros constituíram um fator estratégico muito apreciável. Certos escritores militares pretenderam deduzir que o seu emprego se tornou parte integrante da guerra moderna; isto é talvez excessivo. A amplitude e a natureza do teatro da guerra são, para a utilidade, do seu emprego, os fatores determinantes. Apesar da vontade de luta contra o invasor alemão, a guerrilha não pôde, em todas as regiões de França, tomar um desenvolvimento semelhante ao que teve na U.R.S.S., por motivo da densidade de ocupação do nosso país pelas numerosas tropas alemãs, da dificuldade para os guerrilheiros, desde que se manifestassem ativamente, de escapar à sua perseguição, da falta de cobertos suficientes (montanhas ou florestas), da certeza de expor a população a cruéis represálias. Não se formaram agrupamentos importantes senão nas montanhas, Vercors, planalto de Gliers, etc.

Mesmo manifestaram-se prematuramente, o que permitiu aos alemães concentrar contra eles forças suficientes para lhes infligir sérias perdas.

A eficácia do "maquis" não foi, todavia, de desprezar. Sob a influência do sentimento duma hostilidade geral experimentada pelas tropas alemãs, cujo moral foi atingido, estas falaram por toda a parte, mesmo onde ainda não se tinha produzido qualquer ação hostil, do terrorismo que as ameaçava e este receio punha-as em estado de menor resistência. Desde os desembarques da Normândia, a princípio, da Provença, em seguida, na preparação dos quais os homens do "maquis" tinha útilmente colaborado e se tinham inteirado dos progressos aliados, passaram aqueles pouco a pouco à ação declarada, acelerando a evacuação do nosso

território e infligindo ao inimigo perdas apreciáveis.

A nossa Indochina e a Malásia inglesa são teatro duma guerrilha. Na Coreia, as tropas das Nações Unidas tem tido, muitas vezes que contar com ação dos guerrilheiros sobre as suas retaguardas. É por-

tanto prudente prever que, se eclodir uma nova guerra, será necessário ter em conta a ação dos guerrilheiros. Não esqueçamos nunca que para que esta ação seja possível, é necessário que conte não só com a simpatia mas ainda com a ajuda da população.



DEFESA CONTRA A AMEAÇA ATÔMICA

Pelo General MONTRELAY, na "Revue de Défense National"

Onde se planeja o problema dos centros povoados do futuro, estabelecidos para se oporem ao crescente perigo do ataque atômico.

Tradução, "data vênia", do Major LUIZ FELIPPE SILVA WIEDEMANN.



Foi descoberta uma arma cujo poder destruidor ultrapassa à imaginação mais funesta, uma arma tão idealmente apropriada a um ataque repentino e inesperado, que as grandes cidades de uma comarca podem ser destruídas em um "piscar d'olhos" por uma potência aparentemente amiga.

.....
"Concebe-se que possam ser descobertos métodos totalmente diferentes para se converter a matéria em energia. Não deve ser esquecido que a liberação da energia na fusão do urânio corresponde, aproximadamente, a somente a milésima parte de sua massa. Se se pudesse pensar num processo para converter em energia uma percentagem da massa de uma substância fácil de ser obtida, o gênero humano poderia suicidar-se a seu arbitrio". (Notícia de Enrique D. Smith, agosto de 1945 — Resumo geral).



Em artigos recentes, denominei "ameaça complexa" ao conjunto de meios de destruição integral que as modernas descobertas da ciência colocaram à disposição dos homens.

Ao raiar dos tempos foi prometido ao homem a conquista do mundo. Esta promessa está em vias de ser cumprida. O homem prepara-se para dispôr do instrumento de extraordinária potência que tanto almeja.

Tendo, no futuro, o poder necessário para destruir toda a vida sobre a terra (humana, animal ou vegetal) quanto para melhorá-la sensível e gradualmente, não se arrisca a desencadear o cataclisma final por não ter sabido dominar, a tempo, suas rivalidades pessoais, de povos e de raças e organizar suas sociedades. Esta é a grande interrogação que aparece sobre o nosso tema e que não tem senão a seguinte resposta: a única defesa completa é o estabelecimento efetivo de uma ordem racional, moral, universal. Esta é uma questão em que os aspectos essenciais: filosóficos, políticos, econômicos e sociais, escapam à nossa competência e cujo estudo não chegaria numa revista, na qual a estrita limitação dos temas é a regra, para que possam ser tratados com uma perfeita objetividade.

É, sem dúvida, útil evocar o problema em seu conjunto para mostrar a sua verdadeira natureza e fazer ressaltar o fato de que, se bem que interesse de maneira acessória às forças armadas, compromete, ao contrário e a fundo, todas as responsabilidades civis da Nação.



A ameaça complexa surge hoje, principalmente, da existência de armas nucleares, radioativas, biológicas e outras que podem ou não ser associadas à potência aérea.

Os efeitos dessas armas foram analisados e são conhecidos; exis-

tem remédios específicos para cada um deles, igualmente definidos mas de uma aplicação, às vezes, difícil.

A já citada ameaça foi traduzida em cifras e pode, desde agora, ser objeto de cálculos logísticos baseados na produção de armas, em seu rendimento e em seu emprego. Se bem que as informações relacionadas com ela passe a provir das fontes mais autorizadas são, todavia, contraditórias. Isto se deve ao segredo de que, sistematicamente, se cobre o essencial do que aqui se trata e ao fato que os autores acentuam, segundo seja seu temperamento ou o efeito físico (que é calculável) ou o efeito psicológico pouco previsível e que, como alguns pensam, deve ser predominante.

Nosso propósito não é estabelecer o quadro dos efeitos e dos remédios que o leitor poderá encontrar nas informações oficiais e nas revistas especializadas, mas pensamos que as diversas técnicas da destruição integral apresentam elementos afins que permitem conceber uma defesa válida contra todas elas, incluindo as que pudessem surgir, inteiramente prontas (1), do cérebro fértil de algum Júpiter humano. Não pretendemos, nestas poucas páginas, senão esboçar um tema tão vasto.

Não existem armas contra as quais não se possam opor meios de proteção, mas a defesa contra as armas complexas deve ser procurada fora dos limites militares tradicionais. *Tudo o esforço deverá ser proporcional ao efeito que dele se espera.* Este princípio universal de rendimento aplica-se, especialmente, no caso de armas complexas, segundo se tratar do ataque ou da defesa.

Estas são as idéias diretoras da exposição que se segue.

—o—

O esforço necessário para a produção de armas complexas é tal, efetivamente, que se não pode assinalar outros fins a não ser as destruições integrais e de eficácia decisiva. A utilização tática — por

exemplo — de bombas nucleares, ainda que sendo "aliviadas", parece pouco provável, salvo em casos absolutamente excepcionais (2). Um objetivo representado por tropas que operem desdobradas, seria pouco vulnerável, sob certas condições de proteção que tenham sido perfeitamente determinadas e que, seguramente, seriam adoptadas num exército bem instruído. Ainda, admitindo-se que fôsse vulnerável, sua importância seria insuficiente, comparada com o custo do projétil empregado para alcançá-lo.

Disto pode deduzir-se que os objetivos que justifiquem o emprego de uma arma complexa serão, de preferência, não os exércitos e sim os conjuntos cuja destruição influirá, diretamente, sobre os resultados da guerra: as **POPULAÇÕES**, o que vale dizer, os núcleos edificados e humanos que, em lugar de estarem dispersos, se aglomeram, aumentando assim o efeito do possível pânico geral; os **CENTROS**, cuja existência regula o funcionamento das principais engrenagens governadoras do país e cujo desaparecimento entranharia um estado de paralisia parcial ou total e que, em ordem decrescente de importância, seriam; os centros de direção (políticos e administrativos), os centros de comunicações (que tratam de transmissões, principalmente energia) e do ataque aos quais podem ser esperados, normalmente, não só resultados diretos e imediatos, como também com finalidades muito importantes e retardadas.

Estes **OBJETIVOS VITAIS** podem ser atingidos à margem das forças armadas e ainda que estas tenham sido chamadas a combater. Seria pois inútil considerar ditas forças como *pivô da defesa*. É este um novo conceito que necessita ser aprofundado, pois se bem que começa a aprofundar-se nos espíritos, não influíu ainda nem sobre nossos costumes nem sobre nossas instituições.

Mas, dir-se-á, a arma complexa será transportada, com toda a se-

(1) Como Minerva nasceu (N. do T.).

(2) Experiências recentes parecem demonstrar o contrário (N. do T.).

gurança, por avião e, conseqüentemente, a proteção do país contra seus efeitos será uma das missões da Defesa Antiaérea Territorial.

Ah, não!... Se bem que, em certos casos, seja assim, particularmente no que se refere ao problema estratégico da U.R.S.S., não se pode considerar a dita arma como ligada, obrigatoriamente, ao avião. Pode ser transportada por meios mecânicos do tipo V. 1 ou V. 2, aperfeiçoados, quando o objetivo estiver relativamente próximo das bases inimigas — com referência a U.R.S.S. é o caso de toda a Europa — e, além de tudo, se o dito objetivo apresenta uma densidade política, demográfica e industrial tão grande como a que caracteriza, por exemplo, as regiões de Paris, Londres, Bruxelas, o Ruhr e muitas mais.

Pode também ser posta em ação pelos submarinos e propender, com uma eficácia total, a destruir os portos e impedir definitivamente, quer-se dizer, durante várias décadas — toda a forma de vida naqueles lugares e, como conseqüência, toda a atividade humana.

E, finalmente, pode ser armada clandestinamente e transportada — mediante um ato insurrecional, ao sítio em que seu emprego foi previsto.

Vê-se, claramente, então, a parte que corresponde às forças armadas na defesa:

— *Tratando-se da força aérea* (no caso em que a arma seja transportada em avião ou mecanismo do tipo V. 1 ou V. 2), sabemos que a defesa aérea do Território, sejam quais forem o número e a qualidade de suas armas e o valor de sua organização, não poderá esperar senão uma reduzida percentagem de intercepções logradas.

— *Sendo a marinha que tenha a seu cargo a proteção aeromarinha costeira*, principalmente contra os ataques aos portos pelos submarinos, pode, por enquanto, falhar, devido à sua vigilância e ao aperfeiçoamento contínuo de seus meios e de seus métodos.

— *O próprio exército*, ainda supondo-se dotado dos melhores equipamentos que possam ser concebidos, não poderia, tão pouco, colocar o território ao abrigo da ameaça complexa.

Por isso, é necessário que a NAÇÃO, ante essa ameaça, estabeleça um sistema geral de auto defesa, baseado em uma estrutura interior suficientemente sólida contra a ação subversiva, pela preparação minuciosa do remédio, contra cada efeito, segundo seja sua natureza, e por uma organização apropriada, concebida com vistas à aplicação ampla e rápida desse remédio.

Passou-se o tempo em que a defesa da nação descansava, exclusivamente, na ação das forças armadas.

Por este ponto de vista, o plano civil compreenderia três grandes aspectos:

- Defesa contra a intervenção* capaz de desencadear a arma complexa ou de sabotar a luta contra os seus efeitos;
- Produção e situação de elementos de proteção de toda a natureza;*
- Criação de serviços de proteção, educação da população, informação e serviços: médicos, de abrigos e de evacuação, etc.*

—o—

Se considerarmos a finalidade que pode ser atribuída à arma complexa, comprovaremos uma grande diferença entre a dita arma e a bomba explosiva comum: esta caracteriza-se pelos seus efeitos instantâneos e a limitação quase local dos mesmos, a extensão dos quais sobre a superfície só poderá ser obtida pela multiplicação das bombas. A arma complexa, pelo contrário, pode produzir efeitos de bem longa duração, sobre grandes espaços e a largo prazo.

A técnica de emprego, por outro lado, varia, segundo se procure um efeito perdurável ou não. Tanto é assim que a bomba nuclear pode ser preparada para explodir no ar de 5 a 600 metros do solo, em con-

tacto com este, ou sob a terra ou debaixo d'água.

No primeiro caso, os efeitos destruidores serão instantâneos e primordiais enquanto que os radioativos serão secundários e limitados, ainda que sempre importantes. Em outros casos, os efeitos radioativos imediatos e ulteriores serão, em muito, predominantes.

Sob o ponto de vista destruidor e de volume físico em que tal efeito se produz, pode, talvez, ser admitido que a bomba nuclear ou term nuclear (bomba H) seja uma bomba explosiva de grande potência (3); os cálculos logísticos baseados na comparação entre os efeitos, o custo de produção e o número de bombas de que se dispõe ou que é necessário prever, podem ser considerados, talvez como admissíveis.

Se bem que seja indubitável que nas imediações do ponto da explosão não existe defesa possível, não será uma novidade dizer-se que tais possibilidades crescem à medida que aumenta a distância ao referido ponto, mas os efeitos radioativos da arma complexa podem converter, definitivamente, em estéréis, por toda vida, regiões inteiras. O envenenamento persistente da atmosfera e do solo não somente mata o ser vivo, como também, devido à ação efetiva da radioatividade sobre as células de rápida multiplicação, pode perturbar gravemente as funções reprodutoras daquele que tiver escapado da morte e, pela alteração dos cromossomos (base da procreação) e da própria criação, provocar transformações artificiais da espécie, originando descendências monstruosas.

Tratando-se de arma com efeitos epidêmicos, estes, eventualmente favorecidos, podem ter, segundo sua natureza, repercussões profundas tanto no espaço, como no tempo.

Vemos que esta forma de ação direta sobre as coletividades — em sua massa e em sua potencialidade vital — constitui o caráter fundamental da arma complexa.

A defesa contra tamanha ameaça conduz não somente à adoção de medidas de simples oportunidade — por importantes que sejam —, no conjunto de um plano militar ou nacional chamado, segundo as circunstâncias, a ser posto ou não em execução, bem como estabelecer medidas defensivas permanentes, projetadas e desenvolvidas no quadro de novas estruturas e novas normas de existência, baseadas na idéia perene da ameaça, idéia que se impõe uma vez que as armas complexas — ainda mesmo que o controle internacional seja realizado algum dia —, não desaparecerão, jamais, do mundo que lhes deu vida.

Mas, ainda que as ditas armas desaparecessem, subsistiria um perigo menor, é certo, contra o qual seria necessário precaver-se, desde agora, a humanidade futura. Tal é o acréscimo progressivo dos índices da radioatividade natural da atmosfera, resultante do desenvolvimento — mesmo pacífico — das técnicas nucleares (4) se chegarem a alcançar um nível suscetível de exercer uma influência apreciável da evolução da espécie.

A defesa da população contra a ameaça complexa converteu-se num dos principais problemas da defesa nacional, uma vez que a população será um dos objetivos preferidos para o ataque eventual.

Os efeitos dos antigos projetos limitavam-se ao sópro aos estilhaços e ao incêndio. As armas modernas, além de terem aumentado enormemente a sua potência, juntam a estes efeitos os de sua ação imediata ou mediata — sobre o organismo humano, devido à radio-

(3) Milhares de vezes mais poderosa que a bomba explosiva comum, a bomba A e milhões de vezes a bomba H.

(4) Experiências feitas em Puy-de-Dôme demonstraram que a radioatividade natural de atmosfera devido à presença infinitesimal do radon, aumentou, de duas a três vezes, nestes últimos anos, pelo aparecimento de átomos radioativos, ainda não identificados, mas cuja origem poderia ser revelada com as diversas explosões atômicas experimentais ou operacionais, ocorridas no mundo. (O radon é, como o neon, o argon, o xenon e o Kripton, um dos "gases raros" do ar atmosférico. É um fluido resultante das transformações excessivas de elementos radioativos). (N. do T.).

atividade, aos venenos biológicos e aos vírus epidêmicos.

O grande custo para se obter esses projetos e a dificuldade de produzi-los em grande quantidade e em curto prazo, obriga — como já o dissemos — a só utilizá-los contra objetivos cuja importância lhe seja proporcional. Estudando-se este aspecto relativamente à bomba de hidrogênio, os serviços norte-americanos avaliam em dois ou três o número de objetivos existentes na U.R.S.S. que justificam o seu emprego e, somente em uma dezena os que existem nos Estados Unidos.

Disto poderia nascer a idéia de que uma das melhores defesas contra as armas complexas seria a de não favorecer-lhe com objetivos que lhes fôssem adequados.

Na impossibilidade — dentro do tamanho deste artigo — de nos termos sobre todas as consequências que se originam deste princípio e que deveriam fazer parte de todo o plano racional e complexo da defesa, nos limitaremos a fazer ressaltar as conexões que o referido plano deve possuir, com referência à reconstrução.

Aquela idéia reforça o caráter permanente da ameaça e deve, evidentemente, orientar as tendências modernas em matéria de população, de construção e equipamento do território. E, dado que os problemas do urbanismo e da reconstrução estão na ordem do dia e gozam do privilégio de lhes ter sido designado um departamento ministerial próprio, não desdenharemos a oportunidade que cabe a esta organização centralizadora de estudos, de diretivas e coordenadora de esforços, para desenvolver conceitos acordes com a era atômica.

Pode afirmar-se, em princípio, que uma população cujo número de habitantes não exceda de 100.000 e 150.000, não justificaria o emprego de bomba nuclear, sempre que — bem entendido — não exista outra razão para atraí-la: sua importância política, militar, portuária, etc. Torna-se necessário pois,

favorecer, sistematicamente, o descongestionamento das grandes cidades e metrópoles em proveito de outras menos povoadas. A descentralização originada disto é plausível sob muitos pontos de vista e, se não nos equivocamos, deve constituir uma das idéias básicas do plano de reconstrução.

Como devem ser concebidas as novas cidades?

O tipo de arquitetura a ser adotado é um problema de arquitetura ao qual os efeitos das bombas — que são conhecidas — proporcionam todas as diretivas: escolha dos materiais, características técnicas das estruturas, dos telhados, das paredes, das vigas, dos revestimentos (com o propósito de se opor à resistência necessária ao sopro e ao calor), disposição interna dos ambientes, determinação das aberturas, das vidraças, das câmaras — abrigos, de maneira que ofereçam uma boa proteção contra os raios "Gamma" (5); aumento dos volumes subterrâneos para todas as atividades exigidas por um conglomerado humano e que não necessitem, de forma imperiosa, a ventilação natural ou a luz do dia: sala de espetáculos e de reunião, garagens, oficinas, serviços de socorro e de refúgios, hospitais, etc.

Os problemas próprios da arquitetura relacionados com as organizações que denominamos "centros", devem figurar entre os mais importantes e devem ser encarados com maior urgência.

Ao problema arquitetônico junta-se um problema de urbanismo que consiste em reduzir, sistematicamente, de forma metódica, a densidade da superfície da cidade, mediante a construção de jardins e parques, zonas residenciais, grandes avenidas e ruas de trânsito leve, devendo estas últimas atuar como "guarda-fogo" em caso de sinistro e assegurar a normalidade das evacuações.

O urbanismo da superfície seria completado por um urbanismo de sub-solo, o qual, além das cons-

(5) Os elementos radioativos emitem raios "alfa" (anódicos) "Beta" (catódicos) e "Gamma" (raios X), cuja velocidade é aproximadamente, de 300.000 km por segundo. (N. do T.).

truções destinadas aos diferentes serviços, anteriormente mencionados, deveria prover inter-comunicações múltiplas e corredores de evacuação suficientemente amplos e largos, para que fosse, sempre possível, o acesso do ar livre nas zonas não infectadas.

No estudo das redes de comunicações, reservar-se-á um lugar especial para o rádio e a televisão, uma vez que o contacto direto dos poderes municipais com a população e a informação exata e rápida a ela, serão as melhores defesas contra pânico eventuais.

Estes problemas da cidade da era atômica devem ser estudados com espírito prático e econômico, conservando-se o sentido exato das proporções. Em alguns pontos, os referidos problemas coincidiriam com as tendências de um plano que se baseasse, simplesmente, em considerações de higiene física, moral e social. Em outros, opõem-se totalmente aos processos do passado e contrastam com alguns conceitos atuais. Por isso, seria bem interessante submetê-los à consideração dos técnicos urbanistas para que procurassem encontrar, dentro de um limite de realização, obrigatoriamente progressiva, soluções adequadas e verídicas, talvez pouco eficazes momentaneamente, porém inspiradas na realidade e magnitude do perigo que deve ser conjurado. As diferentes soluções apresentadas seriam — por igual — comparadas por meio de um índice geral de sensibilidade aos efeitos da arma complexa, o que não parece impossível definir e fixar.

Mais além da cidade encontra-se a região, que convém examinar, região que se buscará converter em uma unidade sob todos os aspectos, queremos dizer, que nela se encontrariam todos os elementos apropriados para lhe conferir a possibilidade de uma vida autônoma, durante algum tempo (6); isto significa, especialmente, que a produção agrícola e industrial e sua distribuição dentro dessa unidade seriam assegurados no limite do organismo regional, o que supõe

uma organização adequada da indústria, dos transportes e da energia. No que se refere a esta, sobretudo, é conveniente se amoldar aos próprios recursos da região — naturais ou artificiais — levando-se em conta a grande ajuda que podem trazer à solução do problema as possibilidades das técnicas modernas: fontes geotérmicas, pilhas nucleares, etc.

A organização industrial se caracterizará por aquilo que os norte-americanos chamam "Self-contained", o que quer dizer, que na medida do possível, se realizarão na região todas as operações, desde a manipulação das matérias-primas (em alguns casos, ainda sua extração) até a fabricação de produtos terminados.

No que se refere aos transportes, todos os meios conhecidos serão associados e desenvolvidos em relação ao seu valor econômico estimado dentro da região.

As regiões se converterão, automaticamente, no pedestal da tendência descentralizadora, subentendendo-se que, para que seja efetiva esta descentralização, deve ser realizada, paralelamente, em todos os ramos da administração do Estado: política, administrativa, econômica, militar, etc.

Não poderemos, no desenvolvimento deste artigo, senão realçar a importância da descentralização sem aprofundar o seu estudo. Deverá ser impulsionada, vigorosamente, por iniciativa dos poderes públicos, dentro de cada administração responsável, devendo ser os estudos orientados e coordenados pela ação da Secretaria Permanente da Defesa Nacional.

Serão, também, as regiões, os pontos de apoio naturais da defesa militar. Se estabeleceria nelas um índice de sensibilidade que não deveria ser ultrapassado.

Paralelamente ao desenvolvimento regional, seriam reduzidas de maneira progressiva e até chegar ao essencial, as comunicações das regiões entre si, uma vez que, por elas, se supõem o desdobramento de redes extremamente vulneráveis a

(6) Cêrca de quatro semanas, por exemplo.

tôda espécie de ataque: como tais, aparecem, atualmente, a rede ferroviária, a dos transportes a grandes distâncias e, em grau menor, os caminhos e a dos P.T.T. (7). O desenvolvimento das vias não materiais, tais como o rádio e aviões, deve ser considerado, assim como o dos veículos terrestres.

A imagem de um arquipélago surge, espontaneamente, no cérebro para caracterizar o conjunto da estrutura continental a ser realizada, estando as relações entre as "ilhas" a cargo de uma espécie de navios aéreos ou terrestres.

Mas, esta analogia não deve ser exagerada; os espaços interregionais não estarão desertos; continuarão sendo cultivados, explorados e povoados, porém não deverão demonstrar nenhum ponto de particular atração para o ataque complexo, o que quer dizer, que nêles não deverão existir pontos que tenham, simultaneamente, uma grande importância e uma extrema vulnerabilidade.

Resumindo-se, o território compreenderia três tipos de zonas caracterizados por um índice decrescente de sensibilidade aos efeitos da arma complexa: as aglomerações, as regiões e as zonas intersticiais.

A autonomia relativa das regiões dentro do conjunto impediria que a nação sucumbisse em consequência de uma só ferida mortal. Como poderiam ser realizados êstes pontos de vista? Em princípio, a delimitação das regiões deveria, em alguns casos, não possuir fronteiras.

Pareceria evidente que os Flandres e a bacia mineira do norte constituiriam uma só região militar e, consequentemente, também sob o ponto de vista econômico e político, da mesma forma que a Lorena e o Sarre, países cisrenanos e transrenanos. Assim, semelhante plano teria significação somente dentro de um quadro político de uma Europa unificada.

Tal circunstância deverá nos deter? "Refazer a Europa" não parece, tecnicamente, o mais difícil

na organização contra a arma complexa. As mentes esclarecidas sabem perfeitamente e o povo o sente por instinto, que à margem da "Europa reconstruída" não existe solução possível para o problema da defesa. O patriotismo francês debilitado pelo caráter de impotência e ineficácia que reveste todo ato cumprido de acordo com o plano nacional, se reencontrará com uma nova fé, baseada no plano eficaz que pode estabelecer esta "Nova Europa".

Naturalmente que se não deve limitar à metrópole a aplicação do sistema. As possibilidades oferecidas pela África do Norte e pelo conjunto de territórios de ultramar deverão ser exploradas ao máximo, com o que, reduzindo-se enormemente a vulnerabilidade daquela, se favorecerá o desenvolvimento tão desejável dos referidos territórios.

Esta é uma tarefa a ser empreendida análoga à que a U.R.S.S. realiza desde alguns anos. Entre todos, é a União Soviética o país que apresenta a menor vulnerabilidade ao ataque complexo, tendo em vista a pouca densidade de população e o equipamento de que dispõe, em comparação com o restante da Europa e os Estados Unidos. No entanto, é a nação que prepara mais cuidadosamente sua defesa contra as operações aerotômicas. Nós não disporemos talvez, para organizar a defesa do ocidente contra ela, senão dos prazos que a U.R.S.S. empregará para aperfeiçoar sua defesa já estabelecida.

—o—

A ameaça complexa dá, assim, aos tempos em que vivemos, o aspecto de estéril de uma idade nova. Nossa sociedade, nossa maneira de viver e nossas organizações apresentam uma fragilidade extrema ante esta ameaça. O estudo detalhado do perigo, sob todos os seus aspectos e remédios apropriados que cada um dêles envolva, converte-se em um dever em prol da humanidade. O dever de salva-

(7) P.T.T. é o equivalente do nosso "Correio e Telégrafos". (N. do T.).

guardar as populações, não somente nas épocas de crises, como, também, em sua vida habitual e cotidiana, leva a dar aos serviços de proteção formas permanentes e a prever, em todos seus aspectos, as organizações sociais, urbanas, regionais e nacionais, de tal maneira que escapem parcial e automaticamente, pelo próprio dispositivo e pela própria resistência, ao novo perigo que os ameaça. Tal como todo ser vivente se adapta ao meio para permitir a sobrevivência da espécie.

A adaptação completa não pode ser senão lenta. É um ato evolutivo. Mas, esta evolução pode ser, afortunadamente, acelerada pelo conhecimento tangível que os homens responsáveis possam adquirir do perigo e dos meios de evitá-lo.

Este conhecimento deve, pois, começar sem tardar. Encontramo-nos

face a uma tarefa talvez secular, porém quanto maior for a obra, tanto mais breve deverá ser iniciada.

Estas são, dir-se-á, investigações fabulosas e inaceitáveis.

Isto é discutível: planos bem raciocinados, todavia resolutamente orientados, podem ser estabelecidos. E, além de tudo, uma questão de perspicácia, de vontade e de continuidade de visão.

Não será utópico pensar-se que desaparecerão as sociedades cujos condutores não tenham demonstrado estas qualidades, aplicadas à solução de um problema que, a despeito dos homens, apresenta, fatalmente, tal conjuntura.

Cabe a nós escolher se desejamos ficar entre as sociedades que viverão ou entre as que perecerão.



A ENGENHARIA NA BATALHA

Coronel D. GABINO ANFUSO

Traduzido e condensado, "data vênia", da "Revista Militar Y Naval" do Uruguai, de 1952, pelo Major FLORIANO MÖLLER.

GENERALIDADES



MA vez que a arma de Engenharia deve estar entrosada em tôdas as fases da batalha, seu emprêgo está condicionado aos fatores fundamentais consti-

tuidos pelas características do terreno; do material de que se dispõe; das possibilidades do adversário (particularmente de sua engenharia), e à necessidade de encontrar soluções rápidas e satisfatórias. A análise criteriosa destes fatores permitirá determinar as missões a cumprir pelas Unidades da Arma de Engenharia e ajustar o seu emprêgo a essas missões, regulando a sua intervenção judiciosa.

A) O terreno

As características do terreno, tais como as facilidades que apresenta para o movimento das tropas, a quantidade e o estado de conservação das vias de comunicações; a existência de cursos d'água importantes, a influência das destruições já efetuadas ou previsíveis e as possibilidades de observação, — condicionam a missão das Unidades de Engenharia em tôdas as fases da batalha. Pelo exposto, é imprescindível conhecer profundamente o terreno em que se vai atuar.

B) Características do material e equipamento

O conhecimento das características do próprio equipamento e o

do inimigo permite deduzir as servidões impostas por tais características para a intervenção dos elementos da Arma de Engenharia. E o conhecimento de tais dados que determina o emprêgo da Engenharia nos locais em que seja indicada a sua intervenção.

C) Os meios inimigos

Em sua missão geral de facilitar os movimentos das tropas amigas e dificultar o das tropas adversárias, a nossa Engenharia se contrapõe diretamente à tarefa da Engenharia inimiga. Por isso, é fundamental, para nós, o conhecimento dos meios e processos desta última, para determinar os pontos prováveis de sua aplicação, o valor e a intensidade do seu esforço.

D) Necessidade de soluções rápidas e satisfatórias

A rapidez na realização da manobra é um fator indiscutível de êxito. A Engenharia, cuja missão geral é facilitar os movimentos de toda natureza, deve executar, em curto prazo, as tarefas em que fôr chamada a intervir. Para tal fim, as Unidades de Engenharia devem ser empregadas acertadamente, disporem de meios adequados e escalonarem os seus trabalhos de acôrdo com um plano coordenado, no qual cada elemento designado realiza a sua parte.

É a manobra prevista, em curso de execução, que obriga a Engenharia adversária a modificar os

trabalhos já realizados ou encarar outros novos. Assim sendo, quer se trate de anular a ação direta ou indireta da Engenharia inimiga, ou de diminuir as servidões impostas pelas características do terreno, é a manobra que determina, no fundo e na forma, a ação da Arma de Engenharia.

I — A ENGENHARIA NAS OPERAÇÕES OFENSIVAS

A) Generalidades

A batalha ofensiva permite diferenciar três fases, escalonadas no tempo, a saber: — fase preliminar ou de preparação do ataque; a de ruptura e a exploração do êxito. Em qualquer delas, a missão da Engenharia é proporcionar, à G.U. apoiada, uma rede de comunicações que se condene com a missão a cumprir, a frente atribuída e a importância dos meios que por ela terão que circular.

Além disso, as Unidades de Engenharia devem cooperar no equipamento da frente de combate, na organização das zonas passivas, na fase preliminar, participar do combate na fase de ruptura e na exploração do êxito e bem assim facilitar a manutenção dos objetivos atingidos nesta última fase.

B) A engenharia na fase preliminar

A finalidade da fase preliminar da batalha ofensiva é a criação de um dispositivo que permita empenhar, em condições favoráveis, o grosso das forças nas direções pré-fixadas. O plano de preparação deve ser estabelecido em seus mínimos detalhes, tendo em conta as características do terreno e as possibilidades que o mesmo oferece para a manobra, as possibilidades do inimigo, os meios necessários e os disponíveis, assim como o espaço de tempo que o Comando pode contar. A elaboração oportuna deste plano é vital para a Engenharia, uma vez que o mesmo inclui:

a) o estabelecimento da rede de vias de transporte o mais avan-

çada possível, e capaz de ser prolongada sobre o terreno conquistado;

b) a instalação das forças de ataque sobre posições de espera e de partida, assim como a abertura de brechas nos obstáculos existentes;

c) os recursos para o exercício do Comando, pela escolha adequada dos locais dos P.C., P.O., etc. e o estabelecimento dos meios de transmissão;

d) as previsões para os suprimentos e as evacuações.

Por outro lado, este plano deve ser executado em sigilo e seus trabalhos devem estar concluídos no momento previsto. É particularmente importante que o inimigo não possa captar informes sobre a data provável do ataque, ou pelo menos, que não as obtenha em tempo útil, e bem assim a região de esforço, os meios em jogo e o momento do lançamento do ataque. É imprescindível, portanto, a dissimulação dos trabalhos a cargo da Engenharia, particularmente visíveis e fáceis de localizar, tais como movimentos de terra, carinhos, pontes e novos depósitos.

Além disso, a fim de que os planos do Comando possam obedecer ao calendário pré-fixado, os trabalhos de Engenharia devem estar concluídos nos prazos previstos, qualquer que seja a duração dos mesmos. Com este fim, serão empenhadas todas as Unidades de Engenharia disponíveis, de acordo com o plano aprovado pelo Comandante da G.U. considerada. Em tais condições, quais são as atribuições do Comandante e as tarefas das Unidades de Engenharia?

(1) Atribuições do Cmt. da engenharia

Em primeiro lugar, o Comandante da Engenharia, como conselheiro técnico que é do Comando, intervém, na elaboração do plano de preparação, prestando informações técnicas no que se refira à permeabilidade do terreno para os elementos a serem empenhados; existência de obstáculos e organizações defensivas que poderão ser

encontradas; possibilidades de melhoramentos da rede de estradas; eixo sobre o qual deverá ser realizado o esforço da Engenharia; possibilidades de novas instalações; meios suplementares e bem assim o tempo necessário para a execução dos trabalhos.

É evidente que, para estar em condições de dar tal assistência técnica, o Comt. da Engenharia deve ter feito um estudo do terreno; estar a par dos trabalhos inimigos; conhecer a natureza e o valor dos elementos de Engenharia que dispõe, e as possibilidades dos mesmos.

A assistência técnica fornecida permite ao Comando da G.U., em sua decisão, fixar a missão geral da Engenharia, os limites avançados e recuados das comunicações da G.U., a rede de estradas a estabelecer antes do ataque e seu prolongamento ulterior; os trabalhos de criação ou adaptação da base de partida; as obras de fortificação de campanha para instalação das armas, dos P.C. e P.S.; criação de barreiras, etc.; os reforços em tropas e material; a ordem de urgência dos trabalhos e os prazos de execução.

Com a decisão em seu poder, o Comt. da Engenharia estabelecerá o plano de emprego da Engenharia e dará as ordens necessárias às suas Unidades. Este plano, tendo em conta os trabalhos a realizar e os meios disponíveis, fixa as missões às Unidades, suas zonas de ação; proporciona todos os informes técnicos necessários; faz recomendações sobre camuflagem e outros pormenores de execução, e finalmente, trata de adaptar, o mais possível, o dispositivo da Arma ao da Grande Unidade e de manter em reserva um mínimo de pessoal para atender aos imprevistos. Para fins de planejamento, todas as Unidades de Engenharia, orgânicas ou em apoio, devem ficar à disposição do Comt. da Engenharia.

(2) Missão das Unidades de Engenharia

Uma vez que a missão fundamental da Engenharia consiste no

recondicionamento e melhoramento da rede de comunicações, — a fim de evitar dificuldades às tropas e ao seu abastecimento para a realização da manobra prevista, o deslocamento das bases de fogo e a utilização dos pontos de suprimento instalados, será necessário:

(a) conservar e melhorar a rede de estradas;

(b) aumentar sua densidade com novos caminhos;

(c) aumentar o número de pontos de passagem nos obstáculos;

(d) construir pistas de acesso aos depósitos, pontos de suprimento, hospitais, campos de aviação, etc., etc.;

(e) efetuar ampla e completa limpeza de minas em toda a extensão da rede de estradas.

Estes trabalhos são executados pelas Unidades de Engenharia com seus meios orgânicos ou complementares fornecidos pelos depósitos de material e equipamento. A fim de manter o segredo, durante o dia empregam-se fumígenos para camuflar as obras especiais; molham-se os itinerários poeirentos; as estradas novas devem obedecer a traçados inteiramente cobertos; os locais expostos às vistas inimigas devem ser cuidadosamente camuflados e deve utilizar-se intensivamente o trabalho noturno, juntamente com um rigoroso controle da circulação. Assim, por exemplo, preparam-se, com antecedência, os lances e cavaletes das pontes, mas o seu lançamento só é feito à noite, conservando-se o material oculto nas proximidades, até o momento oportuno.

Para poder executar os trabalhos a seu cargo e para estar em condições de intervir durante o ataque, as tropas de Engenharia devem adotar um dispositivo flexível, mantendo-o sempre adaptado à manobra em curso.

Como se pode ver das atribuições do Comandante da Engenharia, presta esta assistência técnica ao Comando da G.U. e tem a seu cargo o planejamento dos trabalhos e a distribuição de missões às Unidades de Engenharia, enquanto que

o papel destas é essencialmente de execução.

C) *A Engenharia na fase de ruptura*

O ataque tem por objetivo romper o dispositivo inimigo, abrindo brechas em suas posições, anulando suas defesas e expulsando os seus ocupantes, de modo a facilitar a manobra.

A Engenharia atende a essa finalidade de dois modos a saber :

a) pela participação direta nas ações de ruptura, a fim de neutralizar a defesa e abrir brechas nos obstáculos e em campos minados;

b) pelo restabelecimento das vias de comunicações, eliminando obstáculos e reparando ou contornando as obras darte destruídas.

A passagem de um curso d'água à viva força será motivo de um estudo especial, que efetuaremos mais adiante.

(1) *Atribuições do Cmt. da Engenharia*

Uma vez que as características do terreno não são o único fator condicionante da manobra, mas, exercendo uma influência considerável sobre as atividades da Engenharia, às vezes, pode acontecer que o esforço da Engenharia seja feito em regiões diferentes daquelas em que as demais armas combinam ou orientam o seu esforço. Quanto ao seu emprego, salvo algumas Unidades destinadas ao cumprimento de missões excepcionais e que são postos à disposição dos Comandantes de Unidades de outras armas, todas as Unidades orgânicas ou de reforço devem permanecer sob o controle direto do Cmt. da Engenharia.

Continuando no seu papel de conselheiro técnico, ante a evolução da situação que exija novas decisões, o Cmt. da Engenharia orienta os seus meios, fiscaliza o cumprimento das missões atribuídas, modifica as missões de acordo com as variações decorrentes do desenvol-

vimento das operações, regula a participação de suas Unidades em apoio da infantaria ou dos carros de combate e mantém um dispositivo geral flexível, que permita atender às mudanças de situação e adotar, a tempo, o dispositivo necessário para a exploração do êxito.

(2) *Missão das Unidades de Engenharia*

As Unidades de Engenharia participam diretamente do ataque em posições fortificadas e se encarregam da eliminação de obstáculos e do restabelecimento das comunicações.

(a) A participação direta da Engenharia nas operações de ataque é feita por meio de suas Unidades de assalto. Estas, com minas e cargas de destruição, rompem as aberturas das obras de fortificação, ou com o emprego de lança-chamas e "tank-dozer" (1) executam ou cooperam na redução de ninhos, casa-matas e armas protegidas.

(b) A eliminação dos obstáculos exige atividades variadas, tais como a abertura de brechas em cercas de arame farpado, campos minados; lançamento de pas-sadeiras sobre os obstáculos, brechas, etc.; eliminação da estacada; "dentes de dragão"...

Um dos meios especiais que facilitam sobremodo a luta contra os obstáculos é o "tank-dozer" para a redução de declives ou aclives, enchimento de fossos, remoção de obstáculos, etc.

(c) A rede de comunicações, situada na frente de ruptura, deve ser aberta o mais cedo possível, para atender a um tráfego intenso e de grande tonelagem. Para tal fim, a Engenharia elimina os obstáculos, limpa as estradas e caminhos e abre novas pistas que permitam ao Comando executar o rápido deslocamento de efetivos importantes e o avanço da massa de Artilharia. Todos estes trabalhos exigem grandes efetivos e amplos meios de terraplanagem.

(1) Carro de combate dotado de uma lâmina de "bulldozer."

D) A Engenharia na exploração do êxito

Com a finalidade de ampliar a brecha feita, aumentar a desorganização inimiga e impedir o reagrupamento de suas forças, todo ataque coroado de êxito deve ser explorado imediatamente.

O dispositivo das G.U. é descentralizado e escalonado em profundidade, fracionando-se em grupamentos táticos que pressionam tenazmente para diante e cuja ação é coordenada sobre eixos balizados pelos pontos débeis do dispositivo adversário.

A exploração do êxito, fase final de toda manobra ofensiva, não será pois viável se não se dispuser desde logo, de vias de comunicações adequadas.

Uma vez que, na maioria dos casos, a exploração é realizada pelas Unidades Blindadas, enquanto a Infantaria reduz resistências isoladas e ocupa o terreno conquistado, a tarefa da Engenharia, ou seja, a abertura de caminhos que permitam o máximo rendimento e rapidez de progressão das Unidades Blindadas, estão a cargo da própria E.D. da D.B.

As características do dispositivo adotado pelas G.G.UU. e, especialmente seu fracionamento em grupamentos obrigam à Engenharia modificar igualmente o seu dispositivo.

Os B.E. divisionários são repartidos pelos G.T.; as unidades em apêlo ou à disposição asseguram o escalonamento em profundidade, dos trabalhos de engenharia.

(1) Atribuições do Cmt. da Engenharia

A tarefa fundamental do Cmt. da Engenharia é a execução do plano de restabelecimento das comunicações, tendo em vista a manobra projetada, as informações obtidas e o estudo do terreno. Este plano fixa os caminhos a restabelecer, suas características, a ordem de urgência dos trabalhos, juntamente com um sumário referente às necessidades em pessoal,

material e meios de tráfego, e a judiciosa repartição dosios.

(2) Missão das Unics de Engenharia

O dispositivo de Engenharia, adaptado à rede de estradé escalonado em profundidade seguinte maneira:

a) As E.D., que deve estabelecer, o mais cedo possílas comunicações necessárias à obra, avançam seus reconhentos técnicos o máximo à frente intervem diretamente no com com seus grupos de assalto; ilitam os movimentos da Infantia e dos carros de combate, com mpeza das minas; abrem bres nos obstáculos e permitem gão de conjunto das D.I., pelo abelecimento rápido da rede dtradas em toda a frente.

b) A retaguarda, o s próximo possível da E.D., a Engenharia do C.Ex., isto os artezãos fundamentais do tabelamento das vias de tporte. Escolhidos os eixos do Ex., a E.C.Ex. melhora os traos necessariamente sumários E.D.; substitue esses trabalhosmários por outros mais sólidoselimina obstáculos; amplia o levamento de minas e dá aos eixos C.Ex. o seu aspecto definitivo.

c) Mais, a retaguarda Engenharia do Exército corras imperfeições dos trabalhosilizados, completa o levantamento minas, restabelece as obras de e sobre os eixos do Exército, radiciona as vias férreas e fluviaifornece os suprimentos de queia Unidade necessita em suas efas.

Este dispositivo de conto permite:

(a) que as E.D. se ocupem exclusivamente com oio das Unidades de ataque.

(b) que o Cmt. da Engenharia do Exército acompanhe perto a ação das E.D., consando em suas mãos umas tanta Unidades em reserva para aplicação ponto e momento oportunos.

(stinaua)

DEFESA LOCAL NA ARTILHARIA DE COSTA MOTORIZADA

Cel. NEWTON FRANKLIN DO NASCIMENTO

I — INTRODUÇÃO



Neste artigo anterior, abordamos o assunto referente à "escolha e ocupação de posição da artilharia de costa motorizada" e, muito de propósito, deixamos, para um artigo especial, o assunto da DEFESA LOCAL, um dos mais importantes na época de hoje, à vista dos progressos cada vez maiores, experimentados nos meios de ataque modernos, aéreos ou navais.

O tema do presente artigo achase explanado, sem pormenores, no C 4-5, isto é no Manual referente ao Emprêgo Tático da Artilharia de Costa, o qual se limita a fazer referência aos demais manuais especializados, como sejam os que tratam da camuflagem, defesa anti-aérea, organização do terreno e outros (guerra química, etc.).

Assim sendo, prevenimos ao leitor de que nosso trabalho é um resumo, para servir apenas de orientação aos artilheiros de costa que, por certo, possuem outras fontes melhores.

II — PRINCIPIOS GERAIS

Em tese, a defesa local da artilharia de costa motorizada depende da posição das peças em relação ao dispositivo geral da defesa, quer esteja atuando somente como artilharia de costa, quer esteja agindo, em conjunto com as demais moda-

lidades da arma, como artilharia de campanha.

Em outras palavras, isto significa que, num ou noutro caso, seja qual for o escalão considerado (grupo, grupo, ou bateria), o comandante da artilharia de costa motorizada conta com o apoio das outras armas. Porém, de forma alguma poderá descuidar da defesa local de suas posições, muito embora dependa do dispositivo geral da defesa e do auxílio das outras armas.

Conquanto sua própria defesa local dependa e resulte da vizinhança de tropas das outras armas, a artilharia de costa motorizada não deve contar apenas com o apoio delas, pois, na hora H, as outras armas podem falhar.

Dai resulta o princípio geral em que se definem as responsabilidades do comando, princípio este de enunciado simples e lacônico: a artilharia de costa motorizada cuida de sua própria defesa local, tão logo ocupe suas posições.

III — ORGANIZAÇÃO DA DEFESA LOCAL

Em resumo, a defesa local de uma posição de artilharia (costa, campanha ou anti-aérea), consta do seguinte: emprêgo das defesas acessórias, isto é, redes de arame, do tipo Brum ou outro mais aperfeiçoado, cavalos de frisa, abatazéis e outros obstáculos;

— construção de abrigos para as armas automáticas, os quais

devem permitir o flanqueamento à frente das defesas acessórias;

— colocação judiciosa do armamento antiaéreo na vizinhança da posição, de modo que possa agir contra qualquer objetivo terrestre e aéreo;

— construção ou aproveitamento de abrigos naturais nas proximidades das defesas acessórias, os quais permitam o lançamento até de granadas de mão, caso a posição seja abordada e falhem os meios mais violentos.

Ademais, a organização da defesa local deve permitir o seguinte:

— emprêgo rápido e fácil dos canhões, na direção geral de tiro, mediante emprêgo das plataformas, no caso do material 152.4 m/m;

— na segurança dos flancos e da retaguarda, pelo emprêgo judicioso do armamento de menor calibre (metralhadoras, material antiaéreo e outros meios disponíveis).

Todo o pessoal deve receber instruções bastante claras e precisas, inclusive para a destruição do material e munições, no caso de ataque à posição, o que pode acontecer por pára-quedistas.

Em posição, o inimigo mais terrível é, sem dúvida, o avião e, contra ele devem voltar-se tôdas as atenções, entre as quais lembramo-nos das seguintes:

— convém dispersar o material no terreno, para aproveitar ao máximo a proteção e abrigos naturais que ofereça;

— é estabelecido um sistema de alarme que anuncie, em tempo, a aproximação das aeronaves adversárias;

— durante a noite, apagam-se tôdas as luzes e fogos;

— ao sinal de alarme, todo o pessoal ocupa os locais dos abrigos;

O emprêgo do material antiaéreo obedece a ordens precisamente judiciosas, para evitar que se revele,

antes de o avião alcançar a altitude compatível ao ataque de terra, a existência das posições;

— devem tornar-se o menos visível as posições ocupadas, mantendo o inimigo sempre em dúvida sobre seu valor real.

Para isso, procuram evitar-se abrigos de relêvo exagerado, de arestas vivas e diferenças de coloração natural do terreno.

É assaz recomendável o emprêgo de falsas posições, bem assim da camuflagem, para não revelar as posições prematuramente.

Faz-se mistér organizar uma disciplina rigorosa, para não revelar os trabalhos em execução e nem o valor das posições.

IV — COBERTAS NATURAIS E CAMUFLAGEM

As cobertas naturais são bosques, capões, macegas, grotas, etc., cujos elementos são utilizados com vantagem.

Quanto à camuflagem, espero, se Deus não mandar o contrário, dedicar-me a seu estudo, tão logo seja publicado o respectivo manual.

Para não perder tempo, já podemos adotar uma classificação simples para os meios de camuflagem, a saber:

a) *meios naturais*: são as hervas, gramineas e outros vegetais como os ramos de plantas, arbustos e árvores;

b) *meios artificiais*: são os fios e tecidos de diferentes tipos e espécies, entre os quais se destacam as *redes de camuflagem*, já bastante conhecidas em nossos meios militares.

O assunto é muito vasto e consta do Manual sobre a camuflagem, já preparado na D.A. e em vias de ser divulgado, motivo por que dispenso-me de entrar nos seus pormenores, que não cabem num artigo como o presente, que redigimos à guisa de mera lembrança aos artilheiros da costa.

REFLEXÕES SOBRE A DEFENSIVA

(Clausewitz teria razão ?)

Ten.-Cel CORDAILLAT

Traduzido da "Revue Militaire d'Information" (França), pelo Coronel PRIEGO para a Revista "Ejército" (Espanha), de outubro de 1951 e desta, data vinda, pelo Major FLORIANO MOLLER



AFIRMOU Clausewitz que a defensiva é a forma mais eficiente da guerra. A nós, melhor nos parece um recurso de emergência, que admite, desde o início, a perda total ou parcial da liberdade de ação, a submissão à vontade do adversário e a redução da manobra ao contra-ataque.

Se se trata de uma defensiva estática, conduzirá indefectivelmente à derrota, a não ser que se a combine com ações ofensivas em outras frentes.

Por outro lado, se se pretende dar à mesma um caráter dinâmico, provocará, por fim, um desgaste maior que qualquer ofensiva.

Como norma geral, torna-se condenável, tanto em si mesma, como em seu espírito, pois sua influência moral é nefasta. É própria de nações decadentes e, convertida em doutrina, constitui uma confissão de impotência. Entretanto é, às vezes, uma necessidade.

Quer se trate de uma ofensiva local em um determinado setor da frente, com a finalidade de economizar forças que permitam realizar ações ofensivas em outros pontos em que se espera a decisão; quer se trate de uma defensiva generalizada em todo um Teatro de Operações, à espera de reforços aliados, ou apenas da cobertura da concentração inicial, só se concebe a defensiva dentro de certas regras de

continuidade, profundidade e economia de forças.

Mas, se nos vissemos na necessidade de nos bater defensivamente, necessitaríamos de efetivos em pessoal e a dotação de material e equipamento que nos permitissem atender às suas regras, de acordo com as nossas concepções.

Para atender a essa decisão, os entendidos no assunto propuseram uma quantidade enorme de sistemas. Desde uma infinidade de postos avançados que cobriria (...?) uma grande massa de manobra, até uma rede de potentes "pontos de apoio" que barrariam os eixos de penetração.

Por escassez de meios, a defensiva é, em geral, estabelecida sobre grandes frentes. Mas, quer conciliar termos tão opostos como "resistir" e "grandes frentes" constitui uma ilusão.

Devemos refletir, pois, sobre tão angustioso problema, bastante mais difícil que os que apresenta a ofensiva.

Examinaremos os dados do problema para buscar a solução. Com tal fim, passaremos do simples para o complexo, da frente normal para as grandes frentes.

A DEFENSIVA EM UMA FRENTE NORMAL

Consideramos como normal para uma Divisão de Infantaria, uma frente de dez a doze quilômetros.

Admite-se que a unidade tática é o batalhão e que esta unidade, ainda que reforçada com armamento anticarro e de defensiva antiaérea, só pode atender um Centro de Resistência de uns cem hectares de superfície.

Se tivéssemos de assegurar a continuidade e profundidade da posição, nossos nove batalhões (da D.I.) se tornariam insuficientes e nenhum desses nove centros de resistência poderia resistir a um ataque potente, senão algumas horas.

O Cmt. da Divisão, desse modo, sem nenhuma reserva, depois de haver disposto suas unidades no terreno e estabelecido seu plano de fogos, não teria outro recurso senão dirigir-se para sua barraca e esperar que a Providência Divina o ajudasse.

Isto pôsto, organizaremos a nossa posição de acordo com o dispositivo clássico, isto é, em dois subsetores, com quatro ou cinco C.R. de batalhão, em primeira linha; dois ou três batalhões em reserva de subsetor, inclusive a artilharia de apoio direto e um ou dois batalhões de reserva do setor.

Quem duvidará que as reservas do subsetor serão absorvidas logo que se produza a primeira ruptura da frente e que a reserva divisória seria demasiado fraca para rechassar um ataque potente? Além disso, lançar em contra-ataque um batalhão de reserva de subsetor, que constituía até então um C.R. protegendo a artilharia ou o P.C. do Grupamento, equivaleria a abandonar, no momento crítico, uma posição organizada, para instalá-la alhures, ao final do contra-ataque que, provavelmente obterá um êxito incompleto?

Finalmente, dispor as reservas de subsetor sem que sua ação seja coordenada pela Divisão, não significará dividir *a priori* as próprias forças?

Para concluir, — a Divisão se bateria, desse modo, em três tempos sucessivos.

Que faltaria pois, a esse infeliz Cmt. de D.I., cheio de ortodoxia? Apenas a possibilidade de manobrar, ou seja, a falta de u'a massa de manobra e de liberdade de ação.

Em outros termos, não se deverá considerar previamente o que se necessita para guarnecer um setor (Infantaria e apoio de fogo) e deixar depois em reserva o que sobrar; mas sim, fazer o contrário, constituir primeiro u'a massa de manobra em função das possibilidades de ataque e cobri-la então com o efetivo restante.

No caso considerado, essa massa de manobra compreenderia, no mínimo, um grupamento constituído de três batalhões, reforçados com todos os meios blindados disponíveis e com a artilharia de apoio em condições de atuar no flanco da direção de ataque mais perigosa. Um segundo grupamento de um ou dois batalhões, reforçado com artilharia e armas anticarro, deveria ser disposto de modo a atuar sobre o flanco de uma direção secundária ou de modo a facilitar a ação do grupamento principal, amortecendo ou balizando o ataque inimigo.

A artilharia de tal massa de manobra seria a mesma da Divisão. Isto quer dizer que a missão da artilharia seria, ao mesmo tempo, defensiva, em proveito dos C.R. de cobertura; e ofensiva, em proveito da massa de manobra.

A liberdade de ação se consegue à base de informes, mas de informes aproveitáveis. Não serão pois, uns simples P.A., expostos ao menor ataque que poderiam revelar-nos (antes de sucumbirem) a verdadeira direção do ataque e a natureza e importância das forças atacantes.

Tais informes só podem ser fornecidos por fortes Centros de Resistência que defendam os pontos vitais do terreno, que o inimigo não possa ultrapassar ou contornar em sua progressão, e que em face da resistência apresentada o obrigarão a revelar suas intenções.

Esses "centros de resistência de cobertura" seriam guarnecidos pelos batalhões restantes (quatro ou cinco), destinados talvez ao sacrifício, mas com a missão de informarem até o último momento. Esses C.R. seriam os que praticariam a

defensiva pura. Ainda, para isso, necessitariam possuir organicamente um elemento contra carro, que o acréscimo na dotação de lança-rojões lhes proporcionaria facilmente. Conviria também que nossa infantaria estivesse tão prática no emprego de minas e armadilhas quanto a alemã no decorrer da última grande guerra.

Na hipótese considerada, os espaços que não estiverem batidos pelo fogo e se prestem à infiltração serão de uma extensão máxima de dois quilômetros, insuficiente, portanto, para que o ataque inimigo alcance profundidade nessa direção. Isto obrigaria o inimigo a realizar um ataque a fundo para conquistar um ou dois centros de resistência, proporcionando assim, à defesa, um prazo de três a quatro horas, que lhe permitirá fazer intervir eficazmente sua massa de manobra.

Em tal sistema, não se poderão desperdiçar elementos em ações de pequena envergadura condenados de antemão ao sacrifício, mas sim se deverá vasculhar o terreno à frente da posição e os espaços não batidos, por meio de reconhecimento aéreos e terrestres efetuados durante o dia e um serviço de patrulhas à noite.

Tão pouco cabe pensar em sub-setores e em atribuir a cada um deles reservas e artilharia, mas sim limitar-se a estabelecer um escalão de cobertura às ordens de um só Chefe, com a missão de resistir e informar, bem assim de u'a massa de manobra articulada em um ou dois grupamentos, compreendendo toda a artilharia, cuja missão será, a um só tempo, defensiva e ofensiva.

Deste modo, o Cmt. da Divisão, bem informado e dispondo do máximo de meios, com o apoio de toda sua artilharia e da aviação tática disponível, poderá atuar com eficácia, no momento oportuno, sobre o flanco do ataque inimigo.

Sua tarefa não será, assim mesmo, demasiado fácil, uma vez que admitamos dispor o inimigo de superioridade de meios e sua proteção aérea está assegurada. Mas, o Cmt. da Divisão o enfrentará com

uma zona de ação limitada e com um apoio aéreo momentâneo, que, atuando por surpresa, lhe permitirá desencadear o contra-ataque. Por outro lado, só terá que restabelecer a integridade de sua posição em um terreno perfeitamente conhecido, cujos principais pontos se acham ainda em seu poder. Deste modo, achar-se-á nas melhores condições para travar o combate.

A DEFENSIVA EM LARGAS FRENTES

Consideraremos como "largas frentes" aquelas que, tendo um desenvolvimento de 15 a 30 quilômetros, sejam entretanto defensáveis, em virtude das características do terreno, isto é, tenham trechos impraticáveis aos carros de combate. A instalação atrás de um corte é um exemplo clássico de tais frentes.

Em virtude do antigo princípio que recomenda constituir-se reservas de maior magnitude, quanto mais débeis sejam as forças de que se disponha, continuamos defendendo a necessidade de u'a massa de manobra tão importante quanto a do caso precedente. Por conseguinte, o problema da cobertura aumentará em complexidade. Trata-se principalmente de um problema anticarro.

Devemos recordar, com efeito, que o emprego em massa de formações blindadas integradas por carros de qualidade inferior ao "Tigre Real" dividiu a vitória do Exército Vermelho sobre a "Wehrmacht". Convém que saibamos que das fábricas de guerra russas saem anualmente 65.000 carros, e que o emprego estratégico mais provável será o avanço em massa para as costas da Europa Ocidental e Nórdica e para os países do Mediterrâneo Oriental.

Se bem que desconhecendo as intenções do Alto Comando interaliado, admitiremos que sua Aviação estratégica logre criar um deserto rádio-ativo desde o Báltico ao Mar do Norte. Nem por isso deixará de efetuar-se um ataque brusco e maciço contra a barreira defensiva que parece ser a con-

cepção atual do mesmo Alto Comando.

Será pois, sobre essa barreira que nossas D.I. terão que defender, na hipótese mais favorável, frente de uma trintena de quilômetros.

Não há que esperar se realize uma tomada de contacto, tradicional e prudente, de nossas posições; mas sim que, depois de reconhecimentos aéreos e terrestres, uma avalanche de engenhos blindados, com forte proteção aérea, submergirá no nosso P.A. e se infiltrará entre os C.R. até à zona das reservas e da artilharia pesada.

Contra tal avalanche, a primeira defesa poderia ser a instalação da posição atrás de um curso d'água, inflamável por meio de bombas incendiárias à base de "Napalm", de maneira que todos os meios de travessia fôsse destruídos.

Tal procedimento poderia ser atribuído a guerrilheiros incendiários que agiriam de surpresa, apesar da cobertura do adversário. Não cremos que isto seja alguma quimera, uma vez que as bombas de "Napalm" oferecem amplas possibilidades de emprego.

Outra forma de defesa, utilizável em segunda urgência, seria a intervenção por surpresa, a despeito da cobertura aérea inimiga, de guerrilheiros incendiários que criariam barragens de fogo, à base de "Napalm", nas áreas de infiltração, precedendo de uns sete a oito minutos (tempo de duração da combustão), ao contra-ataque com carros lança-chamas e armas anticarros, que constituirão o escalão de assalto da massa de manobra.

O emprego intensivo de massas anticarro e outros obstáculos constituirá a terceira forma de defesa.

Os C.R. de cobertura, sempre reduzidos a quatro ou cinco por divisão, defenderão os pontos importantes do terreno situados nos principais eixos de penetração. A infantaria que a constitua deverá dispor de lança-rojões, em proporções bem maiores à da dotação atual.

Na hipótese considerada, da existência de u'a massa de carros inimigos, a sua busca cabe, de dia, à

Fôrça Aérea e ao Grupo de Reconhecimento Divisionário, a uma distância igual, pelo menos, à de uma etapa noturna. À noite, cabe às patrulhas de infantaria fazer o reconhecimento à frente do corte e nos espaços não batidos. Estes últimos serão minados, mas sempre tendo em vista o plano de contra-ataque.

Dada a extensão de sua frente, o Cmt. divisionário só disporá de prazos muito curtos para manobrar.

Os informes que receba de seus C.R. serão imprecisos e os pontos de infiltração muito mais amplos que no caso precedente. O contra-ataque será praticamente sistemático. A massa de manobra ficará articulada em um ou dois grupamentos e sua infantaria, em virtude da cobertura aérea inimiga, não estará obrigada senão a deslocamentos muito curtos, atuando de fato ambos os grupamentos apenas como apoio dos carros de combate da massa de manobra.

A direção e os objetivos do contra-ataque aéreo que preceda ao contra-ataque terrestre serão fixados de modo que permitam o desencadeamento quase instantâneo do mesmo.

Acacupado qual aranha no centro de sua teia, o Cmt. divisionário terá, desse modo, sua liberdade de ação limitada à escolha da oportunidade de contra-ataque, permanecendo, entretanto, à expectativa dos informes mais ou menos exatos que receba de seus C.R. de cobertura e de seu Grupo de Reconhecimento, que irá balizando o avanço inimigo.

Em conclusão, não se deverá, neste caso, tão pouco falar-se em postos avançados nem em subsetores, senão de um escalão de reconhecimento antes e durante o ataque; de um escalão de cobertura de malhas muito amplas e de u'a massa de manobra à base de blindados e apoio de infantaria.

A artilharia divisionária ficará totalmente incorporada à massa de manobra, as companhias de morteiros pesados e os regimentos serão repartidas entre os Centros de Resistência.

A DEFENSIVA EM GRANDES FRENTE

Já salientamos antes, a contradição existente entre os termos "resistir" e "grandes frentes". Mas, além dos 30 Km. por Divisão, não se pode pensar em defensiva, estáticamente falando.

Nos dois casos anteriores, de frentes normais e frentes externas (largas frentes), tratava-se de permitir a cobertura, a informação e o tempo necessário para a manobra. Esta solução já não pode ser considerada nas grandes frentes, na hipótese de uma avalanche blindada.

Resuscitando a idéia dos castelos fortificados de antanho, seria possível estabelecer, sobre os principais eixos de penetração, potentes C.R. fortemente entrincheirados, com capacidade para um agrupamento incluindo a artilharia, as unidades blindadas e os depósitos necessários para efetuar "sortidas" ou reações ofensivas de curto raio de ação. Em torno de tais C.R. manobriariam as divisões blindadas existentes.

Parece-nos, a nós, talvez mais razoável confiar a uns quantos batalhões de infantaria o desenvolvimento de uma ação retardadora em áreas nitidamente delimitadas, apoiadas pelo fogo de morteiros, armas anticarro e metralhadoras, para balizar o avanço inimigo e proporcionar à massa de manobra as informações e o tempo necessários para desencadear a sua contra-ofensiva.

Verificada a existência de áreas impenetráveis aos carros de combate, em face dos obstáculos naturais ou dos artificiais que se estabelecem, tal sistema — no qual se combinam a ação retardadora e a

contra-ofensiva — permitiria ao chefe conservar a sua liberdade de ação muito melhor que a manobra em torno de certos pontos escolhidos de antemão.

Mas, ainda neste caso, deve ser reservado o máximo de meios à massa de manobra, pois a parada do ataque inimigo será conseguida mais facilmente com uma potente ação ofensiva desencadeada de surpresa sobre o seu flanco, do que por meio de ações frontais, impotentes para deter o impulso de que o ataque inimigo venha animado.

* *

Evitaremos a bordar objetivamente o problema de defesa da Europa Ocidental, mas assim mesmo, em consideração a esse palpitante tema, nos permitimos afirmar que preferimos o sistema de barreira defensiva em grandes frentes. Em tal hipótese, não faltariam regiões naturalmente fortes, como, por exemplo a cobertura proporcionada pelo arco alpino desde o Golfo de Gênova ao Danúbio Médio, reproduzindo assim a tática napoleônica da Campanha da França. Mas, o objeto de nossas reflexões é muito diferente.

O que importa é banir, de vez, a errônea concepção atual de uma defensiva bastarda, que não dispondo de meios suficientes para respeitar as regras de continuidade e profundidade, obstina-se, entretanto, em valer-se de processos estáticos. Só como preliminar indispensável da ação ofensiva, poderá a defensiva ser considerada a forma mais eficiente da guerra. Entendia assim, estaria justificada a opinião de Clausewitz.



ENSINAMENTOS DA GUERRA DA COREIA

(Extratos)

Pelo Cap. H. R. KURZ (Da Revista Suíça DER SCHWEIZER ARTILLERIST). Transcrito em EJERCITO, de agosto de 1951.

Tradução, "data vênia", e adaptação do Major CESAR NEVES

AVIAÇÃO E TROPAS AEROTERRESTRES



As forças aéreas das Nações Unidas contribuíram, de maneira decisiva, para conter o avanço dos norte-coreanos, porque obrigavam o atacante, de modo cada vez mais imperioso, a só realizar os seus movimentos à noite, a dispersar suas unidades, a disfarçar-se e a se entrincheirar. A isto deve acrescentar-se que a aviação da ONU encarregou-se também de efetuar a defesa anti-carro e de perturbar grandemente o funcionamento dos serviços inimigos. O General STRATEMEYER não exagerou nada ao afirmar que as tropas da ONU não teriam podido manter-se na Coreia do Norte, sem a superioridade aérea.

Não é fácil, sem dúvida, deduzir destes conceitos ensinamentos completamente exatos; assim como também seria falso tirar a conclusão de que a superioridade aérea é decisiva por si só para o desenlace de uma guerra — contra essa idéia ressaltam os importantes êxitos dos norte-coreanos nos três primeiros meses da guerra —, também não seria certo afirmar que a superioridade aérea absoluta pode impedir os movimentos operacionais.

Os ensinamentos colhidos na

Coreia são, por conseguinte, apenas uma confirmação das idéias admitidas até agora, isto é, a aviação é uma arma auxiliar e extraordinariamente eficaz, mas não de efeito decisivo. A aviação, quando dispõe do domínio aéreo, pode infligir ao adversário graves danos, porém não pode contê-lo definitivamente e não pode tão pouco aniquilá-lo nem conquistar o terreno, sendo incapaz, por esta razão, de ganhar, por si só, uma guerra. A aviação continua sendo uma arma auxiliar da infantaria, que é a única que pode explorar os êxitos, obtidos pela aviação. Esta verdade, reconhecida há tempos, parece ter sido esquecida nos Estados Unidos.

As experiências obtidas com os bombardeios têm confirmado, ainda mais, a antiga doutrina de que os Estados com uma primitiva economia nacional são muito menos vulneráveis aos ataques aéreos, e que a perda de cidades e centros de comunicações podem ser suportados por eles de modo muito melhor do que pelos Estados de indústria e técnica muito desenvolvidas. Esta conclusão, deduzida de uma guerra mantida na China desde há 13 anos, tem sido confirmada recentemente na Coreia.

Além do mais, neste país foi pôsto em evidência que, mesmo com um bombardeio do terreno de grande densidade, não é possível

extinguir por completo a vida numa região. No dia 16 de agosto, na frente de Naktank, em Waegwan, 93 super-fortalezas B-29, em uma posição guarnecida por tropas norte-coreanas, lançaram sobre um espaço retangular de 12 quilômetros de comprimento por cinco e meio de largura, em doze vagas sucessivas, 3.800 bombas de alto explosivo, de 250 quilos de peso, enquanto que, ao mesmo tempo, e imediatamente depois do citado bombardeio, as esquadrilhas de caça, em vôo baixo, atacavam as unidades de tropa que procuravam se reorganizar. Os americanos ficaram sumamente surpreendidos ao verem que, no dia seguinte, se desencadeava partindo deste setor duramente bombardeado, um ataque concentrado norte-coreano.

Baseados nas experiências adquiridas na Coreia, tem sido necessário modificar, nos Estados Unidos, as idéias sob diferentes aspectos. Observou-se, por exemplo, que na doutrina relativa à bomba atômica, prestou-se demasiada importância às "idéias estratégicas" e que se deu também excessiva importância à defesa das bases estratégicas, baseando-se exclusivamente no emprego dos bombardeios de grande raio de ação e dos caças a jato ultra velozes.

Demonstrou-se, em oposição a estas idéias, que é indispensável conceder uma importância maior ao emprego tático da aviação.

O General STRATEMEYER, em seu relatório expõe as missões realizadas pelas forças aéreas da ONU do seguinte modo:

A) Domínio do espaço aéreo sobre a zona de combate e sobre as dos portos de suprimentos;

B) Apôio tático das tropas terrestres. Nesta missão inclui:

- a participação no combate nos setores da frente, com o fim de rechazar os ataques terrestres em cooperação com as tropas de terra; luta contra os blindados; ataque às posições de Artilharia e ata-

que contra os movimentos das tropas;

- impedir o tráfego entre a zona de combate e a zona do interior e o isolamento do setor de combate;
- inquietação das concentrações de tropa na Coreia do Sul; ataques sobre as concentrações de pessoal e depósitos no Hinterland (Zona do Interior) mediante os ataques de bombas;
- luta contra os suprimentos inimigos, o transporte de pessoal e material;
- a exploração.

C) Bombardeios estratégicos. A esta missão dedicou apenas três por cento aproximadamente de todos as intervenções aéreas, porque, na Coreia, faltavam, realmente, objetivos estratégicos propriamente ditos. A aviação estratégica foi empregada, por esta razão, de maneira preponderante nas ações táticas, o que realmente era uma medida de circunstância bem adotada. Como objetivos estratégicos foram tomados em consideração as estações ferroviárias e as obras de arte das rodovias (pontes), os centros industriais, tais como as fábricas de produtos químicos e de armamento, e os centros importantes de abastecimento.

Sob o ponto de vista técnico, o emprego dos modernos aviões americanos de caça de reação (a jato), tipo SCHOOTING STAR F-80, cuja velocidade máxima está compreendida entre 900 a 1.000 quilômetros por hora, tem demonstrado que estes aparelhos são demasiado velozes e muito pouco manobráveis para as necessidades do apôio terrestre no Teatro de guerra coreano. A eficiência da propulsão a jato, que permite o vôo dos aparelhos a milhares de metros de altura, tem provado ser deficiente para o vôo dos aviões a baixa altura funcionando pior nos vôos desta espécie do que os aviões de motores de êmbolo.

Para os combates de caça, recorreu-se muitas vezes ao emprego

dos caças providos de motores de êmbolo, que se haviam revelado eficientes na segunda Guerra Mundial, os quais eram dos seguintes tipos: "MUSTANG" F-51, "TWIN MUSTANG" F-52 e "TUNDERBOLD" F-47 N. Por parte dos norte coreanos, somente em alguns casos pôde-se comprovar o emprego do caça russo de reação "YAK" 15, e somente nos combates do rio YALU apareceu em princípios de novembro, pela primeira vez, o caça russo de reação "MIG" 15, cuja superioridade foi para os americanos uma surpresa desagradável. É também digno de menção, por seu interesse técnico, o múltiplo emprego que se fez do helicóptero como avião de transporte, de ligação e de salvamento, especialmente nas regiões montanhosas. O inconveniente deste aparelho consistiu unicamente na sua modesta capacidade de transporte. Para o emprego à noite, constituiu uma novidade o emprego dos aviões de projetores, isto é aviões de observação a vôo baixo, que iluminavam com potentes refletores o terreno para os bombardeios.

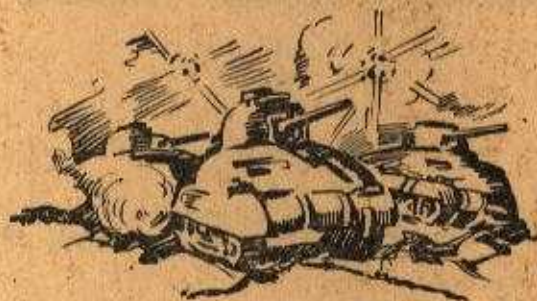
ARMAMENTO

O sistema primitivo de suprimentos dos norte coreanos que vivem dos recursos locais em seu país é do saque em território inimigo; é pouco sensível aos ataques

aéreos, enquanto que a delicada e a sumamente técnica organização dos serviços de suprimentos dos americanos é muito vulnerável, principalmente contra as guerrilhas. As grandes dificuldades dos transportes terrestres obrigaram muitas vezes a recorrer aos transportes aéreos.

Os combates nos diversos cursos d'água: HAN, KUM, NARTANG e YALU, demonstraram mais uma vez, que os rios não representam para um Exército moderno nenhum obstáculo sério. Os defensores têm tentado sempre em vão apoiar-se nas linhas defensivas dos citados cursos fluviais, aproveitando-os como obstáculos naturais do terreno. Não obstante, estes representam um certo impecilho, que atrasa o avanço do atacante; não podem ser considerados como um obstáculo absoluto.

É interessante mencionar a respeito deste assunto o emprego por parte dos norte-coreanos, das chamadas pontes submarinas russas. Estas pontes são pontes suspensas, amarradas por cabos de aço, e dos quais estão suspensos, para dar-lhes estabilidade uns blocos de pedra. A superfície de passagem, ou seja o piso das citadas pontes, acha-se submersa a uns 30 centímetros aproximadamente abaixo do nível d'água, com o fim de subtraí-las às vistas da aviação inimiga.



O "RIZZA FAN"

Traduzido, data vênica, de "Combat Forces Journal", novembro de 1931, pelo Cap. PAULO MIRANDA LEAL

— Uma idéia nova destinada a tornar mais simples e mais rápidas as operações na central de tiro.

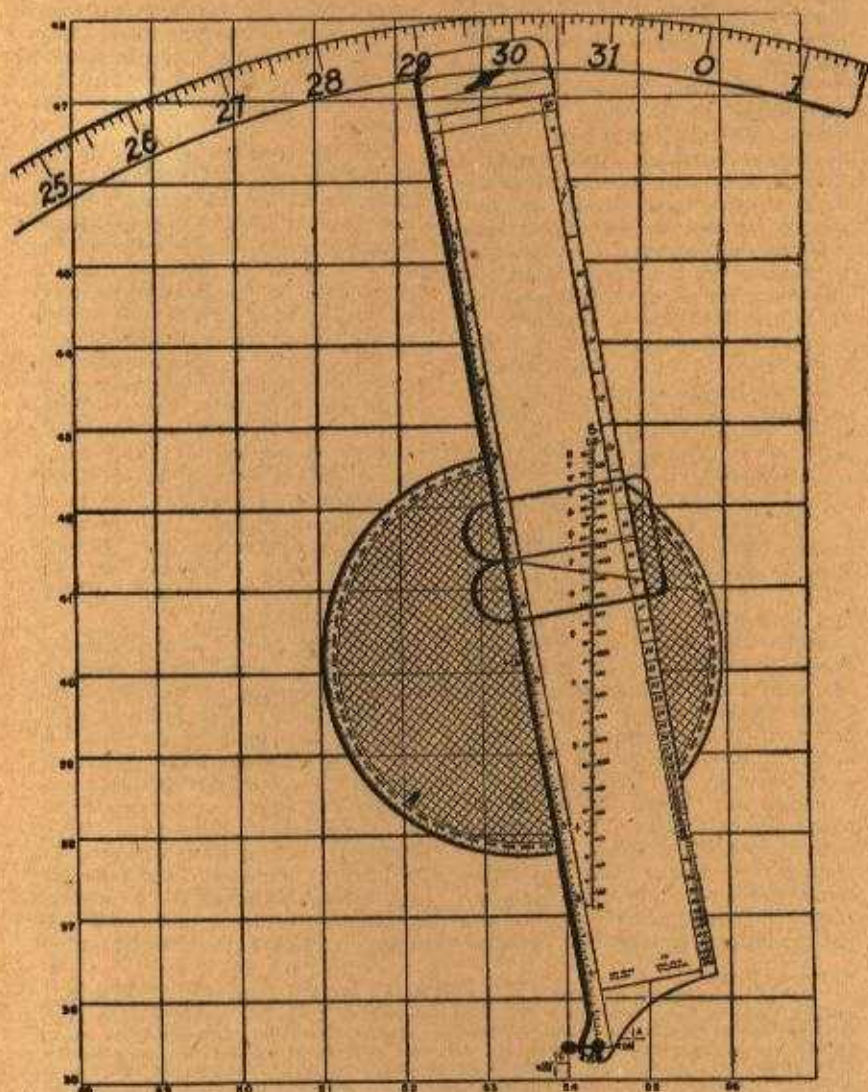


Fig. 1. — O Rizza Fan sendo utilizado com a prancheta de tiro



POTÊNCIA da artilharia caracteriza-se por sua capacidade de concentrar, ao mesmo tempo, sobre determinado objetivo, o fogo de muitos canhões. Du-

rante a II Grande Guerra, as centrais de tiro, responsáveis pelo apoio do fogo, funcionaram muito bem, mas há ainda o que aperfeiçoar em seus processos de trabalho.

Todo artilheiro prático no serviço da central de tiro sabe como ela opera com presteza, especialmente quando se realizam missões simultâneas. É um organismo, na realidade, menos complicado do que parece, requerendo, no entanto, providências destinadas a reduzir as perdas de tempo, a multiplicidade de comando, as probabilidades de erros e o dobramento constante de mensagens, que constituem os maiores defeitos da atual técnica de CT.

Felizmente já se está no melhor caminho para uma redução apreciável dessas falhas — a combinação da tabela gráfica de tiro com o transferidor de derivas e alças, ideada pelo Ten.-Cel. Salvo Rizza, do Exército dos EE. UU. (1), quando servia no Departamento de Tiro da Escola de Artilharia, Fort Sill. O "Rizza Fan", como se tornou conhecido, está sendo experimentado há algum tempo naquela Escola e na Coreia. Os resultados têm sido muito favoráveis e acreditamos poder contar brevemente com um TDA aceitável, de novo modelo, proveniente do original modificado do Ten.-Cel. Rizza.

Tendo em mente as falhas no funcionamento da CT anteriormente apontadas, Rizza pôs-se ao trabalho, tendo em vista três objetivos principais: (1) eliminar operações intermediárias e repetidas; (2) acelerar o preparo das missões

de tiro, e finalmente (3) reduzir o pessoal necessário ao funcionamento da CT. Atingidos esses objetivos, certamente a eficiência seria aumentada, o tempo de treinamento reduzido e a organização da CT, em pessoal, diminuída. A TGT — TDA foi a solução encontrada.

Na figura 1, o "Rizza Fan" é apresentado tal como é utilizado com a prancheta de tiro. Compõe-se de quatro partes essenciais: (1) arco amovível de deriva; (2) base; (3) reguetas de tiro; (4) cursor.

Arco de derivas. O arco de derivas é um arco de 1.100 milésimos, graduado da mesma maneira que o nosso atual TDA. O comprimento do arco e sua utilização com apenas um dos lados da base, elimina a necessidade de duas escalas de derivas juxtapostas, origem de muitos erros e causas de demoras no tiro. Foi eliminada a possibilidade de erro consequente do emprego dum bordo ou doutro no atual TDA, uma vez que somente um dos lados da base é sistematicamente utilizado contra o alfinete do objetivo. Para eliminar a paralaxe resultante da espessura do arco, confeccionado em material transparente, as graduações foram impressas em sua face inferior, em contacto direto com a prancheta.

Base. Na base, encontram-se: o vértice da escala de derivas, a escala de alcance (1/25.000), a escala de 100/D, e uma ranhura onde deslizam as reguetas de tiro. A escala de alcances tem origem no vértice; encontra-se do lado esquerdo da base e compreende alcances de 0 a 12.400 jardas (Obus 105 mm); sua menor divisão, de 50 jardas, permitirá interpolações com erros inferiores a 10 jardas. No bordo direito da base, está impressa a escala de 100/D, cons-

(1) A combinação da TGT com o TDA já foi ideada, e submetida à EAO para estudos, pelo 3º Sgt. Aguiinaldo Trindade, do 4º G.A.C. 75, em princípios de 1950. O Cap. Vaz de Mello, da Escola de Pára-quedistas, investiga presentemente outra versão do instrumento, baseada nos mesmos princípios; pretende associá-lo a uma prancheta de tamanho reduzido às necessidades do canhão usado pelas unidades aeroterrestres. Ambos, porém, construíram modelos que não permitem, no estágio atual, introdução gráfica das correções de alcance e tempo, problema solucionado pelo Ten.-Cel. Rizza no instrumento que criou.

truída em função da fórmula $N''' 1,019t/D$.

Regueta de tiro. Sobre estas reguetas (em número de duas), estão inscritas as escalas de alça, tempo e derivação. Uma delas tem, de um lado, os elementos para as cargas 6 e 1, e, do outro, os correspondentes às cargas 7 e 3. A outra tem, numa das faces, os elementos para a carga 4 e, no verso, os da carga 5. A escala, em cada uma das reguetas, é graduada de tal forma que, quando a regueta está adaptada à base, os elementos de tiro, para determinada distância, encontram-se alinhados sob o retículo do cursor. (As graduações da regueta, que representam alça, tempo e derivação, foram construídas em correspondência com os alcances).

Cursor. O cursor desliza sobre a base, como nas régua de tiro. O bordo em forma de trevo, de faces laterais inclinadas, permite facilmente colocar o retículo em oposição ao alfinete para a leitura. Ajusta-se a TGT (Fig. 2) traçando no visor uma linha oblíqua que passe pela graduação do alcance (posição do alfinete na prancheta) e pela alça de regulação (ou tempo de regulação, se for este o caso).

Achou-se que a inclusão de elementos para determinação do sítio total iria complicar o instrumento e dificultar as leituras. A escala de 100/D permite calcular um valor aproximado do sítio, satisfatório nas missões do tipo "AJUSTAREI", ou quando não houver correção complementar de sítio.

UM HOMEM PODE OPERAR SÓZINHO NA CT.

Com o "Rizza Fan", um homem só determina diretamente todos os elementos de tiro, menos o sítio. Vantagens decorrentes, em relação ao processo atual: maior rapidez na determinação de elementos mais precisos; supressão de grande número de mensagens repetidas. Consequência imediata: os comandos para as baterias são enviados em menor prazo; a ajustagem do tiro, quando o grupo vai participar da eficácia, com quatro rajadas apenas, exige, com o "Rizza Fan", 250

palavras menos. As experiências em curso, na Coreia, são inteiramente favoráveis: um comandante de Art. de C. Ex., referindo-se aos ensaios realizados por algumas de suas unidades com o RF, relata:

"Todas as unidades acusaram positiva economia de tempo, que se estima ultrapassar 50 %. Nas missões de bateria, o tempo médio necessário para que uma CT bem treinada transforme uma correção em comandos de tiro não deve ultrapassar de 15 segundos. Admite-se possível obter futuramente ganho de tempo análogo nas missões de Grupo".

No referente à precisão com que os tiros são concentrados, o relatório menciona não ter sido observada grande diferença, mas se pronuncia pela existência de algumas possibilidades nítidas nesse particular. Assinala, porém, que as faltas operatórias diminuíram consideravelmente:

"O aperfeiçoamento mais importante foi ter-se eliminado a possibilidade de faltas de 500 milímetros nas leituras de deriva, possíveis com o atual TDA. Como a alça é retirada diretamente da régua, reduzem-se os enganos de leitura no TDA e os erros de coincidência provenientes do registro desse dado na TGT".

Mais adiante, o relatório refere-se à facilidade com que se pode fiscalizar o trabalho, decorrente mesmo do número reduzido de pessoal que opera na CT. A respeito disso, Rizza faz recomendações concretas quanto aos efetivos e às comunicações a instalar numa CT que trabalhe com o "Rizza Fan". O quadro de efetivos (diz ele) não deve ser alterado; como os trabalhos da CT exigem um número reduzido de operadores, ela agora poderá funcionar eficientemente 24 horas por dia, revezando duas equipes, constituída cada uma apenas do S3 (ou seu adjunto), do controlador horizontal, do controlador vertical e de um anotador.

As comunicações instaladas na CT são idênticas às instaladas até o presente; apenas os circuitos

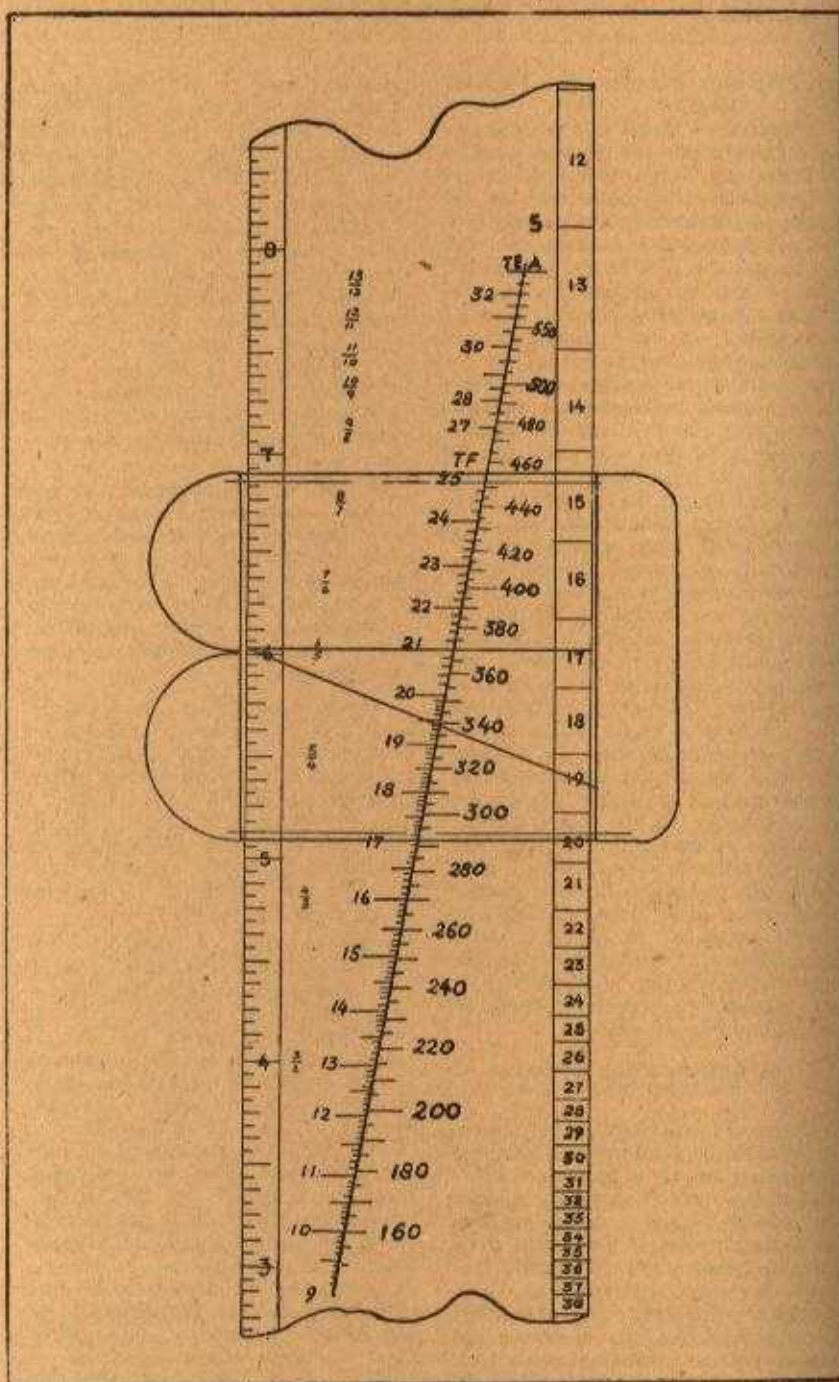


Fig. 2 — Ajustagem da TGT. A linha inclinada sobre a janela do cursor, é o traço de referência das alças, feita pelo CH

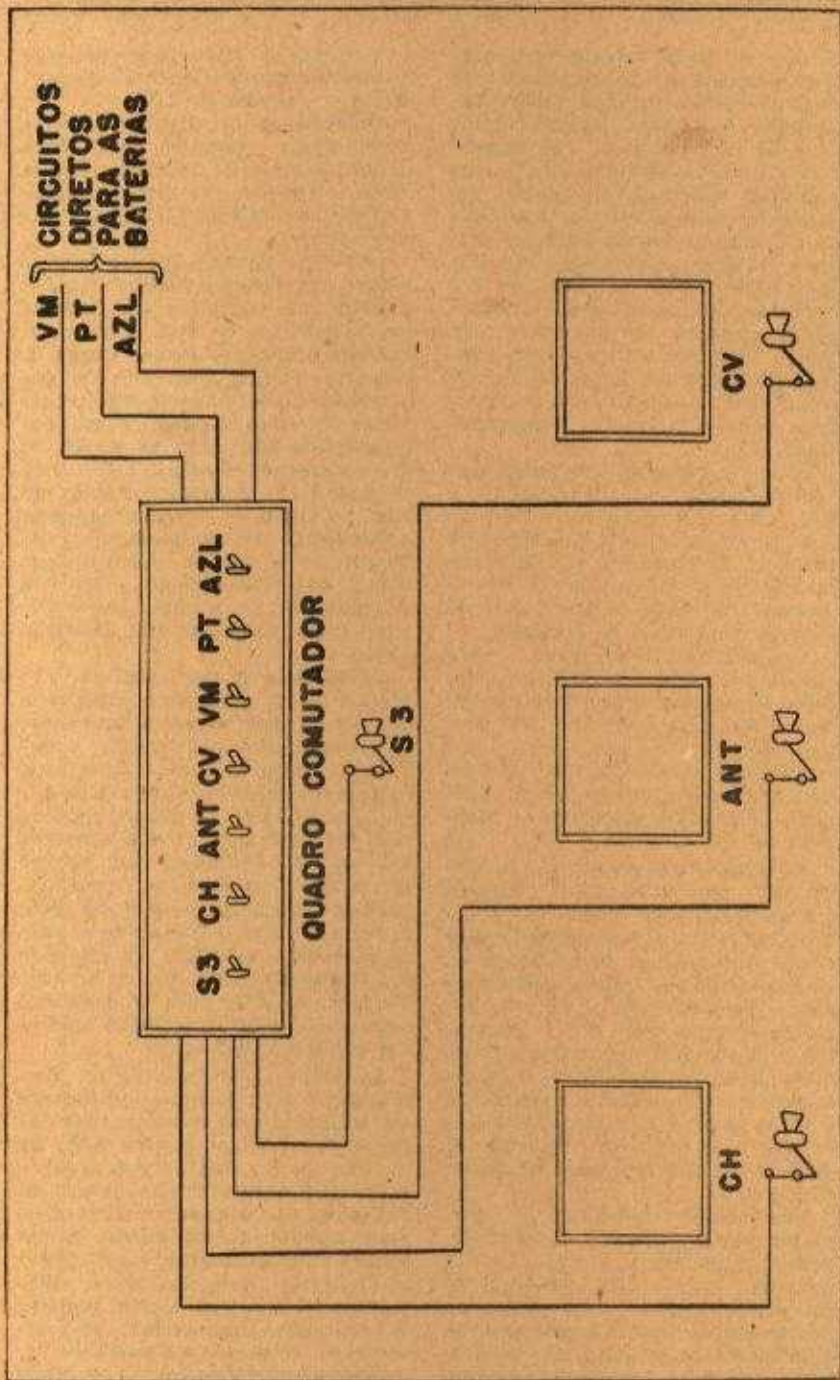


Fig. 3 — Uma sugestão para as comunicações no interior da CT

diretos de cada bateria terminam num pequeno quadro comutador ou central telefônica. Esse quadro comutador permitirá qualquer combinação necessária — (1) ligação direta de cada membro da CT com qualquer bateria, (2) ligação em conferência de quaisquer membros da CT com quaisquer baterias (Figura 3). O equipamento acima implica também no aumento de um conjunto de combinados de capacete, adaptado ao quadro comutador. Pode ser utilizada uma central telefônica em lugar do quadro comutador; a substituição não convém e dificulta muito a manipulação.

Para as missões normais tipo "AJUSTAREI" ou "EFICÁCIA", o S/3 liga-se em conferência com todos os membros da CT e todas as baterias. Estabelecida a intercomunicação, os elementos da CT se entendem utilizando o interruptor do próprio combinado de capacete.

Nas missões simultâneas, o S/3 dispõe as ligações do quadro comutador de sorte a comunicar diretamente cada membro da CT com uma bateria.

Funcionamento da CT. Cada membro da central de tiro é equipado com uma prancheta e uma TGT — TDA.

As missões normais, tipo "AJUSTAREI" ou "EFICÁCIA", exigem coordenação entre todos os membros da CT. Geralmente o S/3 envia diretamente às baterias os elementos de sua ordem, por exemplo: "Grupo, Preta, Carga 5, Espolêta Tempo, Por 2"; o controlador horizontal determina e fornece diretamente a deriva, o tempo e a alça; o controlador vertical dá o sítio após o CH ter enviado a deriva; o anotador registra e, quando necessário, repete qualquer elemento.

Nas missões simultâneas, o trabalho da CT é muito descentralizado: o anotador, o CH e o CV, cada um com o S/3, realizam as funções de uma equipe completa de central de tiro. Contrariamente à primeira impressão, não se cria assim nenhum problema porque não se pretende concentrar o tiro,

e portanto o sítio pode ser determinado grosseiramente, dispensando o trabalho do CV.

A supressão de alguns registros dispensáveis, também simplifica muito o serviço do anotador. Numa missão normal do tipo "AJUSTAREI" ou "EFICÁCIA", as funções seriam:

S/3. (1) Opera o quadro comutador; (2) Fornece diretamente, às baterias que vão atirar, os elementos necessários da sua ordem, por exemplo, "Grupo, Preta, Carga 5, Espolêta Tempo, Por 2". Os comandantes das linhas de fogo transformarão esses elementos em comandos de tiro para as peças. O S/3 prossegue, enviando à CT (não às baterias), o escalonamento de alças, o modo de desencadeamento e o número da concentração; (3) Transmite a espécie de tiro logo que o observador pede a eficácia (Grupo, Por 2), e antes que o CH anuncie os comandos que lhe estão afetos.

Controlador Horizontal. (1) Mantém uma prancheta idêntica à que lhe caiba fazer atualmente; (2) Determina diretamente a deriva, o tempo e a alça para cada bateria e fornece-lhes esses elementos. Nas missões de grupo, anuncia para as baterias que não ajustam, somente os comandos até deriva inclusive. Coordena os comandos para a bateria que ajusta, de sorte a permitir que o CV envie o sítio no momento oportuno. O tiro com ângulo de elevação requer o envio da alça ao CV, para que este a adicione ao sítio e remeta à bateria um comando de ângulo.

Anotador. (1) Mantém uma prancheta de tiro em condições de ser utilizada nas missões simultâneas; (2) Utilizando uma ficha de modelo novo, registra todas as mensagens do observador, a ordem do S/3 para as baterias, os elementos para a bateria que ajusta, numa missão com ajustagem, e para todas as baterias nas do tipo "EFICÁCIA". Mantém ainda registro da munição, uma relação do número das concentrações, etc.

Controlador Vertical. (1) Mantém uma prancheta de tiro em con-

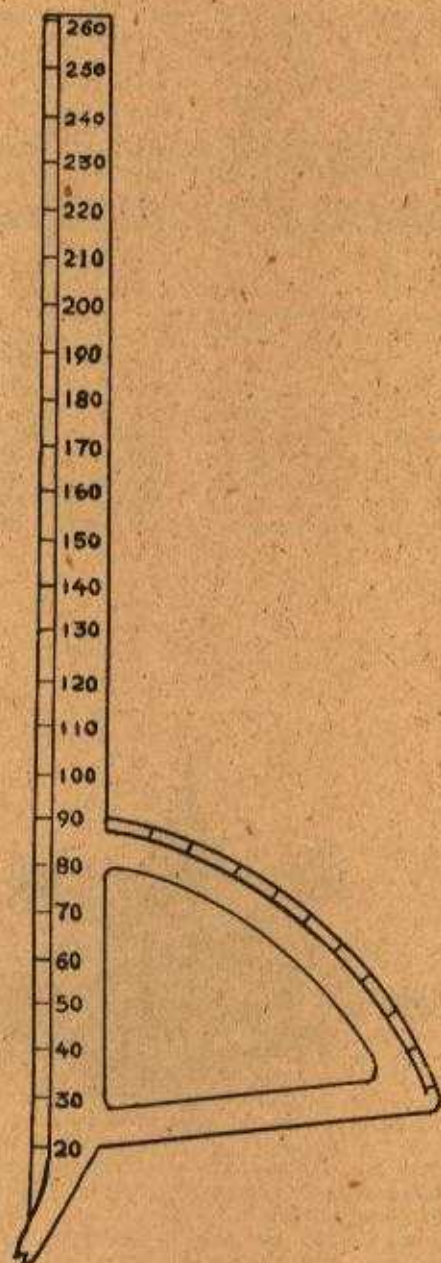


Fig. 4 — TDA de alumínio, atualmente em uso e que pode ser adaptado para o Rizza Fan.

dições de ser utilizada no caso das missões simultâneas; (2) Inclui os valores 20/D e 25/D no sítio, quando se trata de tiro de tempo ou com espoleta VT; (3) Determina e fornece os sítios para todas as baterias, coordenando seus comandos com os do CH. Fornece ângulos de elevação quando necessário; (4) para relocação das concentrações, anuncia ao CH e ao anotador as altitudes que determinou.

O Departamento de Tiro do Fort Sill, está entusiasmado com a nova idéia do Ten.-Cel. Rizza. Contudo, as experiências realizadas no próprio Forte e na Coreia aconselham certas modificações, que serão introduzidas na TGT-TDA a fim de aumentar-lhe a eficiência. Os modelos existentes, feitos à mão para servirem aos ensaios, têm apresen-

tado alguns defeitos. Pretende-se construir com metal o modelo definitivo, a fim de dotá-lo de maior durabilidade e precisão. Acredita-se que os modelos futuros se hão de parecer mais com o TDA de alumínio recentemente adotado (Fig. 4); nêles o arco de derivas está localizado à direita do braço de alcances e no primeiro terço da escala, posição considerada favorável, especialmente para a artilharia de longo alcance. O "Rizza Fan" está sendo agora revisto, não havendo nenhum exemplar para venda ou distribuição. Quando fôr obtido um modelo aceitável, espera-se poder adquirir por intermédio do "Book Department" do Fort Sill, nos EE. UU., antes mesmo que finde o processo burocrático destinado a padronizá-lo para distribuição regular.



CONSIDERAÇÕES EM TÓRNO DE UM PROCESSO SELETIVO-ORIENTADOR PARA O ALTO COMANDO

Pelo Capitão NAZARENO FORTES DE BRITO,
instrutor do Curso de Classificação de Pessoal e Estágio Técnico de Ensino



EXISTIRÃO meios seguros e suficientemente experimentados para que se possa estabelecer uma linha divisória entre oficiais capacitados para o alto comando e os demais?

Somos de opinião que os recursos atuais postos ao nosso dispor, pela Psicologia Aplicada, são incompativelmente mais eficazes agora do que antes, além do que a experiência acumulada até aqui reúne uma substancial bagagem experimental militar. Trata-se, pois, de reintegrá-los na execução do processo atual; focalizar as falhas sob as indiscutíveis conclusões a que nos leva o método estatístico e repará-las sob as luzes da Psicologia Científica até onde estas possam chegar. As modificações a serem introduzidas em caráter experimental, devidamente controladas, deverão conduzir-nos a um índice de segurança cada vez maior. A resposta àquela pergunta situa-se, pois, em função das oportunidades, recursos de pesquisa que sejam proporcionados; do grau de compreensão e cooperação que encontrem os encarregados do processamento; do tempo disponível e de muitos outros fatores que geralmente atuam para favorecer ou prejudicar os novos empreendimentos.

Uma vez que esboçamos a atitude que nos parece condizente com o problema, passemos a conjecturar sobre os tópicos que a envolvem. É fato, hoje consagrado por inúmeras experiências e exaustivos estu-

dos realizados por cientistas de nomeada, que o homem pode ser melhor compreendido quanto mais se conhece o seu potencial herdado e os sucessivos condicionamentos ambientais a que foi submetido. Por outro lado, esse homem, consciente ou inconscientemente, procura ocupar uma posição na dinâmica social que atenda às suas possibilidades no momento e que propiciem segurança, glórias, vantagens, progresso, etc.

Compreende-se, portanto, que ao ingressar em uma carreira, o homem está pondo em jogo o futuro seu e da organização a que prestará serviços.

Será porém conveniente deixar ao sabor das circunstâncias tão relevante questão? Que convém mais ao Exército: conhecer, no presente, as possibilidades futuras de seus candidatos a carreiras militares, seus bons aspectos e limitações, ou deixar que umas e outras se revelem ocasionalmente?

Parece-nos evidente que o Exército, organização que dispõe de grande número de funções, não pode prescindir de um constante processamento, orientando os incapazes, para um campo de atividades, para outro mais favorável, como também de criar os meios propiciatórios ao aperfeiçoamento das qualidades reveladas pelos julgados capazes a fim de que estas atinjam a um alto grau e impulsionem o indivíduo degraus acima na escala profissional.

Esse processo aumenta de importância e se torna mais complexo na

proporção em que menores qualidades técnicas e maior capacidade administrativa são exigidas. Explica-se: a descoberta de aptidões, habilidades técnicas e o ensino correlato são mais simples, dispondo-se mesmo de avultado número de recursos; quanto ao que concerne à revelação e aprimoramento de qualidades administrativas, tais como as inerentes aos altos comandos, os meios disponíveis são mais reduzidos, de emprego mais demorado e difícil. Senão vejamos: quanto a um técnico em montagem de motores de automóveis, seja ele brasileiro ou estrangeiro, trabalhe onde trabalhar, sua atividade é restrita a esse campo, dispõe de manuais completos e ilustrados e mesmo que se torne um inventor de novo processo de trabalho, ainda assim terá agido dentro dos estreitos limites que sua especialização permita. Para selecioná-lo, há testes de validade comprovada que assinalam suas aptidões, capacidades, habilidades, etc. O mesmo não podemos dizer com respeito ao trabalho administrativo e elementos dele encarregados.

Focalizemos o oficial de Estado-Maior ao qual estão afetos os grandes planejamentos, a direção, coordenação, fiscalização e aconselhamento das mais importantes questões militares. Para este, as soluções, na maior parte das vezes, são elaboradas e selecionadas no campo conceptual e devem apresentar-se de tal modo perfeitas que os múltiplos elementos encarregados da execução de suas diversas partes produzam o previsto; as falhas são muitas vezes irremediáveis.

É óbvio que aquele que é responsável pelos seus atos, e os de muitos outros, necessita de característicos excepcionais. Alguns destes podem ser medidos por meio de testes, como é o caso da inteligência, que se define: "aptidão geral que se caracteriza como: facilidade para aprender; habilidade para aplicar convenientemente o conhecimento da solução de problemas novos; habilidade na transmissão de pensamentos de modo claro; habilidade para fazer julgamentos; capacidade de conseguir e

acumular experiência e aplicá-la de modo útil; capacidade de adaptação; capacidade de captar rapidamente uma relação de sentido que revela ou descubra um aspecto até então ignorado do problema".

Outros ângulos da personalidade do oficial de Estado-Maior podem ser apurados por meio de testes de personalidade, inventários, questionários e entrevistas, exames estes que revelam aspectos ora analíticos ora globais do indivíduo.

Não podemos nos esquecer de que, quanto mais precisos e objetivos sejam esses exames, melhor se delineia o estado atual do indivíduo capaz de trazer conclusões mais ou menos válidas sobre o seu passado, quicá do futuro. Entretanto, vejamos o que diz o psicólogo Boring, em seu livro "Psychology for the Armed Forces", na parte relativa à seleção de líderes: "Se liderança é a capacidade psicológica de que as Forças Armadas mais necessitam porque ela lhes faz muita falta, seria de esperar que bons métodos para a seleção de líderes tivessem sido desenvolvidos, de tal modo que pudessemos conhecer como relacionar as características essenciais da liderança nos homens e como selecionar os melhores — talvez treinando suas aptidões para alcançar o correto objetivo de habilidades. Este não é infelizmente o caso".

Friza o autor em seguida a dificuldade em eleger um sistema rígido de seleção, uma vez que os grandes líderes diferem grandemente entre si. É sem dúvida um óbice extraordinário o estabelecimento de padrões qualitativos e quantitativos que sirvam de modelo para a escolha dos altos comandos no Exército; contudo, pensamos poder fixar algumas condições mínimas, alguns traços essenciais cuja ausência ou insuficiência inabilitam o oficial para as funções de alta chefia, e "staff", sem embargo de que outros traços especiais possam existir de molde a estabelecer as diferenças individuais comumente existentes entre os grandes líderes. Não podemos negligenciar, outrossim, o fato de que, por vezes, as deficiências se tornam forças pro-

pulsoras de superações e compensações que, por si mesmas, levam o indivíduo às altas posições de liderança.

Acresce ainda que o líder, do ponto de vista psico-social, deve reunir em si muitos dos característicos que seus seguidores julgam ideais para sugestioná-los a ponto de executarem mesmo as missões arriscadas que se tornem necessárias. A índole do povo, os princípios sociais adotados e muitas outras circunstâncias ambientais influem diretamente sobre o tipo de líder a eleger como padrão.

Qualidades consideradas podem resultar ridículas e ineficazes em uma nação educada sob os moldes democráticos.

Meier, em sua "Military Psychology", assim se refere aos traços psicológicos de liderança inerentes ao alto comando: "O senso comum, por si mesmo, indica que certos traços e habilidades, se observadas em cada oficial, indicam aproveitabilidade para posições de alto comando. Estes deverão ser revistos para saber-se até que ponto podem servir à melhor compreensão da alta liderança".

Importa em dizer que, até o momento, os requisitos a exigir dos candidatos aos altos comandos são assuntos de aprofundados estudos em outros Exércitos, não havendo ainda chegado ao nosso conhecimento a existência de uma solução definitiva.

Pensamos que nos compete realizar pesquisas com métodos científicos, a fim de encontrarmos uma solução ideal, dentro do padrão brasileiro.

Do que acabamos de expor, decorrem algumas conclusões e sugestões que passamos a enumerar:

1) Qualquer processo seletivo-orientador a introduzir no exame de admissão à Escola de Estado-Maior deverá ter o caráter experimental, servindo seus registros nos primeiros anos para:

a) suplementar o atual sistema de avaliação da eficiência durante o curso;

b) alertar a direção da Escola sobre as expectativas de resultados escolares e futuros dos alunos;

c) proporcionar à direção de ensino alguns recursos valiosos para a melhor distribuição dos assuntos e processos de ensino, tendo em vista os característicos predominantes na turma;

d) alertar os candidatos sobre as deficiências e possibilidades que revelaram no exame psicotécnico, a fim de que melhor se conheçam e possam vencer as futuras dificuldades;

e) fornecer à comissão encarregada da pesquisa os registros imprescindíveis à elaboração e análise estatísticas.

2) Em se tratando de um problema que tem suas raízes na vida pregressa do oficial e cujos frutos só parecem post-Curso da Escola de Estado-Maior, deverá sem perda de tempo, ser instituída e adotada uma folha de registro com as respectivas instruções para o preenchimento. Tais folhas terão lugar para o registro detalhado, e tanto quanto possível isento de erros de interpretação, de todos os dados relativos ao oficial, desde que ingressou nas E.P. ou na Escola Militar (caso dos que prestam exame direto).

De um modo geral, os dados pertencerão às seguintes categorias:

A) **Gerais**: Informações que podem ser úteis à designação do indivíduo e que facilitam o contato com as pessoas sob cujas responsabilidades esteve (pais, parentes, comandantes, instrutores, etc.).

B) **Físicos**: Informações referentes à saúde e características físicas (revisão periódica).

C) **Psicológicos**: Informações relativas às características mentais do indivíduo, tais como inteligência, aptidões especiais e limitações de valor militar e traços de personalidade, especialmente aqueles que se referem às qualidades de líder militar e indicadores para o alto comando.

D) **Ambientais** — (social, ecológico, ergológico, etc.): Informações concernentes ao ambiente familiar, à vizinhança, aos brinquedos e companheiros preferidos na in-

ância, profissão anterior, característicos do local em que passou a infância e atingiu a puberdade, enfim, condições sociais e fatores que influíram ou pareçam ter influído na vocação militar do indivíduo.

E) *Conhecimentos*: Registros dos graus e informações relativas ao seu aproveitamento nos diversos cursos, tanto anteriores como posteriores ao ingresso no Exército.

F) *Interesses*: Informações concernentes aos planos vocacionais e à maneira de conduzi-los à concretização.

3) As informações colhidas conforme o número anterior permitirão, inicialmente, uma apreciação qualitativa dos oficiais e indicação provisória (experimental) dos oficiais de alto comando, potenciais. Essas indicações, feitas à base de julgamentos subjetivos de elementos que foram responsáveis pela formação, aperfeiçoamento e chefia do oficial, poderão fornecer um índice de segurança proporcional ao número de julgadores. Testes especialmente escolhidos servirão para medir alguns dos traços registrados.

Traços e atributos como inteligência, estabilidade emocional, ascendência, submissão, orientação, introversão-estroversão, auto-domínio, tendência à excitação e inibição, agressividade, etc., estão no caso anterior.

4) Desde que se estabeleçam os limites de confiança e a validade da folha de registro, esta poderá ser utilizada como peça essencial na orientação de oficiais para a Escola de Estado-Maior, mas não servirão a fins de seleção (contra-indicação), antes de um longo estágio de aperfeiçoamento, decorrente de sucessivas experimentações, das quais se concluirão quanto aos índices mínimos, em cada traço ou atributo. Parece-nos bom critério, para a fixação desses favôres, tomar como base o número médio que representa as necessidades do Exército em novos oficiais do Estado-Maior, desde a sua reorganização em bases modernas decorrente das conclusões de post-guerra, bem como o número médio de candidatos nesses mesmos anos. Em

outras palavras: o grau padrão mínimo aceitável para o ingresso na Escola corresponderia, na escala de valores, à percentagem que representa o número médio das necessidades em pessoal face ao número médio de candidatos. Embora possa parecer, à uma primeira vista, aleatório, este critério se harmoniza com a realidade inofismável da lei da oferta e da procura, verificável tanto no meio civil como no militar. Se forem baixos os índices mínimos, coisa que não acreditamos possível, teremos que nos resignar porque estes correspondem às nossas verdadeiras possibilidades humanas atuais. A melhoria desses mínimos decorrerá de medidas posteriores a adotar na seleção, orientação, adaptação e formação de oficiais. Quando sugerimos este critério, intentamos apresentar uma solução imediata, em seguida discorreremos sobre processamentos mais justos e de maior alcance, por meio dos quais pretendemos não só resolver o problema da escolha dos elementos capacitados para o alto comando do Exército, mas muitos outros de supina importância como: o julgamento do mérito para promoção; os conceitos de fim de curso; indicações e contra-indicações individuais para as diversas categorias de ocupações militares permitindo uma designação justa; e muitos outros que, como estes, dependam de um conhecimento analítico do oficial.

Devemos acrescentar que os dados colhidos através a aplicação do processamento para atender, de imediato, à escolha de elementos psiquicamente capazes para o alto comando, serão de grande valia no aprimoramento dos processamentos futuros que passamos a apresentar.

O nosso maior esforço, o que realmente responde às necessidades sociais e individuais, principalmente no meio complexo e diferenciado que representa a gama de ocupações em nosso Exército, deve ser *descobrir e aprimorar* qualidades. Corrigir defeitos pode ser um caminho falso, porque estes muitas vezes sucumbem, e até mesmo se tornam atributos positivos quando a administração se empenha no

aproveitamento e aperfeiçoamento das qualidades. Conforme a tarefa que se atribui ao homem, os atributos oscilam entre aqueles dois polos. Que seria de nosso Exército se não existissem moderados maníacos; indivíduos humildes, submissos, capazes de grande devoção; elementos agressivos capazes de enfrentar situações de grande perigo, pessoas caracteristicamente afetivas capazes de conciliar atritos, moderar excessos, etc.?

Pesamos os pormenores como estes e concluimos finalmente que o problema da classificação de oficiais dependia de uma estafante análise das situações do oficial face às categorias de funções já enunciadas e de um cuidadoso estudo e relacionamento dos atributos humanos que o trabalho requer. Estes últimos deveriam ser tais que se pudessem encontrar distribuídos em doses diferentes, mas sempre existentes, em todos os oficiais.

1 — PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO DO OFICIAL NA BASE DE REGISTROS ACUMULATIVOS

Classificar oficiais significa colocá-los em classes na base de seus característicos pessoais comuns, de maneira que o Exército possa utilizá-los de modo racional, propiciando melhor ajustamento dos mesmos à diversas categorias funcionais que lhes correspondem nos quadros de organização.

É indiscutível que há oficiais com maiores pendoros administrativos; uns destacam-se nas tarefas que dependem de habilidades técnicas; outros se evidenciam como excelentes instrutores; enfim, há diferenças pronunciadas em opiniões, habilidades, interesses, inclinações, etc., que podem levar o oficial ao êxito ou fracasso, conforme as oportunidades que se lhe concedam. Não é de mais adiantarmos que a eficiência militar decorre do bom aproveitamento dos seus homens. É necessário que os oficiais rendam o máximo; lucrarão o Exército e o próprio homem. O Exército, pelo moral elevado que flue de uma boa comunhão afetivo-emocional decorrente de homens bem ajustados, conscientes do próprio valor e

acreditando na capacidade do companheiro sem invejá-lo: O homem, pela realização de seus anseios, de suas necessidades sociais e individuais que dependem da profissão, isto é, encontrando no trabalho a alegria do jogo infantil e do esporte adulto que resultam da redução a um mínimo dos sentimentos de insegurança, de culpa, de excessiva responsabilidade, etc.

Estamos, portanto, diante de um vasto problema, qual seja o de criar instrumentos de medida que nos permitam avaliar as qualidades de nossos oficiais, tendo em vista classificá-los, reuni-los em grupos, obtendo, assim, a base para todos os prognósticos sobre a vida profissional de cada um. Um estudo circunstancial e pormenorizado do caso nacional, tendo vistas sobre múltiplas maneiras por que outros Exércitos abordaram a questão, levou-nos a eleger como polo essencial do processo de classificação a *folha de registro acumulativo da conduta e personalidade do oficial*. A Psicotécnica e o Sociotécnica, com seus recursos de pesquisa, poderão levar-nos à obtenção dos almejados instrumento de medida que, conforme veremos adiante, comporão a citada folha. Dentre outras vantagens, o registro acumulativo apresenta as seguintes:

1) Boring, em seu livro "Psychology for the Armed Forces", assim opina sobre os relatórios de eficiência utilizados no Exército Norte-Americano:

"Os relatórios de eficiência têm sido utilizados para registrar certos traços de personalidade dos oficiais, mas atualmente são menos usados para esse fim do que antes. Nêles os superiores hierárquicos classificam os mais modernos em uma escala de avaliação, comparando-os com diversas definições ou exemplos de níveis concretos de atuação (por exemplo: "seria ele o primeiro em que eu pensaria para me representar junto a um Estado-Maior" ou "arriscar-me-ia e o escolheria se não houvesse outro melhor", etc).

É difícil, contudo, obter definições com clareza e os oficiais encar-

regados do julgamento muitas vezes não conseguem evitar a premeditação ou o favoritismo. Se estes se habituam a julgar bom um oficial, também o avaliarão como bom na maior parte das qualidades, quaisquer que sejam as instruções impostas no sentido de obter a maior objetividade. Escalas de avaliação são mais aconselhadas sempre que se podem obter vários julgadores que se corrigirão mutuamente; entretanto, isto, na prática, se torna difícil. É melhor, portanto, ao classificar um militar, amarrar o processo a fatos objetivos que possam ser registrados em uma ficha de alteração.

Todos os registros para esse fim, devem ser coletados regularmente e, então, a figura total do homem acabará por aparecer.

2) Constitui a base para uma orientação atual.

3) Proporciona o arquivamento de características pessoais que podem ser usados continuamente em todos os estágios de carreira oficial.

4) Serve de base a entrevistas.

5) Permite a conceituação do oficial em termos objetivos, indicando inclusive as probabilidades de sucesso post-cursos, nas funções que podem exercer, etc.

6) Permite apreciação matemática do mérito individual para promoções, recompensas, etc.

7) Proporciona, às seções encarregadas de pessoal e do ensino, material valioso para estudos tendentes a aperfeiçoar métodos vigentes, a escolha de professores ou instrutores, a seleção de alunos, etc.

8) Torna-se instrumento valioso para designações justas e apropriadas principalmente no que respeita a comissões de importância para as quais sejam requeridas qualidades especiais.

Para a execução dos trabalhos de pesquisa tendentes a construir os instrumentos de medida científica da conduta e personalidade do oficial, elegemos o processo que se segue:

1) *Generalidades* — Qualquer pesquisa cuja finalidade seja a construção de instrumentos de medida da atividade humana deverá necessariamente abordar o triplo

aspecto que ela envolve: Tecnológico, psicológico e social. Em outras palavras: os característicos do trabalho e o que se requer do homem que vai executá-lo, tendo vistas sobre o seu potencial em face ao ambiente social em que será aplicado. A síntese desses fatores nos oferece conclusões como as que se seguem:

a) Qualidades ou atributos ou traços desejáveis (indicações);

b) Grau em que essas qualidades ou atributos ou traços são requeridos;

c) Defeitos que incompatibilizam o indivíduo com o tipo de trabalho e a natureza do meio social (contra indicações);

d) Técnicas mais apropriadas para o julgamento dessas indicações e contra-indicações, quando o indivíduo ingressa no campo de atividades e durante o exercício de suas obrigações e deveres;

e) Recursos tanto quanto possível objetivos para melhoria das condições de trabalho, melhor aproveitamento humano, recompensas, promoções, etc. Isto importa em dizer que situações gerais e atributos ou traços gerais se podem estabelecer, permitindo comparação nos resultados de julgamento.

O conceito de um oficial em determinado estágio da carreira será tanto mais objetivo e preciso quanto maior conhecimento tivermos de sua conduta, isto é, dos registros de sua atuação nos diversos aspectos implícitos em cada função que exerceu.

Em primeiro lugar, precisamos, portanto, conhecer os aspectos essenciais (tarefas, deveres, obrigações) das ocupações exercidas por oficiais.

Estas ocupações ou funções, por sua vez, podem ser grupadas na base de características essenciais comuns.

De outra parte, o conhecimento dos aspectos da personalidade do oficial compatíveis e incompatíveis com o trabalho que executa e os princípios de grupo social em que exerce sua atividade, pode ser obtido conforme veremos adiante.

Os processos a utilizar para conceituação de oficiais realizarão a

síntese desses fatores, permitindo, quando aplicados, que tenhamos apreciações quantitativas e qualitativas da conduta e da personalidade de cada um. A qualquer momento, poderemos apresentar um relatório de sua eficiência e mérito e fazer prognósticos sobre o seu futuro, de que melhor convém ao Exército e a ele com respeito ao seu aproveitamento.

II — MÉTODO DE PESQUISA

1) Para estudo do trabalho.

a) Análise bibliográfica dos aspectos essenciais comuns das funções militares grupadas sob os títulos:

- Administrador
- Estado-Maior
- Professor ou instrutor
- Aluno
- Técnico.

b) Organização de listas de tarefas, deveres e obrigações essenciais das situações padrões em cada um daqueles aspectos funcionais, constantes no número anterior.

c) Apresentação das listas acima referidas a 10 julgadores escolhidos, os quais serão incumbidos de hierarquizar, por ordem de importância, em 5 (cinco) graus os diversos itens nelas contidos, a saber:

- essencial, absolutamente imprescindível — 5
- muito importante, poucas vezes negligenciável — 4
- importante por vezes e negligenciável outras — 3
- poucas vezes necessário, negligenciável na maioria das vezes — 2
- desnecessário, absolutamente negligenciável — 1.

d) Elaboração estatística dos resultados dos julgamentos; atribuições de pesos relativos a cada um dos itens.

2) Para o estudo dos traços e atributos requeridos e contra-indicações do oficial:

a) Relacionamento dos traços e atributos requeridos pelo trabalho ao homem, com a respectiva definição e considerações importantes

a cada um. Após a apuração dos questionários da pesquisa serão grupados nas seguintes categorias:

- Inerentes ao alto comando
- Inerentes a qualquer chefe
- Inerentes a qualquer militar
- Inerentes a especialistas.

3) Realização da síntese, isto é, a conexão de característicos de trabalho — característicos do trabalhador (aqui: trabalho = função; trabalhador = homem que exerce a função) mediante questionário endereçado a oficiais qualificados para o seguinte processamento:

a) Estudo e meditação em torno de cada item da lista de deveres e obrigações que estiver a seu cargo.

b) Estudo e fixação do que define cada traço ou atributo contido na respectiva lista.

c) Registro dos traços e atributos que se encontram implícitos, relacionados ainda que longínqua ou indiretamente com cada item da lista de deveres e obrigações.

d) Atribuição de valores relativos a cada traço ou atributo contido em cada item da lista de deveres e obrigações, considerado de per si, segundo a seguinte escala:

- Fator absolutamente preponderante, imprescindível — 5
- Fator envolvido, a maior parte das vezes com poucas exceções — 4
- Fator envolvido às vezes — 3
- Fator poucas vezes envolvido — 1.

4) Elaboração estatística dos resultados da qual resultam os dois instrumentos com os quais nos propomos a conceituar oficiais:

- listas de comprovação
- escalas de avaliação.

As primeiras, constituídas da série de deveres e obrigações repartidas em diversas listas, sob os títulos mencionados no n. II-1)-a) contendo, no lado, a seguinte escala com respectivos valores:

- Marque quando o item é absolutamente característico no comportamento do oficial ou quando as exceções são raras — 5
- Marque quando o item é absolutamente verdadeiro, embora haja algumas exceções — 4

— Marque quando a afirmação é mais verdadeira do que falsa — 3

— Marque quando a afirmação descreve apenas ocasionalmente o comportamento do indivíduo — 2

— Marque quando a afirmação é verdadeira apenas em casos raros — 1.

As segundas, comportando os traços e atributos considerados mais importantes face ao número de vezes e o peso com que entraram nos resultados dos processamentos previstos no item 3) do presente documento (Realização de síntese). Essa escala de avaliação comporta os 5 graus respectivamente descritos no sub-item d) do n. 3).

5) É evidente que, utilizando dois instrumentos de medida em lugar de um, chegamos a resultados mais apreciáveis, ainda mais que dada a maneira por que foram construídos, é possível comparar uns com outros resultados. O controle estatístico também é favorecido por esse duplo julgamento. Outrossim, o aperfeiçoamento (ampliações, reduções, modificações, etc.) decorre de trabalhos com base estatística e interpretação do resultado e muito depende das cor-

relações encontradas nas duas aplicações do mesmo grupo de indivíduos. Por outro lado, as desvantagens inerentes aos dois processos se compensam em vários aspectos, aumentando as possibilidades de um julgamento mais preciso.

CONCLUSÃO FINAL

O presente trabalho, produto da sedimentação contínua das avançadas perspectivas que orientam os oficiais que labutam no Curso de Classificação de Pessoal e na Divisão Técnica da Diretoria de Ensino do Exército, nesta principalmente, tem como principal objetivo interessar na solução desse palpitante problema todos aqueles que sonham com um Exército menos sujeito às opiniões individuais e mais afeito às realidades de uma Administração eficiente de pessoal.

Acreditamos que, em futuro próximo, aqueles órgãos dedicados ao ensino e à pesquisa de soluções para os problemas de pessoal terão realizado mais este valioso serviço, contando para isto com seus oficiais especializados e em estreita ligação com numerosos colaboradores de todos os graus hierárquicos.



GINÁSTICA DE CONDIÇÃO

MODELO DE PROGRAMA PROGRESSÃO — 20 HORAS

(Tradução do FM 21-20 — Para Recrutas)

Cap. ESTEVAM MEIRELES, Chefe do Dep.
Ed. Fis. da A.M.A.N.

1ª Hora — Assunto: *Introdução aos exercícios de condição*

Estudo dos exercícios 1 a 4 inclusivos da série, corrida.

a. *Preparo dos dados.*

- (1) Título da instrução.... — Treinamento físico.
- (2) Total de horas..... — Vinte (20).
- (3) Situação no tempo.... — 1ª hora.
- (4) Tempo de instrução.... — 45 minutos.
- (5) Método..... — Conferência, demonstração e trabalho prático.
- (6) Referências..... — Parágrafos: (tais e tais) do manual básico.
- (7) Instrutores..... — Instrutor de subunidade e instrutores dos pel.
- (8) Material..... — Uma plataforma para instrutor — 1,50m (alt.) e 1,80m x 1,80 m.
- (9) Objetivos da sessão... — Estudar:
 1. A importância e objetivos da série de condição.
 2. O dispositivo e os comandos para sua execução.
 3. A execução correta dos exercícios 1, 2, 3 e 4 da série (5 repetições).
 4. A corrida.

b. *Temas esboçados e tempo afeto.*

(1) *Introdução (10 minutos).*

- a. Importância dos exercícios contidos na série.
- b. Necessidade de correção, apuro e progressão.
- c. Emprêgo da contagem cumulada.
- d. Voz de comando.
- e. Objetivo a ser atingido com a sua prática.

(2) *Dispositivo (5 minutos).*

- a. Subunidade emassada em torno do pósto do instrutor a 12 passos.
- b. Abrir distância e intervalo (dispositivo retangular).

(3) *Estudo e execução dos exercícios 1, 2, 3, 4 (25 minutos). (5 repetições).*

- a. Exercício 1: "Saltar".
- b. Exercício 2: "Lenhador".
- c. Exercício 3: "Apóio de frente".
- d. Exercício 4: "Remador".

(4) Corrida (5 minutos).

c. *Notas para o instrutor.*

- (1) A introdução deve ser curta e concisa. Prepare antes notas, pelo estudo do assunto em sua forma geral e completa.
- (2) Ensine os exercícios seguindo exatamente as fases de instrução. Faça com que os homens conheçam os exercícios pelo nome, pelo número e a sua posição inicial. Para isso, mande os homens repetirem freqüentemente o número e o nome dos exercícios, como meio de decorar rápido.
- (3) Insista pela precisão e correção de execução dos exercícios, para se assegurar o máximo de benefícios.
- (4) Conduza a corrida, no dispositivo coluna de pelotões, alternadamente 200 metros de corrida para 100 metros de marcha. A passada será dada pelo instrutor, a qual será curta.

2ª Hora — Assunto: Execução dos exercícios 1-4 da série de condição

Estudo dos exercícios 5-8 inclusivos da série, corrida.

- a. *Preparo dos dados.* (Os dados não escritos são os que permanecem).
- (3) Situação no tempo.... — 2ª hora.
- (5) Método..... — Demonstração e trabalho prático.
- (9) Objetivos da sessão... — Rever:

- 1. Dispositivo retangular.
- 2. Execução dos exercícios 1-4 inclusivos (5 repetições).

Estudar.

- 1. Exercícios 5-8 inclusivos da série (5 repetições).
- 2. Corrida.

b. *Temas esboçados e tempo afeto.*

- (1) Exercícios 1-4 inclusivos da série (Subunidade emassada). (15 minutos).

- a. Tomar o dispositivo retangular.
- b. Executar os exercícios 1-4 inclusivos da série.
 - 1. "Saltar" (5 repetições).
 - 2. "Lenhador" (5 repetições).
 - 3. "Apóio de frente" (5 repetições).
 - 4. "Remador" (5 repetições).

- (2) Estudo dos exercícios 5-8 inclusivos da série (25 minutos).

- a. "Baixar atrás-Baixar à frente" (5 repetições).
- b. "Flexão dos braços" (5 repetições).
- c. "Flexão lateral do tronco" (5 repetições).
- d. "Relógio" (5 repetições).

- (3) Corrida (5 minutos).

c. *Notas para o instrutor.*

- 1) Exija rapidez e correção na tomada do dispositivo. Dirija os exercícios 1-4 conforme os processos aconselhados. Exija precisão na execução. Cinco repetições cada exercício.

- 2) Estude com o pessoal os exercícios 5-8 conforme os processos aconselhados. Empregue as quatro fases prescritas.
- 3) Os Pelotões na coluna correm 300 metros e andam 100. (Período de 10 min.).

3ª Hora — Assunto: Execução dos exercícios 1-8 da série de condição

Estudo dos exercícios 9-12 da série, corrida.

- a. *Preparo dos dados* (Apenas escreveremos os novos dados, os demais permanecem).

3) Situação no tempo... — 3ª hora.

9) Objetivos da sessão... — Rever.

1. Dispositivo retangular.

2. Execução dos exercícios 1-8 (5 repetições).

Estudar.

1. Exercícios 9-12 inclusivos (5 repetições).

2. Corrida.

b. *Temas esboçados e tempo afeto.*

1) Exercícios 1-8 inclusivos (Subunidade emassada). (15 minutos)

a. Tomar o dispositivo retangular.

b. Execução dos exercícios 1-8 inclusivos da série.

1. "Saltar" (5 repetições).

2. "Lenhador" (5 repetições).

3. "Apôio de frente" (5 repetições).

4. "Remador" (5 repetições).

5. "Baixar atrás-Baixar à frente" (5 repetições).

6. "Flexão dos braços" (5 repetições).

7. "Flexão lateral do tronco" (5 repetições).

8. "Relógio" (5 repetições).

2) Estudar os exercícios 9-12 inclusivos da série (25 minutos)

a. "Canguru" (5 repetições).

b. "Flexão e rotação do tronco" (5 repetições).

c. "Corrida no mesmo lugar" (5 repetições).

d. "Apôio de frente e flexão de braços" (5 repetições).

3) Corrida (10 minutos).

c. *Notas para o Instrutor.*

1. Exija rapidez e correção na tomada do dispositivo e precisão disciplinar em todos os movimentos. Dirija os exercícios 1-8 inclusivos, conforme os processos aconselhados. Exija precisão dos movimentos dos exercícios que os homens devem conhecer pelo nome, pelo número e saberem tomar a posição inicial. (5 repetições).

2. Estude os exercícios 9-12 inclusivos, exatamente conforme os processos aconselhados.

3. Corrida em coluna 300 metros para 100 de marcha, alternadamente (10 min.).

4ª Hora — Assunto: Execução dos exercícios 1-12 da série

Estudo dos exercícios sucedâneos 4A e 8A, corrida.

- a. *Preparo dos dados* (só se escreverão os que forem novos).

- 3) Situação no tempo.... — 4ª hora.
- 9) Objetivos da sessão... — Rever.
 1. Dispositivo retangular.
 2. Execução dos exercícios 1-12 (5 repetições).

Estudar.

 1. Exercícios sucedâneos 4A e 8A da série (5 repetições).
 2. Corrida.
- b. *Temas esboçados e tempo afeto.*
 - (1) Exercícios 1-12 inclusivos da série (Subunidade emassada). (30 minutos).
 - a. Tomada do dispositivo retangular.
 - b. Execução dos exercícios 1-12 inclusivos da série.
 1. "Saltar" (5 repetições).
 2. "Lenhador" (5 repetições), etc., etc., etc.
 - (2) Estudo dos sucedâneos da série (10 minutos).
 - a. 4A "Levantar e baixar o assento" (5 repetições).
 - b. 8A "Rotação do tronco" (5 repetições).
 - (3) Corrida (5 minutos).

c. *Notas para o instrutor.*

 - (1) Exija precisão em todos os movimentos da série. Faça uma verificação nos homens, intermitentemente, nos breves intervalos concedidos para repouso entre os exercícios, para saber se eles estão conhecendo os exercícios, tanto pelo nome como pelo número e a posição inicial de cada.
 - (2) Estude os sucedâneos 4A e 8A, conforme o prescrito. Explique aos homens que estes exercícios (4A e 8A) são usados em vez dos regulares 4º e 8º, se o solo se apresentar impraticável (demasiado húmido). Isto é entregue ao seu arbitrio, como instrutor responsável.
 - (3) Conduza a corrida dos pelotões na coluna. Alterne 300 metros de corrida com 50 de marcha. A velocidade nos trechos de corrida deve ser gradualmente aumentada. Faça esta progressão gradualmente.

5ª Hora — Assunto: Ginástica de Condição.
Estudo e execução dos exercícios de Vivacidade, corrida com lances de velocidade.
- a. *Preparo dos dados (só os novos)*
9. Objetivos da sessão..... — Rever.
 1. Dispositivo retangular.
 2. Série n. 1 (5 repetições).

Estudar.

 1. Vivacidade.
 2. Corrida.
- b. *Temas esboçados e tempo afeto.*
 - (1) Série n. 1 (Subunidade emassada). (25 minutos).
 - a. Dispositivo retangular.
 - b. Execução da série n. 1 (5 repetições).
 - (2) Estudo de Vivacidade por subunidade de (10 minutos).
 - (3) Corrida (10 minutos).

c. *Nota para o instrutor.*

 - (1) Exigir precisão em todos os movimentos. O tempo empregado deve diminuir com a supressão dos descansos entre os exercícios.

- (2) Os exercícios de vivacidade são estudados e executados no dispositivo retangular. Os exercícios são extremamente fatigantes e realizados em pequenos períodos de tempo. Estudar com os homens as quatro posições partida e explicar e demonstrar cada exercício a ser executado.
- (3) Corrida em formação por 5 minutos (350 metros de corrida e 50 de marcha), executando intermitentes lances em velocidade de 40 a 50 metros.

6ª Hora — Assunto: Ginástica de Condição.

Estudo e execução dos Progressivos e corrida de velocidade por lances.

a. *Preparo dos dados.*

- (9) Objetivos da sessão... — Rever (Conforme a sessão anterior) (6 repetições).
Estudar.
 1. Dispositivo em círculo.
 2. Progressivos por pelotões.
 3. Corrida de velocidade por pelotões.

b. *Temas esboçados e tempo afeto.*

- (1) Série n. 1 (Subunidade emassada ou por pelotões). (25 minutos).
- a. Dispositivo retangular (6 repetições).
- b. Execução da série (6 repetições).
- (2) Estudo dos progressivos (10 minutos).
- (3) Corrida de velocidade (10 minutos).

c. *Notas para o Instrutor.*

- (1) Execução correta de todos os movimentos (exigir).
- (2) Estudar com os homens a correta execução e os comandos peculiares do dispositivo em círculo. Faça os homens executarem cerca de 8 exercícios selecionados de Progressivos por 20 segundos cada. Os pelotões se deslocarão em áreas separadas no trabalho dos exercícios Progressivos.
- (3) A corrida de velocidade deve ser realizada com os pelotões em áreas separadas e por ondas de grupamentos. Quatro ou cinco lances de 50 m cada, com descansos intermitentes, são suficientes. Comande os lances, usando o "Atenção, Já!"

7ª Hora — Assunto: Ginástica de Condição.

Exercícios Progressivos, Exercícios de Revezamentos.

a. *Preparo dos dados.*

- (9) Objetivos da sessão... — Dirigir.
 1. Série n. 1 (7 repetições).
 2. Exercícios Progressivos por pelotões.
 3. Exercícios de Revezamentos por pelotões.

b. *Temas esboçados e tempo afeto.*

- (1) Série de Cond. (Subunidade emassada ou pelotões). (20 minutos).
- a. Dispositivo retangular.
- b. Execução da série (7 repetições).
- (2) Progressivos em círculo por pelotões.
- (3) Direção de revezamentos, por pelotões (15 minutos).

c. *Notas para o Instrutor.*

- (1) A precisão em todos os movimentos deve ser exigida. Diminuir os descansos entre os exercícios.
- (2) Conduzir os exercícios Progressivos conforme o prescrito nestas notas.
- (3) Conduzir os revezamentos conforme o especificado nestas notas. Deve o instrutor agir como um juiz enérgico, durante os revezamentos.

8ª Hora — Assunto : *Ginástica de Condição.*

Dirigir exercícios de Vivacidade. Estudar os exercícios de Atacar e Defender-se.

a. *Preparo dos dados.*

9) Objetivos da sessão... — Rever.

1. Dispositivo Retangular.
 2. Série de condição (8 repetições).
 3. Vivacidade.
- Estudar.
1. Dispositivo retangular modificado.
 2. A.D. (Duplas).
 3. Corrida.

b. Temas esboçados e tempo afeto.

(1) Série n. 1 (Subunidade emassada). (20 minutos).

a. Dispositivo retangular.

b. 8 repetições.

(2) Vivacidade (5 minutos).

(3) A.D. (10 minutos).

a. Dispositivo modificado.

b. Estudo dos exercícios.

(4) Corrida (10 minutos).

c. *Notas para o Instrutor.*

(3) Estudar os exercícios A.D. (dois a dois) no dispositivo retangular modificado. Estimular os homens a conquistarem méritos nestes exercícios.

(4) Corrida em forma 400 metros e 50 de passo, intermitentemente em 10 min.

9ª Hora — Assunto : *Ginástica de Condição.*

Direção de exercícios A.D. Estudo de grandes jogos. (Jogos militares). (Voleibol Gigante).

a. *Preparo dos dados.* (Só os novos).

(8) *Material* : 1 plataforma de instrutor, 1 campo de voleibol e duas bolas por pelotão.

(9) Objetivos da sessão... — Dirigir.

1. Exercícios de condição (9 repetições).
2. Atacar e Defender-se, dois a dois.
3. Grande jogo (voleibol gigante).

b. Temas esboçados e tempo afeto.

(1) Exercícios de Cond. (9 repetições), por pelotão (20 minutos).

(2) Atacar e Defender-se, por pelotão (10 minutos).

(3) Grande jogo (voleibol gigante). (15 minutos).

c. *Notas para o Instrutor.*

(1) Precisão em todos os movimentos. Menor descanso entre os exercícios.

Executar as 9 repetições de cada exercício conforme o prescrito nestas notas e por pelotão.

(2) Atacar e Defender-se no dispositivo retangular modificado. Observe os exercícios de que os homens mais gostam e empregue-os em que eles se empenharem mais entusiasmadamente.

(3) O voleibol gigante exigirá um preparo anterior da parte do instrutor. Introduza quaisquer variações para se acomodar à situação, no que concerne a local ou material.

10ª Hora — Assunto : *Ginástica de Condição.*

Atacar e Defender-se, Progressivos e Corrida.

a. *Preparo dos dados* (apenas os novos).

(9) *Objetivos da sessão*... — Dirigir.

1. Exercícios de condição (10 repetições).
2. Atacar e Defender-se (2 a 2).
3. Progressivos.
4. Corrida.

b. *Temas esboçados e tempo afeto*.

- (1) Ex. de Condição, por pelotão a 10 repetições (20 minutos).
- (2) Atacar e Defender-se, por pelotão (5 minutos).
- (3) Exercícios Progressivos (10 minutos).
- (4) Corrida (10 minutos).

c. *Notas para o Instrutor*.

- (1) Exigir precisão em todos os movimentos. Pela diminuição dos descansos entre os exercícios, a resistência círculo-respiratório e a muscular melhorarão.
 - (2) Empregue o dispositivo retangular modificado. O instrutor já é conhecedor de quais exercícios os homens mais apreciaram; empregue os de que eles gostaram, zeie apenas por uma dosagem progressiva.
 - (3) Empregue os dispositivos em círculo e alterne os exercícios, de modo que não sejam executados consecutivamente dois exercícios de chão, agachado ou ereto.
 - (4) Corrida por pelotões; alternar 450 metros de corrida com 50 metros de passo por 10 minutos.
- 11ª Hora — Assunto: *Ginástica de Condição*.
Vivacidade e revezamentos.

a. *Preparo dos dados*.

(1) *Objetivos da sessão*... — Dirigir.

1. Ex. de Condição (11 repetições).
2. Vivacidade.
3. Revezamentos.

b. *Temas e tempo afeto*.

- (1) Exercícios de Condição (11 repetições) por pelotão (20 minutos).
- (2) Vivacidade por pelotão (5 minutos).
- (3) Revezamentos (20 minutos).

c. *Notas para o Instrutor*.

- (1) Elimine perdas de tempo entre os exercícios. Faça os primeiros três exercícios sem descanso.
 - (2) Vivacidade a pé firme e correndo.
 - (3) Direção de revezamentos selecionados previamente.
- 12ª Hora — Assunto: *Ginástica de Condição*.
Progressivos e grandes jogos (jogos militares).

a. *Preparo dos dados*.

(8) *Material*: 1 plataforma de instrutor, 1 campo de voleibol e duas a três bolas de volei por pelotão.

(9) *Objetivos da sessão*... — Dirigir.

1. Exercícios de condição (12 repetições).
2. Exercícios progressivos.
3. Grande jogo (Bola Militar).

b. *Temas e tempo afeto*.

- (1) Exercícios de condição (12 repetições), por pelotão (20 minutos).
- (2) Progressivos (dispositivo em círculo), por pelotão (10 minutos).
- (3) Grande jogo (Bola Militar), por subunidade (15 minutos).

c. *Notas para o instrutor.*

- (1) Execute os primeiros três exercícios sem descanso.
- (2) Deslocamento dos pelotões em áreas separadas e no dispositivo em círculo.
- (3) Conduza os homens para o local, preparado com antecedência. Proporção de uma bola por cada 25 homens de cada lado (1 juiz para cada bola).

13ª Hora — Assunto: *Ginástica de Condição.*

Vivacidade, Atacar e Defender-se (duplas), Corrida.

a. *Preparo dos dados.*

- (9) Objetivos da sessão... — Dirigir.
 1. Exercícios de Condição (12 repetições).
 2. Vivacidade.
 3. Atacar e Defender-se (dois a dois).
 4. Corrida.

b. *Temas e tempo afeto.*

- (1) Exercícios de condição (12 repetições), por pelotão (20 minutos).
- (2) Vivacidade por pelotão (5 minutos).
- (3) Atacar e Defender-se, por pelotão (10 minutos).
- (4) Corrida (10 minutos).

c. *Notas para o instrutor.*

- (1) Descanso após o quarto exercício.
- (2) Vivacidade na mesma formação dos exercícios anteriores. Exige execução rápida e vigorosa de cada exercício.
- (3) Dirija o Atacar e Defender-se na formação retangular modificada.
- (4) Corrida em cada 500 metros e passo em 30, por 10 minutos.

14ª Hora — Assunto: *Ginástica de condição.*

Progressivos (grande jogo). (Futebol gigante).

a. *Preparo dos dados.*

- (1) Objetivos da sessão... — Dirigir.
 1. Exercícios de Condição (12 repetições).
 2. Exercícios Progressivos (Círculos por pelotões).
 3. Grande Jogo (Futebol gigante).

b. *Temas e tempo afeto.*

- (1) Exercícios de condição (12 repetições), por pelotão (20 minutos).
- (2) Progressivos, por pelotões (10 minutos).
- (3) Grande Jogo (Futebol Gigante), 15 minutos.

c. *Notas para o instrutor.*

- (1) Descanso após cada quatro exercícios.
- (2) Aumentar progressivamente os períodos de tempo em que os homens executam cada exercício.
- (3) O Futebol gigante vai exigir um preparo anterior seja material, seja de juizes, seja de local. Estimule os homens a competirem entusiasmadamente. Proporção de uma bola para cada 25 homens de cada lado. (Um juiz por bola).

15ª Hora — Assunto: *Ginástica de condição.*

Vivacidade e revezamentos.

a. *Preparo dos dados.*

- (9) Objetivos da sessão... — Dirigir.
 1. Exercícios de condição (12 repetições).
 2. Vivacidade.
 3. Revezamentos.

b. Temas e tempo afeto.

- (1) Exercícios de condição (12 repetições), por pelotão (20 minutos).
- (2) Vivacidade por pelotão (5 minutos).
- (3) Revezamentos (20 minutos).

c. Notas para o Instrutor.

- (1) Procure fazer os seis primeiros exercícios sem repouso.
- (2) Dirija os exercícios de Vivacidade no mesmo dispositivo retangular.
- (3) Os instrutores que atuarem como oficiais dos jogos, exercerão controle e julgamento eficientes para se apurarem infrações as regras e os vencedores.

Distingua os vencedores no fim das disputas.

16ª Hora — Assunto: Ginástica de condição.

Progressivos e introdução às lutas (A.D.) de equipes.

a. Preparo dos dados.

(9) Objetivos da sessão... — Dirigir.

1. Exercícios de condição (12 repetições).
2. Progressivos, por pelotões.
3. Atacar e Defender-se. (Por equipes).

b. Temas e tempo afeto.

- (1) Seis exercícios sem repouso.
- (2) Aumentar o tempo de execução de cada exercício.
- (3) Introdução às lutas entre equipes ou grupamentos. Organize a competição entre equipes de cada pelotão. Selecione os exercícios antes e prepare o local de acórdão também antes da sessão.

17ª Hora — Assunto: Ginástica de condição.

Vivacidade. A.D. (duplas). Corrida.

a. Preparo dos dados.

(a) Objetivos da sessão... — Dirigir.

1. Exercícios de condição (12 repetições).
2. Vivacidade.
3. Lutas (duplas).
4. Corrida.

b. Temas e tempo afeto.

- (1) Exercícios de condição (12 repetições) por pelotão (20 minutos).
- (2) Vivacidade por pelotão (5 minutos).
- (3) Atacar e Defender-se. Lutas (2 a 2), por pelotão (10 minutos).
- (4) Corrida (10 minutos).

c. Notas para o Instrutor.

- (1) Seis exercícios sem descanso.
- (2) Bastante vivacidade na execução.
- (3) Empregue as lutas preferidas pelos homens.
- (4) A passada e a distância de corrida devem ser aumentadas. Os homens devem ser capazes de correr 1.500 metros, sem marcha, em cadência lenta. Se algum homem desejar permita que ele deixe a formação e corra com a sua passada individual.

18ª Hora — Assunto: Ginástica de Condição.

Progressivos e Grandes Jogos (Foge da bola e Verso e Reverso).

a. Preparo dos dados.

(9) Objetivos da sessão... — Dirigir.

1. Exercícios de condição (12 repetições).
2. Progressivos (Círculos por pelotões).
3. Grande jogo (Foge da bola) por pelotão.

b. Temas e tempo afeto.

- (1) Exercícios de condição (12 repetições) por Subunidade (15 minutos).
- (2) Exercícios Progressivos: Por pelotão (10 minutos).
- (3) Grande Jogo (Foge da Bola e Verso e Reverso), por pelotão (20 minutos).

c. Notas para o Instrutor.

- (1) Observe que o instrutor tem 15 minutos para executar 12 repetições de cada exercício. Isto significa que ele tem um mínimo de descanso entre cada exercício. Não deduzir daí que deve acelerar a execução para resultar trabalho incorreto. Dirija esta fase dos exercícios de condição na subunidade emassada. Estimule os homens com: "Vamos ver se vocês são bons".

- (2) Progressivos em círculo, por pelotão.

- (3) Dirija os grandes jogos entre duas equipes do pelotão.

19ª Hora — Assunto: *Ginástica de Condição*.

Vivacidade, Atacar e Defender-se (grupos ou equipes) e Corrida.

a. Preparo dos dados.

- (9) Objetivos da sessão... — Dirigir.

1. Exercícios de condição (12 repetições).
2. Vivacidade.
3. Lutas (grupos ou equipes).
4. Corrida.

b. Temas e tempo afeto.

- (1) Exercícios de condição (12 repetições), por pelotão (15 minutos).
- (2) Vivacidade por pelotão (5 minutos).
- (3) Atacar e Defender-se (grupos ou equipes). (15 minutos).
- (4) Corrida (10 minutos).

c. Notas para o Instrutor.

- (1) O instrutor deve observar que só tem 15 minutos para as 12 repetições; no entanto, um mínimo de pausa entre cada exercício pode ser concedido.

- (2) Dirija os exercícios de vivacidade na mesma formação acima, exigindo rapidez de movimentos na execução dos exercícios.

- (3) As lutas por equipes exigem preparo material anterior de acordo com os exercícios escolhidos. As equipes competem por pelotões nos seus locais respectivos.

- (4) Os homens correrão 1.500 metros com a sua própria passada. Estimule os homens a completarem o percurso na própria passada, sem marcha.

20ª Hora — Assunto: *Ginástica de Condição*.

Progressivos e Grandes Jogos. (Bola na táboa).

a. Preparo dos dados.

- (9) Objetivos da sessão... — Dirigir.

1. Exercícios de condição (12 repetições).
2. Progressivos (círculos por pelotões).
3. Grandes Jogos.

b. Temas e tempo afeto.

- (1) Exercícios de condição (12 repetições), por pelotão (15 minutos).
- (2) Exercícios progressivos por pelotão (10 minutos).
- (3) Grandes jogos (20 minutos).

c. Notas para o Instrutor.

- (1) A série deve ser completada em 15 minutos.

- (2) Progressivos em círculos, por pelotões.

- (3) Grande jogo (a bola na táboa), por pelotão.

Foi apresentado um programa progressão para 20 horas. Para se prosseguir, basta continuar o planejamento de sessões de 45 min. de trabalho, sendo os primeiros 15 min. empregados nos exerc. de condição; os 25 min. seguintes em aplicações variadas; completando-se o período com 5 min. de qualquer tipo de corrida. Se o Capitão desejar pequenos períodos adicionais de treinamento fis., p. incrementar o preparo de sua subunidade; aconselha-se o emprego de tempos de 15 min. da série de condição, quando fôr possível, no fim do tempo de instr. da manhã ou da tarde e na área da subunidade.

Aconselha-se, quando possível, que as primeiras 10 h do programa progressão atrás exemplificado sejam reunidas nas duas primeiras semanas de instrução. Depois da execução destas dez horas iniciais do programa podem-se encaixar as restantes nos dias em que sejam particularmente mais leves para o soldado as exigências físicas das outras atividades do programa de instrução.





PROBLEMA DA RACIONALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA NO BRASIL

General JUAREZ TAVORA

Conferência realizada na Associação dos Diplomados pela Escola Superior de Guerra, em dezembro de 1951.

1ª PARTE

RACIONALIZAÇÃO ESTRUTURAL DO PODER EXECUTIVO

1. O problema da Organização Nacional:

O Brasil, como comunhão Nacional, tem, praticamente, por resolver quase todos os seus problemas de base — inclusive, em 1º plano, o problema preliminar de sua organização político-administrativa.

Sem a prévia solução desse problema de organização, não parece viável um equacionamento satisfatório de seus problemas econômico-sociais, de segurança nacional e convivência internacional, e, menos ainda, a realização metódica e eficiente das respectivas soluções.

Isso decorre de fatores vários, entre os quais sobressaem, entretanto:

— o desconhecimento, mais ou menos generalizado, pela elite nacional, de nossas realidades de conjunto;

— a imaginação fértil dessa elite, que, divorciada do terra a terra de tais realidades, perde-se, comumente, em devaneios fantasistas, que vão do "ufanismo" ao "derrotismo", mas quase sempre atentatórios do senso elementar de proporção e de oportunidade.

2. Questões político-administrativas fundamentais:

Algumas questões fundamentais, precisam (ao meu vêr) ser resol-

vidas, urgentemente, no campo da racionalização político-administrativa. Cito, entre elas:

- uma coordenação mais estreita e racional entre as atividades do Poder Legislativo e as do Poder Executivo;

- um controle mais efetivo contra os abusos de poder, quer pessoais praticados pelo Executivo, quer os coletivos, cometidos pelo Legislativo;

- uma redistribuição coordenada e racional de funções entre as 3 órbitas administrativas — federal, regional e local;

- finalmente, uma estruturação mais racional dos órgãos de planejamento, execução e controle, no campo administrativo.

2.1. No tocante à coordenação de atividades legislativas e executivas, há 2 aspectos essenciais a ressaltar:

- uma precisa delimitação de poderes de iniciativa e decisão sobre certos itens básicos da gestão e responsabilidade administrativas — tendente, sobretudo, a impedir que o Legislativo deforme ou prejudique, por imposições eleitorais (como é comum na votação do orçamento de despesa) os planos elaborados pelo Executivo — responsável direto por sua boa execução;

- uma melhor entrosagem nas atividades dos dois Poderes em questão (comparecimento normal ou freqüente de elementos do Executivo às Comissões Legislativas e, mesmo, ao Plenário de ambas as Casas do Congresso) de forma a assegurar recíproco entendimento e efetiva colaboração entre eles.

2.2. Quanto ao controle mais efetivo dos abusos (ou omissões) de natureza administrativa (ineficiência, improbidade, arbítrio, ou violação de direitos individuais) — três aspectos precisam ser encorados:

- um controle mais efetivo do Tribunal de Contas, sobre a boa aplicação dos dinheiros públicos — sem prejuízo da liberdade indispensável à oportuna aplicação desses fundos, pela autoridade executiva competente;

- uma fiscalização mais ativa e bem orientada do Congresso sobre as atividades do Executivo, por intermédio de suas Comissões Permanentes (e, eventualmente, de Comissões Especiais de Inquérito)
- tendente, não só a verificar a exata aplicação dos fundos votados (em colaboração com o Tribunal de Contas) como também, os resultados de tal aplicação, em relação aos fins visados (fiscalização de eficiência);

- a correção efetiva e oportuna dos *arbitrários ou abusos de poder* — quer do Executivo, quer do Legislativo, contra direitos individuais e, sobretudo, em detrimento do bem comum, em matéria de administração — só se resolverá, de vez, por uma melhor educação política de nossa elite.

Penso, contudo, que a criação de Câmara Especializada nos mais altos Tribunais de Justiça poderia coibir ou remediar, em parte, tais abusos.

2.3. No tocante à redistribuição de competência administrativa entre as esferas federal, regional e local, há duas questões principais a considerar:

1º) definir exatamente, de forma a evitar omissões ou redundâncias de esforços, as atribuições de cada uma das três ordens de poderes, em cada um dos itens fundamentais da administração pública (educação, saúde, bem-estar social, produção, transportes, segurança, relações internacionais, etc.). Parece-me que à União deve caber — além da preeminência normadora geral, em todos os setores da administração — a execução privativa dos serviços relacionados com a Defesa Nacional e as relações internacionais; aos Municípios deve atribuir-se, em princípio, preeminência na execução dos demais serviços; não privativos da União (segurança e soberania), deixando-se aos Estados, precipuamente, a tarefa de impulsionar e coordenar as atividades executivas dos municípios, através de uma prévia adaptação das normas gerais, ditadas pela União, às peculiaridades locais de seus mu-

nicipios (competência normativa complementar), bem como controlar a aplicação dessas normas pelos agentes executivos municipais. Só supletivamente atuariam no campo executivo;

2º) distribuir, em consequência, as rendas públicas, equitativamente, entre as três órbitas governamentais, com base na avaliação dos encargos administrativos de cada uma delas — e não segundo o critério arbitrário, até agora seguido, de discriminação apriorística de competência tributária.

Penso, que, embora continuando a caber competência privativa ou cumulativa às três esferas de poder para decretar tributos sobre determinadas fontes de renda — a arrecadação deveria ser unificada nas Coletorias Municipais, sob a fiscalização das esferas superiores (Estado e União), fazendo-se a repartição da renda arrecadada de acordo com os encargos atribuídos a cada uma das esferas governamentais.

2.4. Finalmente, no tocante à reestruturação do mecanismo administrativo, impõe-se:

1º) a criação de órgãos de planejamento, coordenação e controle das atividades administrativas;

2º) o reagrupamento dos serviços em órgãos de execução, em princípio, segundo as finalidades que visem os referidos serviços (e não necessariamente de acordo com os meios usados para alcançar tais finalidades);

3º) uma necessária transferência de funções, de cima para baixo, de forma a aliviar a carga burocrática dos agentes hierarquicamente mais elevados, permitindo-lhes dedicar maior parte de seu tempo ao estudo, coordenação e controle efetivo das atividades que presidem, e por cuja boa execução são responsáveis;

4º) uma efetiva translação da atividade executiva estatal, para o domínio privado, deixando-se aos Departamentos públicos, em princípio, apenas a normação e controle administrativo de execução dos serviços a seu cargo.

3. *Deformações e impropriedades existentes no mecanismo executivo:*

Ressente-se a organização administrativa brasileira de graves e já crônicas deformações estruturais, bem como de anacronismos de relação — entre os quais devem citar-se:

a) Uma hiper-centralização de atribuições nas alçadas funcionais mais elevadas, com tendência a sublimar-se na Presidência da República.

Processa-se essa sublimação simultaneamente através de dois canais:

1º) a criação abusiva de novos órgãos administrativos, subordinados diretamente ao Chefe do Executivo, e furtando-se, portanto, ao controle dos grandes órgãos normais de Administração — os Ministérios — dele imediatamente dependentes;

2º) a diminuição da capacidade de os Ministros de Estado decidirem e concluírem atos administrativos da órbita de sua competência — sobretudo aqueles relacionados com o pessoal, sem a prévia audiência e sacramentação posterior do Presidente da República. Isso atenta, simultaneamente, contra o espírito de iniciativa dos grandes escalões subordinados, e a liberdade de ação do escalão superior, assoberbado por tarefas insignificantes, que lhe não deveriam caber.

b) A atribuição empírica e desordenada de órgãos elementares para integrarem os altos Departamentos da Administração Pública, importando, muitas vezes, em:

— fracionamento desnecessário da execução de certos serviços entre várias repartições;

— superposições ou missões de competência funcional responsável;

— finalmente, e em consequência disso, dispersão de esforços, desperdício de recursos, ineficiência global dos serviços e irresponsabilidade geral por sua execução.

c) Uma falta acentuada de planejamento sistemático das atividades governamentais e, prática-

mente, ausência completa de coordenação e controle de sua execução paralela e conjugada pelos órgãos da Alta Administração, entre os quais são repartidas.

d) Uma repartição nem sempre equitativa dos recursos disponíveis entre os grandes órgãos da Administração, de forma a facilitar uma impulsão equilibrada de sua atuação no desenvolvimento econômico — social e das condições de segurança do País — agravada por uma distribuição retardada desses recursos às repartições encarregadas de aplicá-los, sob o pretexto de respeito (talvez mais à letra que ao espírito), dos preceitos de um Código de Contabilidade Pública já desambientado de nossas realidades administrativas, mas que a burocracia teima em supor intangível, *como um fim, em si mesmo*, ao invés de interpretá-lo liberalmente *como um simples instrumento ou meio* de alcançar, em boa ordem, *os fins reais da administração*.

e) Finalmente, uma tendência, hoje quase irrefreável, de alargar, cada vez mais, o campo (ao meu ver, já excessivo) de execução direta de serviços pelos órgãos da Administração Pública, ao invés de confiá-la, sob a imediata fiscalização desses órgãos, às atividades privadas. Isso pode importar, em vários casos, numa ampliação desnecessária dos quadros de funcionalismo público, ou de semelhantes, com baixo rendimento de produção e remuneração relativamente alta, e cuja estabilidade, por via de dispositivos legais de favor, poderá conduzir-nos, em época de crise financeira, a impasses insuperáveis.

4. Reestruturação da Presidência da República:

4.1. Funções do Presidente da República:

Dentro do regime presidencial que adotamos, cabe ao Presidente da República (e, paralelamente, aos Governadores de Estado) função preeminente na administração pública.

Não obstante a existência de partidos políticos nacionais — na realidade, o programa administrativo do Presidente será, comumente, muito mais função de sua capacidade pessoal, do que do programa partidário sob cuja bandeira haja ele sido eleito.

Suas funções político — administrativas são amplas e complexas, abrangendo, além daquelas ligadas à ordenação e desenvolvimento econômico-social do País, outras, referentes à segurança nacional e às relações internacionais, decorrentes de sua soberania.

Diante de tarefas de tal magnitude, parece evidente que nem o Presidente pode pensar em elaborar, pessoalmente, um plano de governo e, em seguida, coordenar e controlar sua execução, pelos Ministérios, nem, tão pouco (pelo menos se quiser estar à altura de suas eminentes funções e responsabilidades), continuar a preocupar-se com atividades secundárias (nomeações, promoções, movimentação e exonerações de pessoal subalterno; controle direto de autarquias, Conselhos e Comissões), que melhor cabem na alçada de seus Ministros, ou de órgãos auxiliares da Administração, sob seu imediato controle.

De um modo geral e logicamente, o tempo de que dispuser um Presidente deve ser consagrado às seguintes tarefas fundamentais:

1º) Concepção global de um plano de Governo (normalmente dentro das diretrizes programadas pelo partido ou coligação de partidos políticos que o haja eleito), abrangendo os 5 seguintes aspectos essenciais:

- progresso e harmonização social;
- desenvolvimento econômico;
- coordenação política interna;
- segurança nacional;
- relações internacionais.

2º) Coordenação da execução desse plano de governo pelos vários Ministérios, entre os quais deve ser repartida;

3º) Controle geral do andamento dessa execução — aí inclui-

das as revisões periódicas que o próprio programa comportar.

4.2. Necessidade da criação de uma Secretaria Geral da Presidência da República:

Decorre, naturalmente, dessas atribuições essenciais do Presidente da República, a necessidade de estruturar um órgão da alta administração, a ele imediatamente subordinado, abrangendo órgãos auxiliares de informação, planejamento, assistência jurídica, coordenação e controle administrativos — em condições de, ao lado dos órgãos opinativos já existentes — o Conselho de Segurança Nacional e o Conselho Nacional de Economia — informar e ajudar o Presidente em suas tarefas de Governo.

Esse órgão seria a Secretaria Geral da Presidência da República, e seu titular teria categoria hierárquica de Ministro de Estado e funções, tão diretamente vinculadas às próprias atividades do Presidente, que não seria exagero considerá-lo como uma espécie de "primeiro Ministro" do regime presidencial.

Aos dois órgãos opinativos, já existentes — O.C.S.N. e o C.N.E. — assessores da Presidência em assuntos de segurança nacional e de economia — deveria juntar-se um terceiro, com a mesma categoria funcional — o Conselho Nacional de Bem-estar Social — C.N.B.S. — incumbido do exame, debate e harmonização de todas as questões referentes ao Bem-estar Social do povo brasileiro.

Na Secretaria Geral da Presidência deveriam integrar-se os seguintes órgãos — alguns dos quais já existentes e outros a criar-se:

1º) O I.B.G.E., como órgão informativo, por excelência, de todos os aspectos da vida nacional.

2º) O atual D.A.S.P., com o nome de Departamento de Controle de Pessoal e Material (D.C.P.M.), mediante as alterações necessárias.

3º) Um órgão novo, — o Departamento de pesquisa e planejamento administrativo (D.F.P.A.) capaz não só de fornecer base e dar corpo às idéias pessoais do

Presidente, como de sugerir-lhe, permanentemente, novos processos de administração e o aperfeiçoamento dos existentes.

4º) Um órgão novo, de coordenação e controle — o Departamento de Coordenação e Controle Administrativo (D.C.C.A.), incumbido de acompanhar, em nome do Presidente, o andamento da execução do plano de governo e de sugerir-lhe as providências necessárias para que tal execução se processasse harmonicamente nos vários Ministérios dela encarregados.

5º) Um órgão de Consulta Jurídica e Assistência Judiciária (D.C.A.J.), que poderia ser integrado pelas atuais Consultoria e Procuradoria Gerais da República, incumbido de dar forma jurídica aos anteprojetos de leis organizados pela Presidência e de defender os interesses da União perante a Justiça.

4.3. Organograma da Presidência da República:

De acordo com as idéias anteriormente expostas, a organização estrutural da Presidência da República seria a representada no Organograma n. 1, anexo.

O exame desse organograma mostra como se processarão as relações funcionais do Presidente:

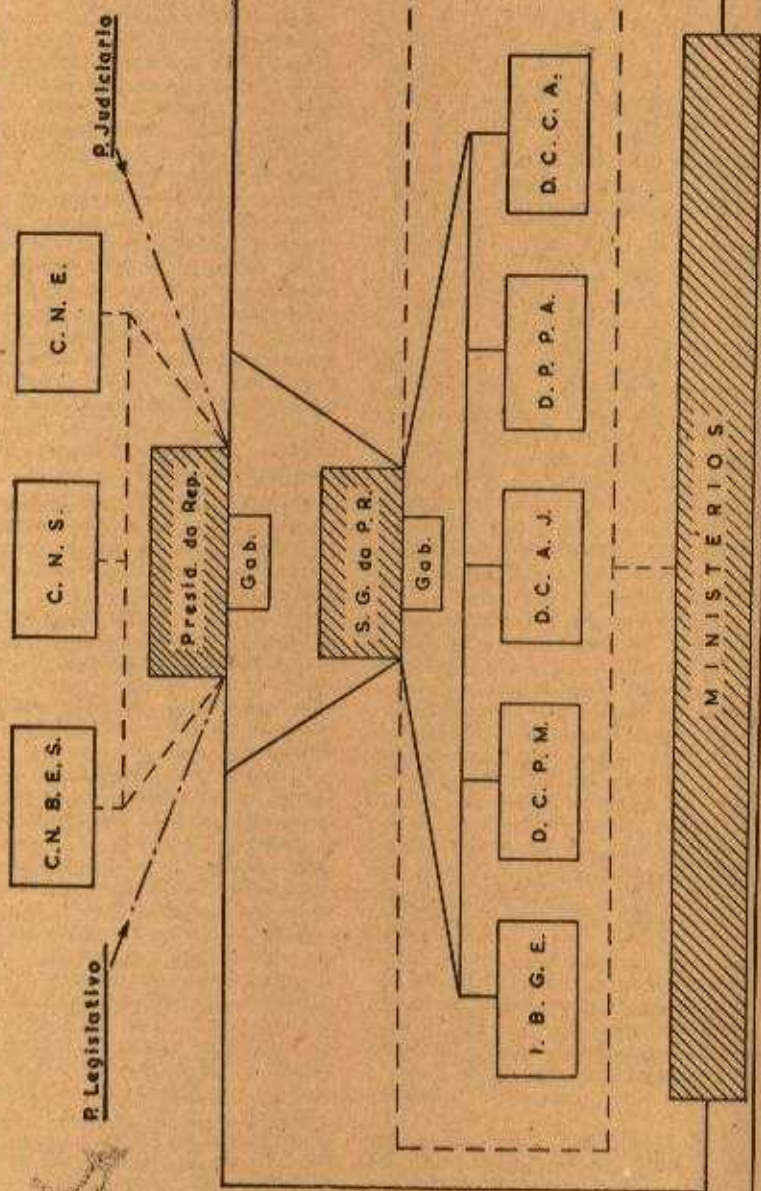
a) Relações de harmonização, com os Poderes Legislativo e Judiciário.

b) Relações Consultivas com os Conselhos Nacionais autônomos de Bem-estar Social, de Segurança e de Economia.

c) Relações de comando com a Secretaria Geral da Presidência e com os Ministérios.

Note-se que as atividades de concepção (planejamento) e de Comando (coordenação e controle executivos) serão disciplinadas pela Secretaria Geral da Presidência, onde um órgão de informações gerais (I.B.G.E.) fornecerá elementos objetivos para o órgão de planejamento (D.F.P.A.), que os completará, se necessário, com sua Divisão de Pesquisas. Os aspectos jurídicos do planejamento serão elucidados pelo órgão de Consulta e Assistência Jurídicas (D.C.A.J.),

Gráfico Nº 1

Organograma da Presidência da República

cuja Procuradoria se incumbirá, ainda, de defender os interesses da União postos em jogo pela ação executiva, contra os interesses particulares. A coordenação e controle das atividades executivas serão estudados e acompanhados por órgão específico (D.C.C.A.) complementado, no que se refere a controle de pessoal e material, pelo órgão especializado (D.C.P.M.), capaz de inteirar ao Presidente (através do Ministro Secretário Geral) de tudo quanto se relaciona com a movimentação de pessoal e material nos vários Ministérios e na própria Secretaria Geral.

Aparelhado com uma tal estrutura, poderá o Presidente da República, liberto de tarefas de importância secundária, dispor de tempo e de meios para planejar racionalmente sua ação de governo e coordenar e controlar a execução do que for planejado, como todo, e atribuído, em partes complementares, à competência executiva dos vários Ministérios.

5. Reestruturação dos Ministérios:

5.1. A necessidade de coordenação e controle efetivo da administração federal pelo Presidente da República impõe:

— de um lado, que se reduza a um número muito limitado os grandes órgãos (Ministérios) a ele diretamente subordinados (e, com maior razão, ainda, que a ele só se subordinem, diretamente, esses Ministérios, ou, excepcionalmente, órgãos a eles equivalentes);

— de outro lado, que os serviços integrantes de cada Ministério constituam um todo conexo e logicamente interdependente, conduzindo, por atividades convergentes ou paralelas, à realização de um mesmo objetivo político (relações internas, segurança nacional, e relações internacionais), econômico, ou social.

5.2. Análogamente, os serviços dependentes de cada Ministério devem grupar-se em órgãos de execução administrativos e técnicos — Secretarias de Estado e Departamentos — segundo suas finali-

dades imediatas, excluindo-se, conseqüentemente, a repetição de serviços com finalidade idêntica em outros Ministérios.

Além disso, é mister pôr à disposição de cada Ministro de Estado uma Secretaria Geral integrada, como a da Presidência da República (embora em menor escala), por órgãos de informação (estatística), de planejamento técnico-administrativo, de coordenação e Controle dos Serviços, de controle de pessoal e material, e de assessoramento jurídico do Ministério correspondente.

5.3. Dentro dessa ordem de idéias,*somos levados a admitir:

1º) A redução do número atual de Ministérios (que já sobe a 10) reestruturando-os em agrupamentos político-administrativos mais complexos — sem prejuízo, entretanto, de maior número de grupos técnicos-administrativos (Secretarias de Estado) cada um deles encarregado da administração de determinado setor integrante da finalidade superior (política, econômica, ou social) do respectivo Ministério.

2º) Que os atuais Conselhos, Institutos e órgãos autárquicos de administração (bem como os que vierem a ser criados, no futuro) devem subordinar-se aos Ministérios ou às Secretarias de Estado de cuja alçada saíam ou em cuja competência se enquadrem e só por intermédio daqueles relacionar-se com a Presidência da República.

5.4. Dentro de tais critérios, penso que todas as atividades de execução do Governo Federal podem integrar-se nos 5 seguintes Ministérios:

a) Relações Exteriores (política internacional);

b) Relações Interiores (política interna);

c) Defesa Nacional (política de Segurança Nacional);

d) Coordenação Econômica (política de expansão econômica);

e) Bem-estar Social (política de harmonização e progresso social).

5.5 Cada um desses Ministérios teria grandemente ampliada sua

esfera funcional, passando a superintender duas ou mais Secretarias de Estado, compreendendo, cada uma delas, um setor especial da administração, ligado à finalidade geral colimada pelo respectivo Ministério.

O grupamento das Secretarias de Estado, como elementos integrantes dos vários Ministérios, poderia ser seguinte:

a) Ministério das Relações Exteriores:

- Secretaria de Relações Diplomáticas;
- Secretaria de Intercâmbio Internacional;

b) Ministério das Relações Interiores:

- Secretaria de Relações Interiores;
- Secretaria de Migração e Colonização;
- Secretaria do Patrimônio Nacional;
- Secretaria de Comunicações;
- Secretaria de Segurança Pública.

c) Ministério da Defesa Nacional:

- Secretaria da Defesa Terrestre (Exército);
- Secretaria da Defesa Marítima (Marinha);
- Secretaria da Defesa Aérea (Aeronáutica).

d) Ministério da Coordenação Econômica:

- Secretaria da Agricultura;
- Secretaria da Indústria e Comércio Interior;
- Secretaria dos Transportes;
- Secretaria de Águas, Minas e Energia;
- Secretaria de Finanças.

e) Ministério do Bem-estar Social:

- Secretaria de Educação e Cultura;
- Secretaria de Saúde Pública;
- Secretaria da Justiça;
- Secretaria de Assistência e Previdência Sociais.

5.6. O Organograma n. 2 estrutura e relaciona, esquematicamente, os grandes órgãos da Administração Federal, diretamente subordinados à Presidência da República: a Secretaria Geral da Presidência e os 5 Ministérios entre os quais passaria a repartir-se toda a atividade executiva do governo, segundo os grandes setores que abrangem o seu conjunto — Relações Políticas Internacionais, Relações Políticas Internas, Política de Bem-estar Social, Política Econômica e Política de Segurança Nacional. Note-se que cada Ministério dispõe de uma Secretaria Geral, que deve ser integrada por órgãos de informação (estatística), de planejamento e Pesquisa e de Coordenação e Controle, tais como os da Secretaria Geral da Presidência, (embora em menor escala) e que facilitará ao respectivo Ministro minuciar o planejamento recebido da Presidência da República e coordenar e controlar sua execução pelas diferentes Secretarias de Estado sob sua jurisdição e entre as quais tal execução haja de ser repartida.

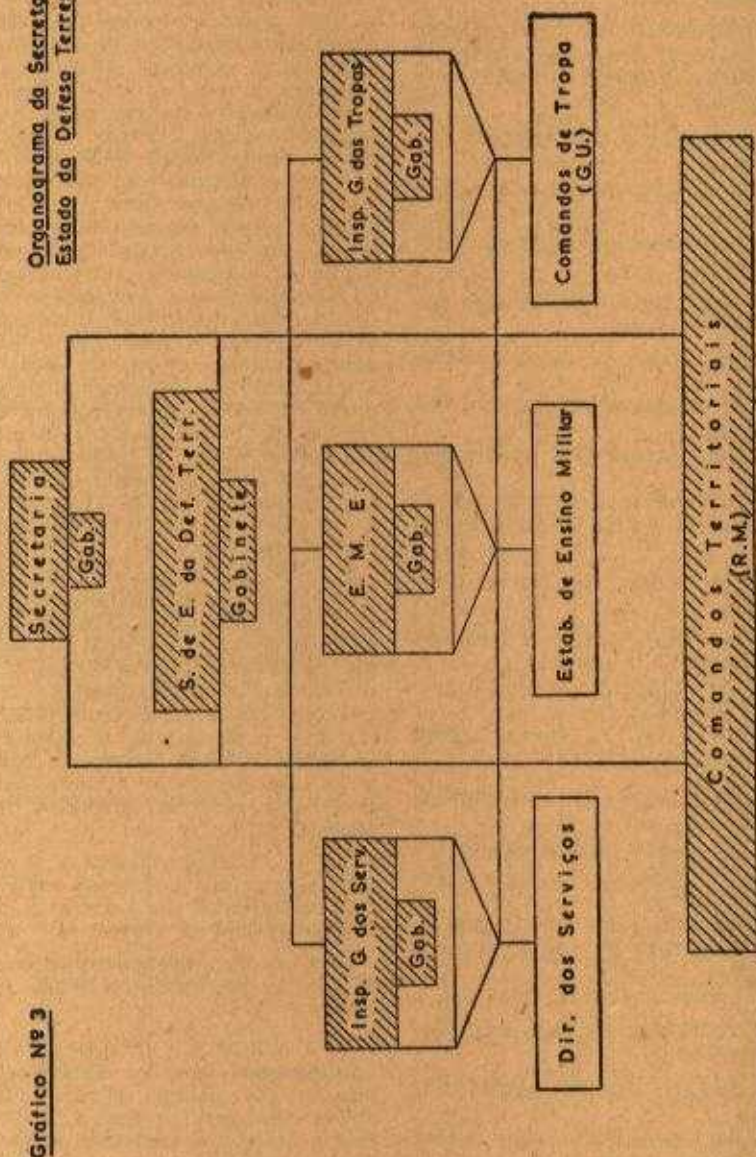
No que tange ao Ministério da Defesa Nacional, convém que os órgãos de planejamento (E.M.F.A.) e de coordenação — a Junta de Chefes de Estado-Maiores (J.C.E.M.) se constituam autonomamente, em relação à respectiva Secretaria Geral, que centralizaria os assuntos de Administração Geral, de pesquisa e fabricação de Material Bélico e de controle executivo no Ministério.

5.6.1. O Organograma n. 3 esboça a estrutura e relações dos órgãos integrantes da Secretaria de Estado da Defesa Terrestre.

Como órgãos diretamente subordinados ao Secretário de Estado figuram:

a) o E.M.E., ao qual se subordinariam todos os Estabelecimentos de Ensino do Exército, através de uma sub-chefia de Ensino e Instrução (em que se fundiriam, transformadas em Seções, as atuais Diretorias de Ensino e das Armas);

**Organograma da Secretaria de
Estado da Defesa Terrestre**



b) a Secretaria Geral, com as atuais funções;

c) a Inspetoria Geral dos Serviços, com todas (ou parte de) as funções do atual D.G.A., e à qual ficariam subordinadas as Diretorias dos Serviços;

d) a Inspetoria Geral das Tropas (se não fôr viável a criação de um Comando-Chefe do Exército), responsável pela eficiência de emprego das tropas terrestres e à qual se subordinariam, imediatamente, os maiores escalões de Comando terrestre (os atuais Cmts. de Zonas, transformados, adequadamente, em Cmts. de Exércitos ou de Corpos de Exércitos);

e) os Comandos Territoriais, constituídos pelos atuais Cmts. de Regiões Militares.

Justifica-se o desaparecimento do atual D.T.P.E.:

1ª) pela necessidade de fusão das atuais Diretorias de Engenharia e de Obras, em uma única Diretoria, com duas Sub-Diretorias — uma Administrativa e outra Técnica, mediante uma formação mais cuidada dos oficiais da Arma, que os equipare a Engenheiros Militares (não especializados);

2ª) pela possível transferência dos demais órgãos técnicos (Serviço Geográfico, Serviço Tecnológico, Estabelecimentos Fabris, etc.) para o Ministério de Defesa Nacional, que centralizaria tais Serviços para o Exército, Marinha e Aeronáutica.

OFICINA MECÂNICA BRASILEIRA

Fabricante do Reparo para Metralhadora "Madsen" 1935

MARIO FABRI

Encarrega-se de serviços de mecânica em geral

Serviços de Tornos — Serviços de Freza — Serviços de Plana

Soldas elétricas e a Oxigênio — Serralheiro — Estamparia

Fabricação própria de fogareiro de um queimador a gasolina, tipo militar
Fabricante da palha de aço "Cruz de Malta"

ORÇAMENTOS GRÁTIS

RUA TENENTE ABEL CUNHA, 149-A-B E C

SELARIA E SAPATARIA VITORIA

DE

IRMAOS RANGEL LTDA.

Calçados e Arreios de todos os tipos — Especialidade em calçados sob medida, para homens e senhoras — Armazinho, Jóias, Perfumaria e artigos para presentes — Artigos para esporte — Pastas colegiais, cintos, etc — Variado sortimento de artigos para seleiros e sapateiros — Máquinas de Costura

MIMOSO DO SUL — E.E. SANTO

ALFAIATARIA AURORA

Oscar Montenegro

Completo sortimento de casimiras, linhos nacionais e estrangeiro pelos menores preços — Confeção fina, aviamentos de primeira

RUA 25 DE MARÇO N. 52

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM — ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ÚLTIMA REVOLTA NA BOLÍVIA

Para lutar contra o comunismo, é preciso lutar
contra a miséria, RENE GRANDCHAMP

Traduzido, data vénia, da "Revue Militaire
d'Information", de abril de 1952, pelo Major
FLORIANO MÖLLER.

O PONTO QUATRO

Quando, sob a designação de "Ponto Quatro", o Presidente Harry Truman apresentou, a 20 de janeiro de 1949, a sua proposta de ajuda aos países insuficientemente desenvolvidos, deu ele prova de generosidade e clarividência política. "Se malograrmos nesta empreitada, declarou, jamais conheceremos paz mundial. Não poderemos sobreviver qual ilha de prosperidade no meio de um oceano de miséria humana".

Três anos são passados.

A 18 de fevereiro último, o Departamento de Estado anunciou que, para o exercício orçamentário do ano em curso, seriam atribuídos 209 milhões de dólares ao "Quarto Ponto". Eric Johnson, novo Presidente do Conselho Consultivo de Desenvolvimento Internacional, declarou que esse era "o plano americano de ajuda econômica às nações desejosas de elevarem, pelos seus próprios esforços, os seus padrões de vida".

O "4º Ponto", acrescentou ele, representa a missão que incumbe aos E.U.U. no século XX: — o de partilhar, com o resto do mundo, nossa experiência econômica, nossa capacidade técnica e nosso gênio produtor. No quadro desta missão, estimularemos nossos concidadãos a colocarem seus capitais nas instalações de produção de outros países, em associação com seus próprios habitantes". O Conselho presi-

dido por Eric Johnson compõe-se de elementos civis que aconselham o administrador do "Ponto Quatro" no referente à execução do programa em questão.

Os 209 milhões de dólares destinados ao "Quarto Ponto" estão sendo distribuídos da seguinte forma: América Latina — 19 milhões; Oriente Médio e África independente — 56 milhões; países do Sul da Ásia — 66 milhões; reinstalação dos refugiados de Israel, incumbência confiada à Administração do "Quarto Ponto" — 50 milhões de dólares; e programa de auxílio técnico a nações que façam parte das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos — 13 milhões de dólares.

Os programas de ajuda do "4º Ponto" estão sendo levados a efeito em 33 países, sendo 19 da América Latina, 10 da África e Oriente Médio e 3 do Sul da Ásia. "Os acordos recentemente assinados com a Índia e o Iran", declarou o Departamento de Estado, "são exemplos do desenvolvimento das operações do 4º Ponto. O primeiro desses programas estabeleceu um fundo comum de desenvolvimento econômico da Índia, comportando uma contribuição americana de 50 milhões e uma contribuição equivalente do governo indiano. No Iran, espera-se que o programa passe de 1.520.000 dólares, em 1951, a 23.400.000, em 1952".

Em Washington, a 7 de abril, foi instalada a "Conferência para o

Desenvolvimento Econômico e Social Internacional", para empregar os meios que permitissem realizar os programas referentes ao "Quarto Ponto". O Secretário de Estado Dean Acheson leu um discurso do Presidente Truman, no qual este assinalava que, dos quatro pontos definidos em seu discurso de janeiro de 1949, já haviam sido realizados grandes progressos, sobretudo quanto aos três primeiros pontos: ajuda às Nações Unidas; estabelecimento de planos tendo em vista a recuperação econômica mundial; reforçamento militar contra uma provável agressão. Restava o quarto, o mais importante, o mais difícil de ser executado.

"Para se ter a paz, afirmou o Presidente, devemos lutar contra a miséria em que se debate a metade da população do globo terrestre". Este é o propósito do "Quarto Ponto", em que as duas idéias-mestras são a cooperação, livremente solicitada e consentida e a ajuda àqueles que estão dispostos a fazer esforços pessoais...

"Tomemos um exemplo positivo. Se pudéssemos ajudar os povos do Oriente a se beneficiarem de um regime alimentar bem equilibrado — com, digamos, três bons repastos por dia, em lugar de alguns bocados de arroz que a maior parte dos orientais comem atualmente, — esta simples modificação teria mais repercussões, no mundo terráqueo, que todos os Exércitos e todas as batalhas da História.

"Não é fácil nos desincumbirmos de uma empreitada deste gênero. Melhorar o regime alimentar significa mais que enviar sementes e arados para o estrangeiro. Isto quer dizer que os países beneficiados devem organizar instituições de critério agrícola, executar projetos de irrigação do solo, estabelecer redes de estradas, rodovias e ferrovias, e bem assim criar novas indústrias, de modo a dar novas possibilidades de emprego aos milhões de seres que vivem nas cidades. A execução desses planos exigirá auxílio técnico e capitais para exploração dos recursos po-

tenciais de cada país. Tal conduta, da mesma forma, exigirá muito trabalho por parte da Organização das Nações Unidas e dos governantes das demais nações livres. Isto dará também muito que fazer a numerosos de nossos órgãos governamentais. O 4º Ponto não é só uma atribuição do Departamento de Estado ou do Conselho de Segurança Mútua, mas, também, das Secretarias de Agricultura, Saúde e outros órgãos públicos.

A 9 de abril, na sessão de fechamento da Conferência, Dean Acheson deixou bem claro que a ajuda aos países insuficientemente desenvolvidos não é uma estrada de "uma só direção", mas que isso exigia também um sentimento de amizade da parte do país que recebia a mesma ajuda. Era necessário que os países interessados contribuíssem com a "atmosfera de simpatia" indispensável ao bom êxito dos programas de ajuda técnica.

Auxiliando as regiões insuficientemente desenvolvidas, declarou Dean Acheson — (e ele se apóia sobre o fato de que tal auxílio não poderia ser concedido só pelo Governo, mas igualmente o deveria ser também por certos estabelecimentos particulares) — que é sempre importante ter em vista a "capacidade de absorção das noções em causa". Acrescentou que "seria pouco sensato distribuir capitais e pessoal em países nos quais a economia própria não fosse capaz de os aproveitar com sucesso".

Declarou ainda mais: "o que é essencial ao primeiro magistrado, para determinar a espécie de auxílio a ser concedido, é saber o que querem exatamente as regiões insuficientemente desenvolvidas e, se o projeto elaborado tem valor objetivo. Isto estabelecido, a etapa seguinte é de "apoiar e ajudar". Um bom exemplo de ajuda, solicitada pelo próprio país, é a assistência dada atualmente à Índia, onde, com o auxílio de técnicos americanos, os indianos aprendem rapidamente os melhores sistemas de trabalho no domínio da agricul-

tura e outras classes de produção.

O "New York Times", em recente editorial, afirmou que, em comparação às necessidades e possibilidades, o programa permanece modesto e não somente os governos interessados, mas ainda as empresas particulares, terão que desenvolver os maiores esforços para obterem resultados satisfatórios...

Em certo sentido, o apelo de Truman pode ser considerado como uma réplica total ou pelo menos parcial à última "ofensiva de paz" soviética. O presidente está plenamente informado da agitação que se desenvolve na Ásia e na África. Mas, contrariamente aos soviéticos, que procuram explorar essa agitação em seu próprio interesse, ele oferece um programa de ação que permitirá a esses países conhecer um futuro mais brilhante. Esta oferta independe de qualquer ação imperialista ou mera especulação, se bem que necessite da cooperação de todos aqueles que dela se aproveitarem. Não pretendemos impor nossa ajuda a nenhuma nação, declarou o "New York Times", mas também não nos propomos auxiliar aqueles que recusarem participar da sua salvação". Eis aí o outro aspecto da auto-determinação que as nações livres, em busca de uma ajuda, devem ter bem presente no espírito.

A idéia do "Ponto Quatro", dissemos nós, é profundamente generosa, mas não se pode esquecer que, antes de chegar a dar aos orientais "três bons repastos por dia", inumeráveis obstáculos terão que ser transposto. Por outro lado, Nelson Rockefeller recomendou empréstimos anuais de três bilhões de dólares aos países insuficientemente desenvolvidos, dos quais dois bilhões seriam fornecidos pelos EE.UU. e o restante pelos países ocidentais. Já estamos longe dos 209 milhões de dólares previstos para 1952... Mas, encontrar-se-ão facilmente particulares bastante audaciosos para investirem enormes capitais em países subme-

tidos a legislações dirigidas, — em que as necessidades não podem ser examinadas, — ou mesmo que estejam ameaçados por revoluções?

OS ENSINAMENTOS DO GOLPE DE ESTADO BOLIVIANO

Certamente que Truman e Acheson têm esta questão no mesmo pé, mas querem eles verificar o movimento em marcha, e com toda razão. Assim sendo, perceberam o que o nosso eminente confrade Albert Mousset denominava recentemente "a interdependência mundial dos riscos, a intrusão sob a forma de ameaça à nossa segurança individual, de toda perturbação, qualquer que seja o ponto do globo onde ela se produza".

Albert Mousset acrescentava: "As reações sucessivas, uma após outra, de uma crise ou de uma revolução nos antipodas, podem provocar, no estado atual das relações internacionais, a catástrofe que porá em jogo nossa vida e nossa liberdade".

Hoje em dia, os encargos dos homens de Estado das grandes potências são extremamente pesados porque, em face dos argumentos expostos pelo mesmo Mousset, devem eles acompanhar, em seus mínimos detalhes, o choque dos acontecimentos em todos os outros países, sejam pequenos ou grandes. Eis porque os recentes eventos na América do Sul parecem-nos comportar ensinamentos úteis aos dirigentes dos EE.UU.

Assistimos, há um ano, os resultados das eleições na Bolívia e saientamos, em artigo anterior (1), a instabilidade política deste país andino. Estensoro, Chefe do "MNR" (Movimento Nacional Revolucionário), tinha obtido importantes sucessos. Reclamava nacionalização ampla — entre outras as das minas de estanho — e o estabelecimento de granjas coletivas; opunha-se ao desenvolvimento da influência norte-americana. Repudiava toda convivência com os comunistas estes votaram

(1) Sombras e luzes sobre a América Latina ("Defesa Nacional", de outubro de 1951).

nos seus candidatos e provocaram perturbações tão graves que o Presidente Urriolagoitia teve que apelar para o General Quiroga, Chefe do E.M.E. boliviano, para restabelecer a ordem. Uma "junta" governamental foi constituída, à frente da qual foi colocado o General Hugo Ballivian, antigo adido militar em Washington, enquanto que o presidente se demitia e partia para o Chile.

Este regime era análogo ao de Perón e ao da Venezuela. A "junta" esclareceu que não tinha outro intuito que o de assegurar o fruto das instituições nacionais e que sua passagem pelo Governo seria curta. Ela não acreditava que estivesse falando tão certo...

A 9 de abril findo, um golpe de Estado, inspirado e dirigido pelo MNR, derrubou a "junta" que detinha o poder desde 16 de maio de 1951. O Chefe civil da sublevação foi Siles Svazo, assessorado pelos Generais Seleme e Torrez Ortiz, este, antigo Chefe do E.M.E. O golpe de estado tinha sido vibrado simultaneamente na capital, La Paz, e nas principais cidades, entre as quais Sucre e Oruro, centro da região de minas de estanho, onde o MNR possui uma grande influência entre os mineiros. Um governo provisório foi constituído pelo General Seleme, aguardando a volta de Estensoro, então no exílio, em Buenos Aires. É preciso consignar que, em virtude da insuficiência de instrução, o corpo eleitoral não representava senão 7 a 8 % da população total de 3.500.00 habitantes. Entre os analfabetos, dizem, 95 % estão com o M.N.R.

O "ROMANCE NEGRO" DO ESTANHO

Segundo produtor de estanho do mundo, depois da Malásia, a Bolívia retira deste metal 59 % de suas rendas públicas e 89 % de suas divisas. Durante as hostilidades, quando a Malásia estava perdida para os aliados, a Bolívia não quis tirar partido da situação e, a título de "contribuição ao esforço de guerra", entregou o seu estanho a

\$11.12 dólares a libra-pêso, isto é, a uma taxa muito mais baixa que a das outras matérias-primas, em que os preços tinham subido bastante. Após a guerra, o preço do estanho caiu para 0.78 dólar, mas, desde o início da guerra da Coréia, em fins de junho de 1950, as necessidades de estocagem estratégica americana o fez subir a 1.80 dólares. Para o fazer baixar, os americanos cessaram suas compras na Bolívia e sacaram sobre suas próprias reservas. A 31 de março de 1951, finalmente, propuseram bolivianos reiniciarem suas compras... mas ao preço de \$ 1.12. Os bolivianos recusaram e, por sua vez, pediram \$ 1.50. Os americanos romperam as negociações e passaram a comprar estanho na Malásia a \$ 1.18 dólares, isto é, a um preço superior àquele que ofereceram aos bolivianos. Pensavam os americanos que os bolivianos cedessem, mas estes resistiram, e as eleições de maio de 1951 deram a vitória ao MNR de Estensoro, que colheu 45 % dos votos contra 31 % do partido governamental, mau grado o exílio de seu Chefe.

Conforme um ditado indígena verídico, "a Bolívia é um mendigo sentado sobre uma mina de estanho". Desgraçadamente, à exceção dos grandes proprietários de minas e de algumas centenas de grandes latifundiários, o povo boliviano é um dos mais miseráveis do mundo: — os mineiros índios recebem uma ração de arroz insuficiente e mascam folhas de coca para enganar a fome. As condições de vida dos trabalhadores rurais, presos a uma terra ingrata, não é menos má.

A nova revolução soube explorar uma crise econômica que estava, aliás, em vias de solução. Com efeito, em janeiro último, a "Commodity Credit Corporation", após uma intervenção de Acheson, tinha anunciado que os E.E.U.U. pagariam doravante o estanho a 1 dólar 50, em vez de 1.12. Os produtores bolivianos, Aramayo, Hochild e Patino, que reclamavam obstinadamente um aumento, obtiveram

também ganho de causa e a Bolívia deveria receber mais 25 milhões de dólares por ano, isto é, mais do que ela havia recebido durante todo o ano de 1952, a título de empréstimo, adiantamentos ou auxílios, do Banco Mundial de Fundo Monetário e de outros organismos internacionais. Infelizmente, as condições de vida dos mineiros tinham se agravado, durante o período das "vacas magras" e o M.N.R., em face do descontentamento dos trabalhadores, agiu de modo a conquistar o apoio da polícia e de uma parte do Exército, para lançar seu vicioso golpe de força.

Estensoro tem atualmente 45 anos de idade. Mestiço, pertencendo à classe média, foi Ministro das Finanças em 1941 e aproveitou-se de seu posto para criar o M.N.R., um partido fascista favorável aos alemães. Em 1943, depôs o Presidente Penaranda e o substituiu por sua criatura, o Coronel Villaroel que durante três anos, fez reinar o terror até que, no decurso de uma revolta, foi enforcado juntamente com três de seus Ministros. Estensoro fugiu então para a Argentina, onde Perón vinha de se instalar. Com a vitória do movimento revolucionário, Estensoro retornou a La Paz e logo depois anunciou que nomearia uma comissão para estudar a nacionalização das minas.

É evidente que os E.E.UU. têm necessidade do estanho para suas indústrias e tem sido observado que a Argentina deseja obtê-lo em troca de gêneros alimentícios, de que a Bolívia é desprovida, a fim de obter dólares... que lhe fazem grande falta. Por outro lado, parece que se receia, com ou sem razão, que o estanho que seria adquirido pela Argentina passe, no todo ou em parte, para a U.R.S.S.

A SITUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Quando, em janeiro do corrente ano, os produtores de estanho da Bolívia obtiveram compensações, seja-nos lícito perguntar se os produtores de café no Brasil, de chumbo no México, de açúcar em Cuba, de cobre do Chile e de lã na

Argentina, não se esforçariam, eles próprios, por sua vez, para derrubar a lei dos "preços-tetos", pois que uma outra lei, a da oferta e da procura, resurgiria após colheitas fracas e inferiores às necessidades mundiais, como é o caso do café, por exemplo. Por outro lado, as repúblicas da América Latina estão sempre desprovidas de divisas em dólares e prefeririam certamente que se lhes pagasse mais caro suas matérias-primas, em vez de fazerem acordo de preços. A isto, os E.E.UU. replicam que é preciso, antes de tudo, evitar o perigo inflacionista, pelo que se deve procurar manter a rigidez dos "preços-teto".

É certo que faltam capitais à América Latina e que esta sofre de miséria, de crises políticas, sempre renovadas, e de analfabetismo. Os governos, depois de muito tempo, resolveram consagrar milhões à industrialização de seu país, em lugar de satisfazerem, — de imediato ou simultaneamente, — as necessidades mais elementares do seu povo, no concernente à habitação e alimentação. Erro tanto mais grave, uma vez que a produção agrícola poderia ser aumentada e tornada mais variada em todos os sentidos, sem o risco de superprodução, pois que, salvo na Argentina e no Uruguai, grande parte da população é sub-alimentada. As estatísticas mostram que, na América Latina, são cultivados dois terços de hectare por habitante, enquanto que esta relação se eleva a 1,7 Ha na América do Norte.

Em uma declaração pelo rádio, a 18 de fevereiro de 1952, o Presidente Perón reclamou "uma austeridade inflexível para tentar tirar o país de uma crise econômica crescente". Toda a economia nacional, disse ele, deve ser reexaminada de acordo com princípios totalmente diferentes daqueles que regeram a Argentina desde o fim das hostilidades da 2ª guerra mundial.

Dentro deste ponto de vista, o Presidente Perón tomou medidas draconianas imediatas em todos os

domínios, entre outros, a interdição de servir carne um dia por semana em todos os hotéis e restaurantes, o que parece extraordinário num país que é o maior produtor de carne do mundo. Foi igualmente proibido abater gado uma vez por semana; em contraposição, semanalmente deveria ser consagrada à produção de um dia de carne para a exportação.

As condições econômicas e sociais, na América Latina, provocam convulsões políticas mais e mais profundas. Por diversas vezes temos assinalado a importância, em relação à propaganda comunista, que utiliza as aspirações nacionalistas, em geral hostis aos Estados Unidos, do mesmo modo que as reivindicações sociais, — quase sempre legítimas, das populações deserdadas da sorte. Temos apontado igualmente a semelhança que existe entre a maior parte dos países da América do Sul e os do Sudeste asiático. Nestas duas regiões, o melhor meio de lutar contra o comunismo é eliminar as condições sociais que favorecem sua eclosão. Isto devia estar presente ao espírito dos Ministros do Exterior das 21 repúblicas americanas que, a 26 de março de 1951, participaram da Conferência de Washington, — a 4ª, depois da declaração de Lima, de 1938 — em que o tema geral era “a defesa contra a política agressiva do comunismo internacional” e que concluiu pela adoção de resoluções referentes à coordenação de medidas tomadas pelos diversos estados para sua segurança interna, a colaboração econômica e a cooperação militar. As negociações dos diversos acordos para pôr em execução estas re-

soluções não têm sido sempre coroadas de êxito... A culpa, é forçoso reconhecer, não cabe ao Presidente Truman.

A luz de todos estes fatos sociais e políticos, o golpe de força boliviano adquire sua completa significação para os EE.UU., em particular, e bem assim para os elaboradores do “Ponto Quatro”. André Philip escreveu recentemente que “hoje em dia os investimentos nos países pouco desenvolvidos são um elemento fundamental de nossa defesa nacional” e acrescentava, com não menos razão, que não se trata somente de investimentos em capitais, “porém, na mesma proporção e talvez mais, de investimentos em conhecimentos científicos e técnicos”, porque “os capitais não proporcionarão rendimentos senão na medida em que foram sendo instruídos e preparados os técnicos e organizadores”.

André Philip afirmava ainda: “Se os países novos não forem rapidamente integrados na vida internacional, arriscamo-nos a assistir à eliminação das trocas internacionais, o que acarretará a perda, para os EE.UU. e para a Europa, de recursos importantes em matérias-primas e, por consequência, o enfraquecimento considerável da nossa segurança militar”.

Para concluir, — é o próprio General Eisenhower que, mostrando a necessidade de os EE.UU. obterem certas matérias-primas, igualmente salientava “a necessidade de velar para que as regiões do mundo que as produzem nos sejam acessíveis, e que suas populações aceitem negociar conosco em bases amistosas”.

CONFEITARIA MADUREIRA

Casa Fundada em 1917

SORTIMENTO COMPLETO

A. MADUREIRA & CIA. LTDA.

PRAÇA JERONIMO MONTEIRO, 23, 25 E 27 — CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Geografia e História Militar



UM ASPECTO DA ATUAÇÃO MILITAR DE PÉTAÏN

Gen. Dn. D. JOSE MARIA AYMAT MARECA,
da Força Aérea Espanhola.

Traduzido, data vênica, da Revista "Ejército"
(Espanha), de outubro de 1931, pelo Major
FLORIANO MOLLER

São decorridos muitos meses, desde o desenlace da lenta agonia do Marechal Pétain; mais que o peso dos anos, matou-o o aniquilamento do seu ânimo diante da ingratidão sofrida no final de sua carreira. Dexamos aqui consignado o nosso tributo de admiração a tão magnífico soldado.

Pétain leva, à frente do seu nome, o qualificativo de Herói de Verdun. Não obstante, entre suas relevantes qualidades de general, nós o admiramos mais por esta que reputamos primordial — o amor a seus soldados, pôsto à mostra, com mais realce que a vitória de Verdun, ou seja, no restabelecimento da disciplina do Exército Francês, em 1917.

É bem provável que, para defender a todo transe o Bastião do Mosa, por onde poderia derrocar-se toda a frente, muitos dos generais franceses teriam sabido, como êle, não só manter o moral da defesa, senão também realizar as substitui-

ções e organizar os suprimentos ao longo da "Via Sagrada"; mas, transformar u'a massa de homens dominada pelo derrotismo e que já havia rompido os laços da disciplina em um Exército capaz de prosseguir a tradição gloriosa do francês, no breve prazo de umas poucas semanas, sem maior repressão que a de um par de dúzias de fuzilamentos, seria labuta inenquívél a quem não tivesse as excelsas qualidades de Felipe Pétain.

Foi Verdun uma longa, duríssima e contínua batalha de desgast que durou 121 dias, na qual tanto é de admirar o espírito de sacrifício do defensor, convencido de que jogava nela a existência da França, como a firmeza com que, à custa de perdas maiores ainda que as do inimigo, deteve o atacante, às ordens do Kronprinz.

A ofensiva franco-inglesa do Somme foi apenas uma operação diversionária que, detendo os ataques alemães, permitiu restabele-

cer a continuidade da frente, ameaçada nesse setor.

O soldado francês tirou de ambas as ações uma conclusão: Se o gaulês, com seu valor, era capaz de deter o teutônico, este, por sua vez, combatia muito bem e com não menos patriotismo e valor, o que tornava difícil arrojá-lo da França e muito mais ganhar a guerra.

Este estado de ânimo acarretou a substituição do Generalíssimo Joffre pelo General Nivelle. Quis este demonstrar que, com grandes efetivos, empregados rapidamente, graças ao apoio de abundantíssima artilharia e com o jôgo de potentes reservas, poder-se-ia romper a frente e explorar o êxito para finalmente lograr a almejada vitória.

Na crudelíssima batalha do Somme, os avanços obtidos foram pequenos e sem importância. A defesa elástica ideada pelos alemães, preparada com toda a calma durante o enorme prazo que exigiu a acumulação dos elementos de ataque, impediu que a ruptura chegasse a se produzir. O sacrifício de 140.000 baixas, dos quais 50.000 mortos, exauriu, em 27 dias, a enorme potência acumulada. Em conclusão: a formidável ofensiva foi um autêntico fracasso que deu margem à substituição de Nivelle. E, pior de tudo — a disciplina veio abaixo.

A crença de que o exército alemão era tão invencível quanto o francês passou a ser evidente para o "poilu" e, ainda mais, também para muitos oficiais no front.

Ao começar a guerra, tanto na Alemanha (que de outro modo não teria entrado em guerra de dupla frente), quanto na França, as doutrinas em voga sustentavam que as guerras, para serem vitoriosas, deveriam ser de curta duração e lançadas com o máximo de potencial humano permitido pela população do país. Em consequência, todos os homens válidos deveriam seguir para a frente, sem privilégios quanto ao seu dever de derramarem o seu sangue pela Pátria. Mas, com o prolongamento da luta, após a corrida para o mar que se seguiu

à batalha do Marne e com a falta de munições para a artilharia, verificou-se que a indústria militar, os transportes, a própria agricultura exigiam braços na retaguarda, para que se mantivesse a eficiência das tropas em linha. Houve, em consequência, uma seleção do pessoal técnico que foi retirado aos efeitos diretos do fogo e da baloneta. E como a guerra se fazia cada vez mais demorada e dura, sobretudo no inferno de Verdun, por onde iam passando todas as unidades, o que começou sendo uma desigualdade de tratamento necessária e justificada foi se transformando em situação de privilégio para uns tantos. Multíssimos personagens de importância agiram e conseguiram ficar na retaguarda para organizar a vitória. A seguir, trouxeram, para junto de si, sobrinhos, afilhados e recomendados e, nessas recomendações, intervinha, por vezes, a galanteria; a burocracia cresceu muito acima das necessidades em munições. Para dar remédio ao descontentamento reinante, estabeleceram-se licenças de repouso. Os que depois voltavam à frente, uns da licença concedida, outros da cura de seus ferimentos em hospitais, situados, às vezes, em luxuosos balneários, nos Pirineus ou em cidades da "Côte-d'Azur", relatavam minúcias da irritante desigualdade de vida entre os empistolados e o simples e sujo "poilu".

Ainda por cima, quando após os dias de Verdun e do Somme, a Alemanha insinuou propostas de paz, era natural que os que se opusessem a elas fossem precisamente os políticos e periodistas da retaguarda, de Paris especialmente, que não punham os pés no front.

Como testemunho da fraternidade aliada, unidades russas foram trazidas para o front ocidental e estas vinham não só contaminadas do espírito soviético, senão também animadas do espírito de proselitismo para com suas idéias, que, no campo lavrado pelo descontentamento geral, pegavam com facilidade.

A sedição veio à tona.

Os soldados não se atiravam contra os seus oficiais, porque estes haviam combatido com eles: a indignação era dirigida principalmente contra os chefes políticos entocados em Paris. Algumas unidades em reserva, que deveriam substituir as unidades em contacto com o inimigo, negavam-se a partir. Em outras, organizavam-se soviets de soldados, de acordo com o figurino russo, e chegando mesmo, umas tantas, a se apossarem de suas próprias viaturas para marchar sobre Paris, com o propósito de dissolver o Governo e o Parlamento.

Nessas gravíssimas circunstâncias, Pétain foi nomeado Generalíssimo.

O "Bureau" de Informações tinha instalado, entre outros, o serviço de censura da correspondência, inspirado, é bem verdade, mais que em fins de repressão policial no propósito de conhecer os sentimentos íntimos do soldado e assim melhorar os diversos serviços de assistência, tornando mais confortável, material e mesmo moralmente, a sua permanência na frente de batalha. Secções desse serviço, destacadas em Paris e nas grandes cidades, cooperavam com os Q.G. das Grandes Unidades e procuravam captar as tramas da intriga política, sobretudo soviética, que não deixava de atuar no ânimo das tropas combatentes.

Por uma desculpável deformação mental e profissional, conseqüente da própria organização do Serviço, este chegou à conclusão de que a indisciplina era o resultado de uma ampla conspiração política, conclusão esta que poderia ter levado as autoridades a uma repressão sobre os cabeças, a qual, fazendo mártires uns tantos conspiradores, aumentaria o prestígio da nova doutrina, sem solucionar e, muito menos, eliminar as causas do descontentamento, profundas e extensas.

Pétain, conhecedor da alma de seus soldados, sabia que, quando

faz frio de verdade, não se necessita de chefe e nem de preparar conspiração alguma para que todos estejam de acordo; o que há a fazer é dar a cada um um cobertor e se possível, lenha para que possam fazer lume com que se aquecer.

Uma das primeiras medidas que tomou foi suprimir, desde logo, os recursos à instância superior, nos casos de condenações a penas graves e nas sentenças por deserção ou contra os transfugas da incorporação às fileiras. Em prazo brevíssimo visitou as suas divisões. Falou com todos — generais, oficiais e praças; pediu-lhes que expusessem as suas queixas com sinceridade; prometeu remediar as deficiências e lhes deu, como garantia, o seu passado — ele jamais deixara de cumprir o que prometia. Todos viam em seu nobre oferecimento, na expressão serena de seus claros olhos, todo o amor e toda a energia que sentia por seus soldados e se submeteram incondicionalmente, arrastados pelo prestígio do soldado exemplar.

Restabelecida a disciplina interna, forçoso era elevar o moral combativo das tropas, fazer desaparecer a crença de que os alemães eram invencíveis, executando operações de objetivo limitado, cujo exemplo mais típico foi a conquista de Malmaison (23 a 26 de outubro). Muito bem concebidas, estudadas e dotadas de meios suficientes para assegurar o êxito, a salvo de contra-ataques imediatos, essas operações foram restabelecendo a confiança que objetivos desmedidos, proclamados com estardalhaço, aos quatro ventos, haviam feito perder inapelavelmente.

Depois, operações felizes e de maior importância, como a recuperação do campo entrincheirado de Verdun, demonstraram, à porfia, o completo restabelecimento do moral combativo do Exército francês.

Contam (1) que, na culta Grécia, um jovem candidato a estrá-

(1) Boucher: "Les lois éternelles de la guerre".

tega apresentou-se a Sócrates para aperfeiçoar os estudos que havia feito sob a direção de um bem conceituado general.

— "Ensinar-te como reunir, transportar e distribuir as provisões de que necessita teu Exército? Ensinar-te a preocupar-te com a estafa nas marchas, tratar das enfermidades e da recuperação dos feridos? De cuidar de seu conforto e manter a alegria e o espírito combativo?"

— "Não; mas eu sei manejar toda classe de armas, inclusive as máquinas de guerra; comandar minhas legiões, manobrá-las..."

— "Pois procura teu mestre para que devolva teu dinheiro..." — E começando suas lições, diz Sócrates:

— "A primeira condição do êxito de um general é o amor a seus soldados; dêste amor surgirão todas aquelas preocupações e seus remédios..."

Não esqueçamos a saúde do corpo, tanto quanto a saúde mental que, em grande parte, depende da primeira. Exércitos nas condições mencionadas são enfermos que, para sararem, exigem um bom médico.

A sedição, uma vez infiltrada numa tropa, é difficilima de atalhar. O sedicioso se sente sob a pressão maligna e injusta de um chefe mais ou menos distante; acredita que toda a razão está de seu lado; além disso, consciente da gravidade indesculpável do seu delito, já não se detém ante quaisquer impêdimentos ou freios morais.

O ressurgimento moral do Exército francês e a entrada dos E.E.U.U. na guerra fez com que a Alemanha iniciasse negociações de paz. Em julho de 1917, o programa "Conciliação", do E.M. alemão, provocou a queda de Bethman Holweg; em agosto, surge uma encíclica do Papa Benedito XV; em janeiro de 1918, Wilson dá a conhecer os seus "14 Pontos". Pétain necessitava que o efeito dessas propostas não desacordeasse os

seus soldados; a saúde mental destes o preocupava tanto como a do físico e a abundância de armamento e munições. Dirigiu-se, então, ao Ministro da Guerra, manifestando a intenção de escrever cinco artigos na imprensa, sobre o tema: "Por que combatemos?" O alvoroço que este desejo produziu em Paris foi enorme; reunião do Governo, consultas ao Presidente, troca de impressões entre os "líders" dos partidos com assento na Câmara. Foi um "Deus nos acuda!" Um general que se metia a fazer política! Que diriam os manes do civilismo? Por fim venceu o prestígio daquele general, tão bem conquistado. Foi um êxito o primeiro artigo que toda a imprensa transcreveu com grandes "manchetes"; foi lido por todos, com aplausos e mereceu os mais encomiásticos comentários. Tão bem conhecia o estado de espírito de seus soldados, o do seu próprio país, que, — patriota insigne, — soube plasmar a figura da Pátria que urgia salvar, ao preço de qualquer sacrifício.

Mas o êxito desse artigo fez aumentar os receios que provocaram a simples divulgação da sua intenção de ridigi-los. Deu-se a entender a Pétain a conveniência de não insistir e os quatro artigos restantes ficaram arquivados na mente do general.

O receio do domínio de uma espada faz dizer: "A guerra é uma coisa muito séria para deixá-la em mãos dos militares"; conceito este que pode ser contraposto pelo seguinte: "Por ser tão séria, não é possível que a queiram os políticos dirigir. Feliz a Nação a que Deus conceda, a quem a dirija, o dom da sagacidade e prudência do político e a energia e técnica do General."

Mais trágicas, do naufrágio absoluto mais que iminente já consumado, eram as condições da França de 1945. Todos os responsáveis pelo desarmamento material e sobretudo moral com que a França se viu envolvida na 2ª grande guerra, — esses mesmos que não escutaram os conselhos de Pétain, Inspetor Geral do Exército, obri-

gando-o a se demitir, fugiram do barco como ratazanas. Apesar disso, o espírito de patriotismo os levou a fixarem-se no único homem que sabiam capaz de levantar um Exército e um povo caídos. Já o havia mostrado antes. Esse homem era agora um velho general e um

piedoso cristão? Que importava! E Pétain sabia bem o que viria... Aceitou. Como não? Antes de tudo, era um patriota, um homem honrado que amava, como nenhum deles, a seus soldados, a todos os filhos de sua Pátria. E se sacrificou por eles!...

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firms :

- A. RENOVACÃO** — Magazin do Meier — Ribeiro de Faria & Pereira Ltda. — Avenida Amaro Cavalcanti, 73-77 — Meier — Fone: 29-6798.
- BRUNO SILVEIRA & CIA. LTDA.** — Fornecedores do Exército — Rua Teófilo Otoni n. 58 — Fone: 43-9205.
- COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DE TAUBATÉ LTDA.** — Rua Joaquim Távora n. 146 — Fone: 247 — Taubaté — Estado de São Paulo.
- SERRARIA SANTO ANTONIO** — Avenida Coelho Campos n. 379 — José Job de Carvalho — Aracaju — Sergipe.
- MARINHO. SANTOS & CIA. LTDA.** — Tecidos, miudezas, etc. — Rua Cons. Franco ns. 54-60 — Feira de Santa Ana — Estado da Bahia.
- DESTILARIA JUBUBA LTDA.** — Rua n. 4 — Margem Esquerda do Rio — Santo Amaro — Estado da Bahia.
- IMPORTADORA DE MATERIAL AERONÁUTICO (IMATA) LTDA.** — Avenida Franklin Roosevelt n. 115-s/704 — Fone: 42-2389.
- JOALHERIA HERMAN** — Rua Dr. Garnier n. 390 — RIEIX — Fone: 48-8502 — Q.G. Tel. 43-8286 — Praia Vermelha — Tel. 26-0043.
- MALHARIA CLIPER LTDA.** — Rua Barbosa Lima, 283 — Juiz de Fora — Fone 454 — Minas Gerais.
- CIA. FIAÇÃO E TECELAGEM DE MALHA "ANTONIO MEURER"** — "Marangon" — Rua Espírito Santo, 529 — Juiz de Fora.
- CIA. INDUSTRIAL E CONSTRUTORA PANTALEONE ARCURI** — Casa fundada em 1895 — Rua Espírito Santo, 476 — Caixa Postal, 37 — Juiz de Fora — Minas Gerais.
- CIA. FIAÇÃO E TECELAGEM MORAES SARMENTO** — Caixa Postal, 47 — Tel. 1143 — Juiz de Fora — Minas Gerais.
- FERREIRA GONÇALVES & CIA. LTDA.** — Artigos sanitários em geral e instalações sanitárias — Avenida Paraná n. 59 — Belo Horizonte — Minas Gerais.
- BANCO FINANCIAL NOVO MUNDO S.A.** — Matriz: Rua do Carmo n. 65 — Tel. 52-4013 — Agências: Rua Figueiredo Magalhães, 22 — Tel. 37-9223 — Rua 24 de Maio, 1357 — Tel. 49-2400.

ESTRUTURA GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA (*)

Major Brig. LYSIAS A. RODRIGUES

II — BASTIÕES GEOPOLÍTICOS

A estruturação geopolítica da Amazônia brasileira comporta, também, os bastiões geopolíticos que são os Territórios Federais nela escravados; seu alto valor patenteia-se a cada passo, enrijecendo toda a estrutura.

Os Territórios Federais são :

- 1 — do Amapá ;
- 2 — do Rio Branco ;
- 3 — do Acre ; e,
- 4 — do Guaporé.

I — TERRITÓRIO DO AMAPÁ

O ciclo de desenvolvimento acelerado em que entrou este Território Federal, mostra à evidência a poderosa impulsão geopolítica que ali se encorpa presentemente, orientada para o rumo norte. É uma fatalidade geopolítica que condiciona essa impulsão gerada pelo Cabo Norte, que já deu nome outrora à própria Capitania Colonial, e que, em decorrência do contínuo aperfeiçoamento da arte bélica, sobretudo da aviação, passou a exigir cada vez mais maiores espaços para melhor defesa militar.

A expressão material mais marcante, igualmente, dessa impulsão geopolítica é a rodovia Macapá-Clevelândia, em construção, que já sente a imperativa premência de seu prolongamento até *Cayena*, na Guiana Francesa.

As linhas aéreas militar e comerciais que de *Macapá* seguem para o norte, são fatores reforçantes dessa impulsão geopolítica.

O Território Federal do Amapá, abrangendo as terras que constituíam outrora a Capitania do Cabo Norte, que Cabral Velho imortalizou e o Barão do Rio Branco provou pertencerem ao Brasil, havia séculos, com seus 137.419 quilômetros quadrados e fartamente irrigado por vários rios e grandes lagos, e, cobertas por densas florestas; dispõe de ótimos campos de criação, mas, a costa marítima é baixa, batida de contínuo pelas pororocas, cujo máximo se verifica no rio Araguari.

“Além dos produtos silvestres — diz-nos Osório Nunes — notadamente borracha, castanha, madeiras, essências, frutos oleaginosos, couros e peles, a pecuária constitui uma atividade relativamente desenvolvida, assim como a indústria extrativa mineral, que explora solo fértil em ouro, manganês, bauxita, ferro, tantalita e outros elementos de importância”.

É o único Território Federal que dispõe de praias no Oceano Atlântico; pela sua grande proximidade da América do Norte e Central, torna-se ponto de escala forçada do intercâmbio comercial do Brasil com os países ali sediados.

Para avaliar-se a importância já atingida por este Território Federal, em boa hora entregue à honestidade, capacidade e proficiência do Cap. Janary Gentil Nunes, basta verificar que uma companhia comercial de navegação marítima inglesa, substituiu sua escala em *Belém do Pará* para dar preferência à escala em *Macapá*.

(*) Continuação do n. 457, de agosto de 1952.

Este Território já dispõe de três companhias comerciais explorando seu estanho, possuindo uma delas fornos para laminar a tantalita; instala-se a siderurgia do ferro em Vila Nova, ferro do teor de 67 % cubando suas jazidas 12 milhões de toneladas; o manganês, do teor 56 %, e cujas jazidas de mais de 10 milhões de toneladas já vão ser exploradas por grande companhia comercial norte-americana; para maior facilidade no transporte do minério, abre rodovias, constrói uma ferrovia de mais de 200 km de extensão e prepara um cais especial de embarque de minério. Grande jazida de minério de cromo acaba de ser ali descoberta.

Pela sua privilegiada posição estratégica, pela impulsão econômica e geopolítica que está gerando, dentro de contados anos o Território Federal do Amapá terá feito jus a sua elevação à categoria de Estado, porque, já é o grande bastião geopolítico defensivo da foz do rio Amazonas.

2 — TERRITÓRIO DO RIO BRANCO

O segundo bastião geopolítico da Amazônia brasileira, o Território do Rio Branco, acha-se situado no portão geopolítico do *Cassiquiare*.

Chamada a princípio Quecuene, depois Paraviana, a região desse Território, Terra de Transição entre a bacia amazônica e o planalto das Guianas, zonas de interesses internacionais convergentes, é, sem dúvida, poderoso foco de impulsão geopolítica para o norte, gerado pela pressão geopolítica da *Cran-Colômbia*, pelo fator geopolítico do *Cassiquiare* e pelas pressões externas fronteiriças conseqüentes à insistente porfia dos imperialismos europeus, ansiosos por conquistar essa rica região.

Sua capital, *Boa Vista*, ponto de apoio de todas as forças geopolíticas regionais, caracteriza-se particularmente por se achar mais próximo de *Georgetown* (Guiana Inglesa) que de *Manaus*, como conseqüência de ter o rei Victor Emmanuel III, da Itália, empregado no litígio de terras entre o Brasil

e a Inglaterra, para agradar a esta última, a solução do direito africano às terras devolutas, entregando à Inglaterra terras secularmente pertencentes ao Brasil.

O Território Federal do Rio Branco, não vive de sua indústria extrativa, mas principalmente de sua pecuária e da mineração do ouro e diamante; o Território possui, ainda, inexploradas, grandes jazidas de carvão, petróleo e de minerais de alto valor, alguns raros.

Pelo histórico veículo das incursões coloniais, o rio Tacutú, afluente do rio Uraricoera, formador principal do rio Branco, os países vizinhos continuam a deixar passar levadas de garimpeiros e aventureiros para o alto Rio Branco; dissemos alto Rio Branco num sentido classificador de região, porque o Território do Rio Branco, com seus 214.316 quilômetros quadrados, é melhormente dividido em três sub-regiões, cada qual comportando relevo diferenciado, culturas próprias e peculiaridades geo-econômicas e antropológicas bem definidas, respectivamente: o baixo Rio Branco, o alto Rio Branco e a Região Montanhosa.

O Rio Branco é o eixo de toda a atividade das três sub-regiões, mas, no trecho compreendido entre *Boa Vista*, capital do Território, e *Caracari*, encachoirado, uma rodovia está sendo construída para uni-las seguramente durante todas as estações do ano.

Esta rodovia, pela ação dos fatores geopolíticos locais, já teve que ser estendida até ao nó geopolítico de *Manaus*; mas, prova clara da existência dos fatores geopolíticos de impulsão, já está em estudos o prolongamento dessa rodovia, a partir de *Boa Vista*, por um lado visando atingir *Georgetown*, na Guiana Inglesa, e, por outro lado, procurando atingir *S. Helena*, na Venezuela, ambas extensões de alto valor econômico e geopolítico, pelas conseqüências benéficas ao Brasil que acarretarão, nem bem terminadas.

A pecuária domina sobretudo a região dos campos gerais do Alto Rio Branco, onde encontram-se 80 % da população do Território, nas 276 fazendas existentes nos 50.000 quilômetros quadrados dessa fértil sub-região. No Baixo Rio Branco, de escassa densidade demográfica, a população rarefeita ainda se dedica quase que só a extração da borracha, copaliba, castanha, cumarú, timbó e madeiras de lei, dada a insalubridade reinante, particularmente devido à malária. A gigantesca campanha empreendida pelo Brasil contra a malária, graças à capacidade impar do Dr. Mário Pinotti, certamente, um dia atingirá essa sub-região, valorizando-a ainda mais, tanto mais que o Serviço Especial de Saúde Pública já encetou enérgica campanha sanitária na Amazônia.

A Região Montanhosa é farta em ouro e diamantes, e nisso concentra suas atividades, não havendo ali pecuária, nem agricultura; os garimpeiros aí afluem, também, pelos rios Cotting, Mau, Tepequem e Meang. Essa sub-região é dominada pelo Monte Roraima, de 2.865 m de altura, onde está um nó geopolítico de trijunção de fronteiras, assaz forte.

Ja vimos que o grande fator geopolítico externo que atua sobre essa região, é, sem dúvida, a restauração da Gran-Colômbia, que se contrapõe decisivamente à impulsão geopolítica gerada pelo foco geopolítico do Território do Rio Branco, que é ajudado ainda por outros fatores geopolíticos que estudaremos adiante.

Nesse palco geopolítico imenso da Amazônia brasileira, pode-se verificar, facilmente, para um futuro próximo, que, a ação geopolítica do Território do Amapá e a deste Território do Rio Branco, conjugadas, meterão toda a região compreendida entre a foz do rio Oiapock e a foz do rio Orenoco, entre duas poderosas pinças geopolíticas, com um resultado fácil de prever, altamente benéfico do Brasil, tanto mais que, se o Território Federal do Amapá tem à sua retaguarda o trissecular foco geopolítico

que é Belém do Pará, hoje valiosa "esquina do mundo", e o Território Federal do Rio Branco tem atrás de si, com igual encargo, o foco geopolítico de Manaus, de valor crescente cada dia que passa, além do apoio dos focos geopolíticos das trijunções de fronteiras.

3 — TERRITÓRIO DO ACRE

Estruturando geopoliticamente a Amazônia no setor oeste, estão os Territórios Federais do Acre e do Guaporé; estes Territórios, ambos frutos de impulsos geopolíticos criados por poderosos fatores econômicos, estão intimamente ligados, o que lhes permite oferecer uma enérgica resistência, de frente homogênea, às pressões geopolíticas exteriores.

O Território Federal do Acre difere de todos os outros criados pelo Governo Federal em 1943, por lhes anteceder de muitos anos, e pelas razões geopolíticas que o condicionaram.

Uma grande maioria dos brasileiros desconhecendo totalmente as realidades históricas do passado, acredita que o Brasil foi forçado a comprar o Território do Acre à Bolívia, depois que seringueiros nordestinos e amazonidas ali estabelecidos, chefiados por Plácido de Castro, dispuseram-se a expulsar os bolivianos de sua terra pela força das armas.

A verdade, porém, é que o Brasil, ali, mais uma vez, fez valer a doutrina do "Uti Possidetis", que há séculos norteia nossa política internacional, pois, os seringueiros brasileiros haviam conquistado terras não demarcadas em qualquer tratado anterior e sem dono.

Portugal e Espanha, ao assinarem o Tratado de S. Ildefonso, em 1750, bem sabiam que aquela parte do Brasil tinha fronteiras totalmente desconhecidas; as comissões de demarcações, jamais haviam chegado a devassar a região do hoje Território do Acre. Por esse Tratado, a fronteira ali seria uma reta traçada da confluência do rio Beni no rio Mamoré, às nascentes

do rio Javari, ambos esses pontos desconhecidos na realidade.

Pela Paz de Badajoz de 1801, esse Tratado foi revogado. Durante a Guerra do Paraguai, a Bolívia assinou com o Brasil o Tratado de Ayacucho (1867), no qual ressalvas brasileiras oportunamente assinalavam que não se tratava de um ato definitivo de fixação de fronteiras, pois, dependia da localização das nascentes do rio Javari.

Assim, quando a 11 de junho de 1901, é assinado o Contrato do Aramayo, pelo qual a Bolívia arrendava o Acre a um Sindicato extradito — o Bolivian Syndicate — no qual a United States Rubber Company era um dos maiores acionistas — com direito a poderes extraordinários —, o Brasil alarmou-se. Esses poderes, diz-nos Craveiro Costa:

"Eram extraordinários e sobretudo alarmantes os privilégios do "Bolivian Syndicate"; dera-lhe a Bolívia a administração fiscal, policial e explorativa dos territórios; dera-lhes os mais amplos poderes, podendo armar e manter um exército e uma esquadra!... Era a fundação exótica e perigosa de um Estado no Estado".

Era extraordinária essa concessão, porque ia incorporar à Bolívia terras que seus mapas registravam hipoteticamente, por desconhecê-las "in totum", sob o título "Terras não descobertas" e alarmante, porque atrás do "Bolivian Syndicate" estava o apoio do Governo americano, pois que, o ministro da Bolívia em Washington escreveu então a seu governo:

"... podemos, sem dúvida, contar, de agora em diante, com o apoio moral da chancelaria americana em todas as nossas questões, ante o arrendamento ao "Bolivian Syndicate".

O presidente do "Bolivian Syndicate" era, apenas o filho do presidente Theodore Roosevelt.

Isto se dava quando já os seringueiros brasileiros haviam navegado os rios Acre e Purus até quase suas nascentes como estando de posse de toda a região, apres-

saram-se em fazer regularmente a exploração extrativa vegetal, sobretudo da hévea, ali abundante e nativa.

O Itamarati, mal orientado, cedeu, mas o mesmo não fizeram os seringueiros brasileiros pois, surgiu a figura de Plácido de Castro que, de 5 de agosto de 1902 a 24 de janeiro de 1903, escreve uma brava epopeia de patriotismo e heroísmo. Já, então, Rio Branco assumira a Chefia do Itamarati; a atitude insólita da Bolívia leva-o a agir drasticamente. A 18 de janeiro de 1903, Rio Branco notifica à Bolívia que, a partir daquela data, o território ao Sul da linha Beni-Javari era considerado litigioso e que iria ocupar militarmente o território, tomando por limites ali o paralelo de 10°20'.

A ocupação militar se faz, assumindo o General Olímpio da Silveira o comando do Acre Setentrional, ao norte do paralelo de 10°20', enquanto Plácido de Castro transferia seu governo para o Acre Meridional. A Bolívia envia uma expedição para ocupar o Acre, comandada pelo presidente da República boliviana.

Quando Plácido de Castro, depois de uma série de combates vitoriosos, prepara-se para atacá-lo em Puerto Rico, sabe que, a 21 de março de 1903, fora assinado "Modus-Vivendi" entre o Brasil e Bolívia, pondo fim ao conflito acreano.

O Tratado de Petrópolis incorpora definitivamente o Acre ao Brasil; o remate do crescimento territorial do Brasil nesse começo do século XX, não é mais que uma consequência da evolução econômica, que o Brasil soube bem aproveitar.

Os 153.170 quilômetros quadrados de sua área, são cobertos por espessa floresta, irrigada por vários grandes afluentes do rio Amazonas, todos correndo na direção geral sudoeste-nordeste, o que dividia essa área, antes das linhas aéreas ali se estabelecerem, em compartimentos estanques, cuja ligação só era possível por via fluvial, em longos meses de navega-

ção; raras manchas de campo existem, sendo a mais importante a de Umary.

Condicionada pelo fator geopolítico de sua rede hidrográfica, a produção do Acre era exclusivamente extrativa vegetal. Desde há poucos anos, iniciou-se no Acre um intenso movimento para fugir da exclusividade da exploração extrativa vegetal, com bons resultados. Por outro lado, a abertura da rodovia Rio Branco-Abunã, libertou o Acre, no período seco, quando seus rios não permitem a navegação, deixando escoar sua produção para o rio Madeira, que, de Porto Velho para juzante dá escoamento o ano inteiro.

Reagindo enérgicamente contra as poderosas forças iminentes da natureza, está o Acre agigantando-se e começando a progredir rapidamente, reforçando os fatores econômicos que lhe deram origem e incorporando o foco geopolítico de expansão em que se tornou.

A impulsão geopolítica mais forte que recebe o foco geopolítico que é o Território do Acre, lhe advém do forte nó geopolítico que é *Manaus*; foi esta impulsão geopolítica, sem dúvida alguma, que incorporou o Acre ao Brasil. As pressões geopolíticas de fronteira, assaz fracas ainda, são ali superadas com vantagens largas pelas impulsões geopolíticas locais, que têm força bastante ainda, para impulsionar *Tabatinga* e o Território do Guaporé.

4 — TERRITÓRIO DO GUAPORÉ

A criação do Território Federal do Guaporé foi um fator decisivo no progresso rápido que vem tendo o Território do Acre; é uma espécie de retribuição de dívida, uma vez que foi em decorrência do Tratado de Petrópolis que incorporou o Acre ao Brasil, que iniciou-se a feitura da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

O vale do rio Madeira, que estrutura geopoliticamente o Território do Guaporé, durante séculos foi conhecido por sua mortal fereza, motivo pelo qual, só recente-

mente pôde começar a firmar-se progressivamente.

O Barão de Marajó em suas "Regiões Amazônicas", nos conta que, ao pretender subir o rio Madeira foi aconselhado pelo vigário de *Manaus* a fazer seu testamento; é corrente que, a E.F. Madeira-Mamoré registra pelos dormentes de sua via, as vidas dos trabalhadores ali sacrificados pelas endemias locais.

Em 1931, tendo a companhia concessionária da E.F. Madeira-Mamoré falido, o Governo Federal encampou-a, nomeando um brilhante oficial do Exército para dirigi-la e administrar a região adjacente; em 1945, como solução mais consentânea com as exigências geopolíticas, da região, que já começavam a preponderar, o Governo Federal criou, então, o Território Federal do Guaporé.

Desde, então, vem ele em um ritmo acelerado de progresso, que cedo se firmará na atividade mineira, na ampliação da sua agricultura e de sua pecuária, e não só na indústria do transporte e da extrativa vegetal, como até há pouco.

A abertura da rodovia *Porto-Velho-Cuiabá*, já bem adiantada em seus trabalhos, será forte incentivo da economia local, e fator geopolítico positivo de entrelaçamento com o sul; auxílio poderoso geopolítico a esta impulsão geopolítica, são as linhas aéreas que interligam o centro dirigente ao Território do Guaporé, e a linha de navegação do rio Guaporé.

O Território Federal do Guaporé é zona de transição natural, por isso, manterá sempre essa característica marcante, dela tirando o máximo proveito. Embora *Porto-Velho* do Madeira esteja a grande distância dos nós geopolíticos de *Manaus* e *Cuiabá*, sente suas impulsões diretas. As reações geopolíticas são fracas, e as forças geopolíticas locais superam-nas com vantagens, porque a E.F. Madeira-Mamoré, ligando *Porto-Velho* a *Guajará-Mirim* (366 km), é seu verdadeiro eixo de progresso, escoando os produtos acreanos e os

bolivianos que buscam o mar em *Belém do Pará*.

Os 254.163 quilômetros quadrados deste Território, estão naturalmente divididos em quatro sub-regiões: Planície Amazônica, Encosta setentrional do Planalto brasileiro, Chapada dos Parecis e Vale do Guaporé.

IV — NÓS GEOPOLÍTICOS

Já vimos que a força geopolítica do rio Amazonas, é balizada por um bastião geopolítico — o Território do Amapá, — e por quatro nós geopolíticos de grande importância: *Tabatinga*, *Manaus*, *Óbidos* e *Belém do Pará*.

1 — TABATINGA

O nó geopolítico de *Tabatinga*, delicado "punctum dolens" sul-americano, ponto de concentração de todos os esforços geopolíticos enormes dessa vasta região, que abarca três países e o Brasil, nós de vias de comunicação de importância considerável, marcante na bacia amazônica, de há muito está exigindo imperativamente sua conversão em ponto de apoio das forças geopolíticas iminentes do Brasil, para se tornar no maior foco geopolítico da Amazônia, de características únicas, mas, bem brasileiras.

Escrevamos in "Geopolítica do Brasil", oportunamente:

"Na região fronteiriça de trijunção do Brasil, Peru e Colômbia, onde ficam *Tabatinga* e *Leticia*, de há muito localizou-se outro "punctum-dolens", mercê das forças geopolíticas que fixaram aí seu ponto de aplicação. De quando em vez, surtos helicos surgem ali, de maior ou menor amplitude, porém, ameaçando estender-se pela calha amazônica e países vizinhos".

"O silêncio que, de quando em vez, cai sobre essa região é puramente ilusório, uma vez que, sob a capa serena da quietude, fermentam ódios, rancores profundos. A simples presença de fortes contingentes militares na região, por

certo não é sintoma tranqüilizador".

Relembremos um pouco de história para melhor compreendermos, porque *Tabatinga* assumiu tal preponderância.

Nossa questão de limites com o Peru era muito antiga, mas, a assinatura do Tratado de Petrópolis colocou o problema na mesa das soluções inadiáveis. O Peru obstinava-se em negociar sobre a base do Tratado Preliminar de 1777, entre Portugal e Espanha, enquanto o Brasil batia-se por sua velha política de "Uti Possidetis".

O Peru queria, apenas, 442.000 km² de terras do Brasil. O Tratado de Limites de 1909, que Rio Branco conseguiu, baseado sobre o "Uti Possidetis", encerrou uma questão na qual já houvera atritos sérios e lutas sangrentas entre brasileiros e peruanos.

No ano de 1904, Rio Branco obteve do Equador o reconhecimento da linha *Apaporis-Tabatinga*, que devia ser mais tarde objeto de controvérsia com a Colômbia, pois, a missão Enéas Martins só conseguiu fixar os limites com este último país na zona do Rio Negro.

Em 1922, pelo Tratado Salomon-Lozano, o Peru transferiu a Colômbia seus territórios a oeste dessa linha, onde estavam as cidades de Loreto e Leticia, reconhecendo à Colômbia o direito de reclamar do Brasil terras mais ao oriente, muito embora o Peru já houvesse renunciado a eles pelo Tratado de 1851. O Itamarati, imediatamente fez a esses dois países ponderações amistosas, friando o fato de que quaisquer transações de terras só podiam ser feitas a oeste daquela linha.

Os bons ofícios do secretário de Estado norte-americano Charles Evans Hughes, solicitado pelas três potências — Brasil, Peru e Colômbia — provocou o reconhecimento do direito do Brasil pela Colômbia, concretizado no Tratado de 1928.

O governo Peruano, em 1932, discordando da decisão anterior com a Colômbia, atacou e ocupou Leticia; o Brasil vendo formar-se

ali um "punctum-dolens", quiz intervir, mas, verificou que a Colômbia opôr-se-lia a qualquer ação.

Mais tarde, a Colômbia aceitou a mediação dos Estados americanos e dos signatários do Pacto Briand-Kellog; o Itamarati propôs então, a administração daquela região pelo Brasil, provisoriamente, a entrega à Colômbia e negociações diretas no Rio de Janeiro; o Peru recusou esta fórmula, preferindo, depois da intervenção da Liga das Nações, uma administração internacional.

O Itamarati tudo fez para fazer cessar as hostilidades, até que, em 1934, obteve no *Rio de Janeiro* a assinatura de um Protocolo de Amizade e de Cooperação entre a Colômbia e o Peru, sobre a base do Tratado de Limites ratificado em 1928.

Em 1942, o Equador e o Peru assinaram no *Rio de Janeiro* (IIIª Reunião de Consulta), um Protocolo de Paz, Amizade e Limites. A fórmula brasileira adotada não foi seguida perfeitamente, tanto que, na administração Raul Fernandes, os dois países pediram a fiscalização da fronteira por uma Comissão Militar dos Estados garantidores do Protocolo.

Por essas razões aquela fronteira está exigindo que o Governo Federal vá ao encontro das necessidades geopolíticas locais, e se apresse em criar ali um novo Território Federal, cujos resultados serão de imediato aproveitados em sua totalidade, em vez de contribuírem, como até se verificou, para dar à cidade peruana de Iquitos uma predominância geopolítica regional, em detrimento do Brasil.

Seria uma reedição do Território do Amapá, com o qual restabeleceria o equilíbrio geopolítico do longo eixo amazônico, com pesos iguais nas suas extremidades.

2 — MANAUS

O tamanho avantajado do Estado do Amazonas, com seus 1.595.818 quilômetros quadrados — dos quais o Estado do Pará reivindica 3.192 quilômetros quadrados, — se tem contra si a forte desvantagem de

dificultar ao extremo a administração pública e seu progresso, por outro lado, dado o maior número de regiões e seu maior tamanho, congrega forças geopolíticas de pequena expressão em maior número dando como resultado total forças geopolíticas ponderáveis, que têm seu ponto de aplicação em sua alegre e vistosa capital, — a cidade de Manaus, que tem 142.372 habitantes.

Nó geopolítico de alta expressão, coxinete de apoio do eixo geopolítico da Amazônia — o majestoso Rio Amazonas — está fadado a ser em breve, razo, além de nó de comunicações, também, centro aeroviário importante; já dispõe de linhas aéreas importantes, que a ligam a Belém do Pará, Gauporé, Acre, Peru e Rio Branco (Território), e breve terá a linha internacional Rio de Janeiro-Estados Unidos, pelo interior do Brasil, via Georgetown.

Sua ação, quase trisecular, de apoio seguro às impulsões geopolíticas que sustentam as fronteiras da Amazônia, nas lindes bolivianas, peruanas, combianas, venezuelanas e da Guiana Inglesa, por vezes sustentando lutas armadas sangrentas, foi fortalecida grandemente com a criação dos Territórios Federais do Acre, do Gauporé e do Rio Branco.

É inegável, porém, que, no momento, a impulsão mais forte é aquela rumo a oeste, apoiando decisivamente o nó geopolítico de Tabatinga; dada a longa distância que medeia entre Manaus e Tabatinga, imperiosamente já se faz sentir a necessidade premente da criação naquele setor, frente à perigosa trijunção de fronteiras, aquele "punctum-dolens" de Tabatinga, de um novo Território Federal, para reforçar a impulsão geopolítica de Manaus — para concentrar no Brasil toda a expressão geopolítica que Iquitos (Peru) hoje possui, sem razão lógica e plausível, e que logicamente deve caber a Tabatinga.

Já vimos a enorme importância geopolítica de Tabatinga que, por sua vez, não deixa de influenciar consideravelmente a Manaus.

Também, não deixa Manaus de sofrer influências da impulsão do nó que é Óbidos, a estreita garganta que comanda o rio Amazonas.

Mas, a grande importância de Manaus decorre da densa e rígida estrutura geopolítica que enquadra essa parte da Amazônia brasileira, e que em Manaus faz seu ponto de aplicação.

3 — ÓBIDOS.

O rio Amazonas, não é como podem pensar aqueles que o não conhecem, uma calha única e profunda onde as águas barrentas correm suavemente; não, o rio Amazonas, com seu excepcional regime de cheias alternadas dos afluentes de uma e outra margem, periodicamente sofre enchentes consideráveis. Mesmo assim, essas águas não são vasadas com facilidade, tanto que o rio procurou ao longo de uma e outra margem, lagos, igapós e furos em grande número, que enchem completamente, e retardam assim o escoamento das águas em excesso. Em muitos desses vários álveos auxiliares, as águas são razas, apenas, na corrente principal havendo a profundidade necessária ao calado dos grandes navios que nele navegam seguramente.

Em frente a Óbidos, o rio Amazonas apresenta-se em dois canais mais importantes, mas só o do norte é navegável; o canal do sul é separado dele por uma ilha de grande extensão, mas, sendo pouco profundo só dá navegação para pequenas embarcações. O canal do norte tem, em frente a Óbidos, a largura de oitocentas braças, e é muito profundo até junto da barra da margem esquerda do rio Amazonas.

Óbidos está situada a 535 milhas náuticas de Belém do Pará e sofre a dupla influência geopolítica desta cidade e de Manaus, mas, por ser uma posição estratégica que apoia a trijunção que lhe fica logo ao norte (Estado do Pará — Guiana Holandesa — Guiana Inglesa), e ponto de passagem forçada, já atingiu a classe de nó geopolítico importante. O campo de forças

geopolíticas de que Óbidos é centro e ponto de apoio, mostram a evidência a necessidade de ser esta região erigida em Território Federal, tanto mais que entre os focos geopolíticos do Amapá e do Rio Branco, medeia imensa distância, que já faz sentir imperiosamente a necessidade da criação de um foco geopolítico intermediário, um novo Território Federal, cujo centro seria Óbidos, o condicionador geopolítico máximo da bacia amazônica.

Este Território de Óbidos a ser criado, viria, de um lado, apoiar ombro a ombro com o Território do Rio Branco, com ele congregando esforços para enfrentar a impulsão geopolítica da Gran-Colômbia com vantagem, e, por outro lado, dando apoio geopolítico ao Território do Amapá reforçaria a pinça geopolítica que eles já formam, ao mesmo tempo que tornaria mais homogênea a impulsão geopolítica para o norte.

Por isso, é de crer que o Governo Federal não hesite em considerar este problema entre os de primeira plana, tal o interesse dele decorrente para o Brasil.

4 — BELÉM DO PARÁ

O Estado do Pará, legítimo herdeiro da grandiosa Província do Gran-Pará, dispõe ainda de 1.216.726 quilômetros quadrados, registrando o último Censo de 1950, uma população de 1.142.846 habitantes; todas as forças geopolíticas que atuam no âmbito do Estado, condensam-se em sua atraente e trisecular capital — Belém do Pará — que conta 260.603 moradores.

O Estado do Pará, dispondo de desagudouro da maior bacia hidrográfica do mundo, em posição geográfica favorável e com o Atlântico Sul aberto à sua frente, havia forçosamente que adquirir importância geopolítica. Sua situação política, reflexo direto de sua situação econômica, está impondo, para sua melhoria, seguir o caminho apontado pelos fatores geopolíticos.

O café foi aí plantado pela primeira vez, mas foi a borracha que lhe deu um surto momentâneo de

riqueza; a crise que se lhe seguiu deixou toda a Amazônia no marasmo, só quebrado pelo passageiro sobressalto da valorização da borracha, em misera escala, durante a Segunda Guerra Mundial.

Já agora, que a indústria nacional da borracha desenvolveu-se a ponto de suas necessidades superarem a produção, já agora que novo sistema de coagulação da borracha faz tempo e aumenta seu rendimento de 30 %, é de prever-se um surto econômico para a Amazônia fundado em sólidas bases.

Belém do Pará, plantada em baía abrigada, porta aberta à vastidão do Atlântico Sul e no portão de entrada da bacia amazônica, é não só um centro cultural notável, um nó aeroviário de importância considerável, mas, sobretudo, uma "esquina do mundo".

O desenvolvimento da arte bélica, dando agora um valor excepcional a foz do rio Amazonas, aumentou-lhe o valor geopolítico, porque aí condensou toda a capacidade defensiva deste setor. Assim, Belém do Pará é a verdadeira capital de toda a Amazônia.

Sua impulsão geopolítica é tão grande, que se faz sentir nas Guianas, no fundo da bacia amazônica, no Brasil central e costa marítima até o sul; é uma área tão grande, que chega a causar espanto, considerando-se a fraqueza econômica do Estado.

Se a Amazônia reservasse para os Estados do Pará e Amazonas, a cada um 300.000 km² de área, e dividisse o restante das suas áreas em Territórios Federais, pressioada pelos fatores geopolíticos, *Manaus* e *Belém do Pará*, mas, sobretudo esta cidade, teriam um progresso tão espetacular, que cedo iria competir com as grandes cidades do sul do país.

É uma possibilidade que os amazônidas não podem deixar de considerar.

OUTROS NÓS GEOPOLÍTICOS

A fronteira da Amazônia brasileira com os sete países vizinhos estende-se por 10.948 km, dos

quais a grande maioria é de fronteiras mortas; a distribuição dessa fronteira está discriminada assim:

Território do Amapá — com a Guiana Francesa 655 km e com a Guiana Holandesa 52 km;

Estado do Pará — Com as Guiana Holandesa 541 km e com a Guiana Inglesa 181 km;

Território do Rio Branco — com a Guiana Inglesa 1.426 km, e com a Venezuela 985 km;

Estado do Amazonas — com a Venezuela 610 km, com a Colômbia 1.644 km, e com o Peru 1.430 km;

Território do Acre — Com o Peru 1.565 km, e com a Bolívia 618 km; e

Território do Guaporé — com a Bolívia 1.342 km.

Característica marcante das linhas brasileiras, é dispor de novo pontos de trijunção de fronteiras, com seus vizinhos sul-americanos; "essas nove fronteiras triplices, são as nove amarrações do território brasileiro no continente", frisa o Dr. Moacyr F. Malheiros da Silva, consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia.

Dessas nove trijunções de fronteiras, todas nós geopolíticos importantíssimos, nada menos de seis estão situadas na Amazônia brasileira, cooperando na fixação da sua estrutura geopolítica, respectivamente, onde se encontram:

1 — Território do Amapá — Guiana Francesa — Guiana Holandesa: colocada na serra Tumuc-Humac;

2 — Estado do Pará — Guiana Holandesa — Guiana Inglesa: também na serra Tumuc-Humac;

3 — Território do Rio Branco — Guiana Inglesa — Venezuela: no monte Roraimá;

4 — Estado do Amazonas — Venezuela — Colômbia: sito no Talweg do Rio Negro;

5 — Estado do Amazonas — Colômbia — Peru: a montante de Tabatinga, na boca do Igarapé S. Antônio, no Talweg do Rio Solimões;

6 — Território do Acre — Peru — Bolívia: na confluência do Igarapé Javeriça com o rio Acre.

Essas Trilândias, com as chama o Dr. Moacyr Malheiros da Silva, ultrapassam de muito a classe dos nós geopolíticos para tornarem-se verdadeiros "Punctum Dolens" de nossa fronteira; alguns, por circunstâncias que vem ao caso analisar, conservam-se quietos, sossegados, verdadeiramente "mortos".

Outros, como Tabatinga, estão em zona de constante efervescência, gerada pelos fatos geopolíticos.

Mesmo quando esses "Punctum Dolens" são "mortos" não deixam de exercer notável influência geopolítica em todos os sentidos, portanto, não podem deixar de completar a estruturação geopolítica da Amazônia brasileira.

PALAVRA FINAL

É natural que o espaço econômico da Amazônia brasileira seja ínfima em relação ao seu espaço físico; ela é em sua quase totalidade água e floresta, com raras clareiras de campos ocasionais, aqui ou ali. Apesar do alto índice de prolificidade do amazônida, dos intensos esforços dêles e do governo, a diferença especial só muito lentamente vai sendo vencida.

Só há um caminho a seguir para obter esse avanço da Amazônia brasileira rapidamente: seguir o caminho apontado pela geopolítica, dividindo todas as regiões ermas,

vazias, em Territórios Federais, porque, só por esse meio e sob a égide do Governo Federal tais regiões podem ser vitalizadas e progredir.

Não é só criar os Territórios Federais de Tabatinga e Obidos, já por nós apontados, mas, tomar uma medida de caráter geral na Amazônia. Os Estados do Amazonas e do Pará lutam com as maiores dificuldades para se manterem; libertemo-los dessa agonia, reduzindo suas áreas de acordo com suas reduzidas possibilidades atuais, dividindo essas áreas em Territórios Federais de 100 a 150.000 km² no máximo.

Só assim seria possível fazer a Amazônia progredir rapidamente, porque, nem a verba para tal fim faltaria, uma vez que a Constituição forneceria anualmente Cr\$ 600.000,00 para a Amazônia, que assim seriam sabiamente empregados. O exemplo do Território do Amapá aí está, advertindo-nos gritantemente.

Só assim seria completada a estrutura geopolítica da Amazônia brasileira.

E nem há que temer que os amazônidas se oponham a tão patriótica decisão, porque sabem o que isso representa para eles de benefício e são patriotas que só querem o engrandecimento do Brasil. E, dividida em Estados ou Territórios, a Amazônia é sempre e só Brasil.

(Fim)

CERAMICA SÃO BRAZ

FILIAL

Telhas para cumieiras, Telhas francesas, Tijolos comuns, Manilhas de 2" a 8"

ANTONIO VINICIUS TAVARES

Sócio-gerente

Matriz: Rua 25 de Março, 144

Telhas para cumieiras — Telhas francesas

DOMICIO M.S. SOBRINHO

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

PARA PESSOAS IDOSAS, DOENTES QUE NÃO POSSAM SE LOCOMOVER AO
CONSULTÓRIO DENTÁRIO

DR. H. MOREIRA ATENDERÁ A DOMICÍLIO

TELEFONAR PARA 45-4570 — MARCAR DIA E HORA

A FUNDAÇÃO DO CLUBE MILITAR

M. PAULO FILHO

São interessantes as origens do Clube Militar. Se a História tem o seu domínio próprio, que não é o da Lenda, nem o da Fantasia, a idéia do Clube nasceu em virtude de uma vibração dos quartéis. É um pouco parecida com a da fundação da Associação Brasileira de Imprensa, que veio trazida no tumulto das reivindicações de classe.

Em 1886, estava o Império do Brasil sob a tensão nervosa e alarmista da chamada Questão Militar. Numa situação conservadora, era Ministro da Guerra o civil Alfredo Chaves. Aconteceu que, na Câmara, um Deputado, seu correligionário político, Simplicio de Rezende, representante do Piauí, fizesse da tribuna graves acusações ao Coronel Cunha Mattos. O caso foi que este official, incumbido de um inquérito administrativo na Guarnição de Terezina, não inspirara confiança, no desempenho de sua tarefa, ao aludido parlamentar. Nesse sentido, o Deputado advertia o Ministro. O acusado, pela imprensa diária, defendeu-se. Usou de linguagem no mesmo diapasão da do acusador. Houve réplica e tréplica violentas. Alfredo Chaves mandou indagar do official se eram seus os artigos, ao que o outro respondeu, confirmando. Pelo que, sob a alegação de não ter para isso consentimento superior, mereceu a censura do Governo, em Aviso Reservado.

Na mesma ocasião, da tribuna do Senado, Franco de Sá atacou o procedimento do Tenente-Coronel Sena Madureira que, de público, criticara com veemência e aspereza atos governamentais, solidarizando-se com o camarada Cunha

Mattos. Achando-se em Porto Alegre, no comando das Armas, Deodoro tomou a defesa de Madureira, correspondendo-se, nesse passo, com o Visconde da Gávea. Ao Barão de Cotegipe, Presidente do Conselho de Ministros, oficiou, justificando e sustentando o proceder de Cunha Mattos e Sena Madureira. O incidente deixara de pertencer a estes dois official, entrando a provocar uma insubordinação, que se generalizava. Era a revolução que se estruturava. Mattos e Madureira estavam sujeitos à disciplina e à obediência aos seus Chefes na tropa, mas o Visconde de Pelotas, que era opposição liberal no Senado, ergueu-se na sua tribuna e declarou que o militar ofendido em sua honra não pedia licença para defendê-la. Foi a conta.

Na residência de um militar, Serzedelo Correia, à rua da Passagem, officials estacionados nesta cidade reuniram-se para comentar os acontecimentos. Entre outros, destacavam-se Marciano de Magalhães e Tomás Cavalcanti. Serzedelo pensou na criação de um Clube, no qual a classe se apoiasse para se garantir. Convocou alguns companheiros mais decididos. A 2 de junho de 1887, em sua casa, avistavam-se, além de Marciano e Tomás Cavalcanti, numerosos official. Improvisou-se uma reunião, à qual o Coronel Cândido Costa presidiu. Eram os alicerces do Clube que se assentavam, içando-se a bandeira do protesto. Possivelmente da revolução. Tudo dependia, como disse Tomás Cavalcanti, das circunstâncias. Os trabalhos terminaram com a designação de uma comissão — que iria

levar a Deodoro e a Benjamin Constant a notícia das resoluções tomadas. As bases da nova sociedade foram consubstanciadas por Tomás Cavalcanti, que era Segundo Tenente, mas quem as escreveu foi Moreira Guimarães.

O mais curioso é que não se tratava somente da criação de um Clube Militar. A idéia era mais ampla, de caráter nacional. Cogitava-se da fundação de tantos Clubes Militares quantas fôrem as Capitais de Províncias, sendo que em cada metrópole um seria sediado. Sena Madureira foi encarregado de elaborar a Lei Orgânica de cada um desses Clubes, "destinados a estreitar ainda mais os laços de união entre a oficialidade do Exército e da Marinha, e tornar mais fáceis e eficientes o progresso da classe e a defesa dos seus legítimos interesses". São textuais as palavras. Madureira rascunhou e a sua esposa passou a limpo, ambos os serviços executados com uma rapidez espantosa na residência de Serzedelo. Dezenove eram os artigos estatutários. A 22 de junho, Deodoro e Benjamin assinaram-nos, dando inteira adesão à iniciativa. A 26 seguinte, no antigo Largo do Rocio, franqueados aos iniciadores os salões do Clube Naval, aí compareceram com a sua solidariedade outros oficiais: Pelotas, Maracaju, Teffé, Jacaguay, Marques Guimarães e Custódio de

Mello. Wandecolk, solicitado, relutou e enviou as suas escusas por intermédio de Lorena. Não foi anotada a presença de Moreira Cezar, mas esteve na cerimônia o Capitão Machado Bittencourt.

Como se vê, os avisos reservados de Alfredo Chaves suscitaram a Questão Militar e a esta, nitidamente revolucionária tanto que conduziu no bojo a Abolição e a República, se deveu o pensamento da fundação do Clube.

(Correio da Manhã, de 29 de junho de 1952).

FABRICA BANGÚ
TECIDOS PERFEITOS

Preferidos
 no
 Brasil




BANGÚ

Grande
 sucesso
 em
 Buenos Ayres

EXIJA NA OURELLA
 BANGÚ-INDÚSTRIA BRASILEIRA

CIEBITALIA

COMERCIAL IMPORTADORA EXPORTADORA BRASIL ITALIA LTDA.

**Fornecedores de gêneros de primeira qualidade para
 o Reembolsável da E.L.E.**

<p>MATRIZ</p> <p>Rua Juan Pablo Duarte, 15 ex-Marrecas Telefone 22-4524 RIO DE JANEIRO</p>	<p>FILIAL</p> <p>Escritório: Rua Anhaia, 309 Telefone 51-2382 Depósito: R. Tenente Pena, 262 SÃO PAULO</p>
---	---

EVOLUÇÃO DAS NOSSAS FRONTEIRAS (*)

Cap. LUIZ ALBERTO DE FREITAS

VI

O TRATADO DE MADRID

O Tratado de Madrid confirma juridicamente, pela primeira vez, o contorno brasileiro e, instituindo o princípio do "uti possidetis", doou à América um precioso instrumento de paz e justiça.

Depois da amarga experiência de 70 anos de lutas pela posse de Colônia do Sacramento, chegam as coroas ibéricas à conclusão de que, aproveitando-se do estreito parentesco que, no momento, havia entre as duas casas reais, deviam achar, para a eterna questão de suas fronteiras americanas, uma solução diplomática que mantivesse "seus vassallos em paz e sossego".

De um estudo sereno e consciencioso das dificuldades que o estado da ocasião (Tordezilhas) opunha a esse desejo, chegam as coroas peninsulares à conclusão que o maior embaraço à solução do problema era a demarcação estabelecida por linha meridiana, ou seja, o Meridiano de Tordezilhas, praticamente não balizável na América de então. Daí, o darem como regeitado e esquecido, bem como todos os tratados que dele decorreram e, com um novo tratado, cuidaram de determinar os limites americanos das duas coroas, de modo que atendessem "a dois fins: o primeiro e mais principal é que se assinalem os Limites dos dois dominios, tomando por balizas as paragens mais conhecidas, — para que em nenhum tempo se confundam, nem dêem ocasião a disputas —, como são as origens e curso dos rios e os montes mais notáveis;

o segundo, que cada parte há de ficar com o que atualmente possui, à exceção das mútuas concessões, que em seu lugar se dirão, as quais se farão por conveniência mútua e para que os confins fiquem, quanto for possível, menos sujeitos a controvérsias" (Preâmbulo do Tratado de Madrid).

É dentro dessas idéias que surge o Tratado de Madrid, negociado ostensivamente, por Portugal, pelo Mestre de Campo General Tomás da Silva Teles e, pela Espanha, pelo seu Ministro, D. Joseph de Carvajal y Lancaster, "mas quem de fato defendeu a causa de Portugal e do Brasil e os interesses bem entendidos da América nesse debate foi o célebre estadista e diplomata brasileiro Alexandre de Gusmão", então secretário particular de Dom João V, Ministro do Conselho Ultramarino e membro da Academia Real de História.

A fronteira estatuída ficaria balizada pela cumiada da Coxilha Grande, do Uruguai, desde Castilho Grande até a região de Bagé, no Rio Grande do Sul; daí, infletindo para oeste, deslocar-se-ia pelo alveo do rio Santa Maria — "origem principal e cabeceiras do rio Ibicuí"

(*) Continuação do número de julho de 1952.

— pelo qual continuaria até seu encontro com o Uruguai. Dessa confluência, a fronteira, subindo o Uruguai, iria até à foz do Peperiguaguá, pelo qual subiria até suas cabeceiras, e, rumo ao norte, a fronteira prosseguiria, galgando o divisor de águas do Peperiguaguá e seu contra-cabeçante, o Santo Antônio, até encontrar a este. Pelo alveo do Santo Antônio, prosseguiria até sua confluência no Iguaçu; tomado este, por ele prosseguiria até o Paraná, pelo qual subiria até o Iguaçu (afluente da margem paraguaiá, entre Pôrto Mendes e Pôrto Guaira, atuais). Pelo Iguaçu, prosseguiria a fronteira até sua cabeceira e daí, "em linha reta, pelo terreno mais alto" (atual Serra do Amambá), até encontrar as cabeceiras do Aguari-guazu, "rio mais vizinho, que deságua no Paraguai pela sua margem oriental". Tomado o Aguari-guazu, a fronteira prosseguiria, pelo seu alveo, até sua confluência no Paraguai e, pelo Paraguai, subiria até à boca do Jauru. Esse o trecho a demarcar por uma das comissões demarcadoras, das que foram nomeadas pelas coroas contratantes — a Comissão do Sul.

A Comissão do Norte demarcaria o restante da fronteira, que da boca do Jauru, se lançaria em uma reta, diretamente para oeste, até encontrar a confluência do Sararé com o Guaporé. Pelo Guaporé, desceria então, a fronteira que, prosseguindo pelo Madeira, atingiria o meio caminho entre a embocadura do Mamoré e a foz do próprio Madeira, no Amazonas (região entre a vila de Humaitá e o povoado de Calamá, atuais). Daí, pelo paralelo desse local, uma longa reta, lançada para oeste, até encontrar o Javari, balizaria a fronteira. Tomado o Javari, a fronteira desceria com seu curso, até o Amazonas; daí, desceria por este, até encontrar a "boca mais ocidental do Japurá". Pelo Japurá a fronteira subiria até encontrar a embocadura do Apaporis e deste passaria ao Traíra, pelo qual subiria até sua cabeceira. É o que o conhecimento geográfico de hoje traduz do texto do Tratado: "Continuará a fron-

teira pelo meio do rio Japurá, e pelos mais rios, que a ele se ajuntam, e que mais se chegarem ao rumo do Norte". Das cabeceiras do Traíra, deveria a fronteira prosseguir "ao rumo do Norte, até encontrar o alto da Cordilheira de Montes, que medeia entre o Orinoco e o das Amazonas e prosseguirá pelos cumes destes montes para o Oriente, até onde se estender o Domínio de uma e outra Monarquia". Assim conclui o Tratado a descrição da nossa fronteira norte, referindo-se ao Maciço Ocidental do Sistema das Guianas, às chamadas serras de Imeri, Itapirecó, Parimá e Paracaimá, que ainda hoje, como aliás, em muitos outros trechos dessa fronteira, delineada no Tratado de Madrid, balizam as lindes de nosso território.

É evidente que, com esse traçado, os contratantes atingiam o primeiro "fim" a que tinham em vista. Ficava a fronteira balizada por "parágens conhecidas", e quando não, por "origens e cursos dos rios" ou pelos "montes mais notáveis".

Sobre esse aspecto — o físico — cumpre notar o grande conhecimento geográfico já demonstrado pelos contratantes. Dessa imensa linha que, percorrendo, em muitos pontos, parágens até hoje mal e raramente visitadas, raros são os trechos em que os acidentes naturais, que balizariam a fronteira, não tivessem sido citados nominalmente ou referidos com grande exatidão para a época.

Sob o aspecto político, essa linha vem expressar a grande clarividência de Bartolomeu de Gusmão, ainda com mais brilho. Basta que se considere que uma fronteira que só vem se estabilizar no Brasil republicano, ou seja, mais de cento e cinquenta anos após o Tratado de Madrid, depois de atravessar uma série de tratados, convênios, compras e a própria anulação do Tratado de Madrid, onze anos depois de assinado, vamos chegar a um traçado que, em suas linhas gerais, é o mesmo da fronteira de 1750. As ligeiras modificações havidas implicaram numa perda, para o Brasil, de, aproximadamente, ...

75.000 Km² de superfície e uma aquisição de, aproximadamente, ... 418.750 Km², ou seja, uma diferença total, a favor do Brasil, de 343.750 Km², o que, num total de 8.516.000 Km² de área, vem representar a insignificância de 4,3 % de modificação territorial.

Além disso, com o Tratado de Madrid ficou estatuído o princípio do "uti possidetis", que mais tarde, definitivamente assegurado como princípio capital na nossa política de fronteiras, foi de tão grande valia para a manutenção pacífica do nosso perfil territorial.

• •

As cessões que iriam excetuar a generalidade do princípio do "uti possidetis" eram consideradas no próprio traçado. Mesmo assim, estabelecida o Tratado, em seu artigo XIII: "Sua Magestade Fidelíssima, em Seu Nome, e de seus Herdeiros e Sucessores, cede para sempre à Coroa de Espanha a Colônia do Sacramento, e todo o Território adjacente a ela, na margem setentrional do rio da Prata, até os confins declarados no Artigo IV, e as Praças, Portos, e estabelecimentos, que se compreendem na mesma paragem; como também a navegação do mesmo rio da Prata, a qual pertencerá à Coroa de Espanha".

Neste artigo, encontramos duas idéias a distinguir e ressaltar. Uma, a principal e de efeito real, é a entrega de Colônia e a exclusividade da navegação do rio da Prata aos espanhóis. É o ponto principal do Tratado, para Espanha. Por ele, Espanha abriu mão do restante dos territórios que passariam aos portugueses. Duas razões se nos afiguram para essa atitude. Cada vez mais Buenos Aires se tornava o principal centro espanhol na América do Sul. A proximidade dos seus tradicionais antagonistas era inquietadora, principalmente de futuro, quando a população luso-brasileira mais se adensasse nas paragens sulinas. A outra razão, que nos parece mais imediata, era freiar o comércio que, escoando por

Colônia, tanto lesava o monopólio de comércio da Espanha. Essas as duas razões espanholas. Infelizmente, a segunda deveria ser visivelmente contrária aos interesses dos que comerciavam e contrabandeavam em Colônia. E daí uma das razões da tamanha oposição que encontrou o Tratado. Oposição que levou Varnhagem a dizer que o tratado não foi adiante "por razões de que seria largo e alheio do nosso propósito ocupar-nos". Bastando saber que "se tentou convencer simultaneamente a Portugal que o Tratado era contrário aos seus interesses, e à Espanha que a defraudava da melhor parte de seus domínios austro-americanos" (Varnhagem).

A outra idéia, que implícita, nos trazia o Artigo XIII do Tratado, era a afirmação de que como — "Território de Colônia" — ficava considerado todo aquele ao sul da linha agora estipulada, em desacordo, portanto, com a idéia que Espanha procurava manter, desde o Tratado de Utrecht, de que o território de Colônia era somente aquele que, da mesma praça, ficava ao alcance de um tiro de canhão.

Ainda Portugal teria de ceder, conforme o traçado da nova fronteira e confirmado no Artigo XIV, o que lhe pertencesse entre o rio Japurá e o Amazonas.

O Artigo XIV do Tratado vem confirmar que Espanha devia entregar a Portugal todo o território que em seu uso, havia ficado, agora, dentro dos limites portugueses, e, entre eles: "todas e quaisquer Povoações e estabelecimentos, que se tenham feito por parte de Espanha no ângulo de terras, compreendido entre a margem Setentrional do rio Ibicuí, e a Oriental do Uruguai". É a região em que se achavam instalados os Sete Povos das Missões, tradicionalmente inimigos e temerosos dos luso-brasileiros, aos quais conheciam das lutas travadas com os Bandeirantes. Dessa já tradicional inimizade, a razão do êxodo que o Artigo XVI estipulava: "Das Povoações ou Aldeias, que cede S. M. C. na margem Oriental do rio

Uruguai, sairão os Missionários com todos os móveis e efeitos, levando consigo os índios para os aldear em outras terras de Espanha; e os referidos índios poderão levar também todos os seus bens móveis e semoventes, e as Armas, Pólvora, e Munições, que tiverem..."

Em nenhuma das outras terras cedidas foi obrigatória a retirada, a não ser de soldados. É esse êxodo, — tornado obrigatório, como não podia deixar de ser, dada a situação de relações dos índios Missio-

neiros com os luso-brasileiros —, que iria ser o motivo mais relevante pois o único cruento, dos alegados para a anulação do Tratado de Madrid, em 1761.

Dêsse modo, o Tratado, que na opinião de Rio Branco, "deixa a mais viva e grata impressão da boa fé, lealdade e grandeza de vistas que inspiraram esse ajuste amigável", trazia, em seu bojo, a arma que, servindo aos interesses mais imediatos e menos alevantados, iria feri-lo de morte.



um prazer incomparável!

Porque Brahma Chopp contém o rico sabor do

- melhor MALTE
- melhor LÚPULO
- melhor FERMENTO

Cada copo de Brahma Chopp é um prazer sem comparação. Porque Brahma Chopp tem aquele riquíssimo sabor proveniente do melhor malte. E além disso, Brahma Chopp tem o melhor lúpulo e o melhor fermento.

Beba em barril ou garrafa

BRAHMA CHOPP

Produto da Cia. Cervejaria Brahma

DIVERSOS

O SERVIÇO NACIONAL OBRIGATÓRIO

Cel. ADALARDO FIALHO

O que é o Serviço Nacional Obrigatório?

É a extensão do direito da Pátria apelar, anualmente, para a minoria de seus filhos para que aprendam a defendê-la, à maioria, isto é, àqueles que dêsse dever ficam excluídos, para que a reforcem economicamente, pelo seu trabalho.

Com efeito, assistimos, todos os anos, ao espetáculo de milhares de jovens, em idade militar, abarrotarem as repartições encarregadas do serviço militar em busca do ambicionado certificado de quitação com o referido serviço, sem o qual não poderão adquirir estabilidade na vida civil. São os chamados excedentes às necessidades do serviço militar. O Exército não podendo incorporar a todos, força-os a se matricularem nos Tiros de Guerra, nos municípios que os possuem, mas os que ainda sobram dessa segunda fonte de incorporação — e são a maioria — recebem apenas um certificado de reservista de 3ª categoria (sem instrução), com o qual quitam-se, graciosamente, com o serviço militar.

Ora, o aumento anual da população do Brasil é estimado em um milhão de habitantes. Tomando, grosso modo, como sendo de 50 % dêsse aumento a parte correspondente ao contingente masculino, será ela representada, anualmente, por 500 mil jovens em idade militar. Descontando destes 10 % de incapazes e 10 % de arrimos de família, restam 400 mil. Tomemos, ainda a grosso modo, como sendo de 150 mil o contingente dos que são aproveitados nas três Forças Armadas da Nação. Restam, finalmente, 250 mil jovens, parte dos quais recebem certificado de 2ª categoria (instrução insuficiente) e parte — a maioria — de 3ª categoria (sem instrução militar).

Por que dispensar estes jovens de quaisquer obrigações para com a Pátria?

Por que formar essa classe de privilegiados, caracterizando uma injustiça em face daqueles, da mesma classe, que são incorporados para prestarem o serviço militar?

Por que, principalmente neste país de enorme extensão territorial, em que tudo está por fazer?

Por que dispensar tão grande massa de jovens, num país imigran-
tista, quando o serviço nacional,
seja militar ou civil, é um dos po-
derosos meios de amalgamá-los à
comunhão nacional?

Por que dispensá-los, quando so-
mos uma população adensada no
litoral, deixando livres e indife-
rentes os filhos de estrangeiros,
criando o perigo de vê-los subme-
ter-se facilmente a um eventual
inimigo invasor?

ORGANIZAÇÃO

Sem entrar em maiores conside-
rações, julgamos que o S.N.O. te-
ria, então, as duas grandes sub-
divisões naturais: o serviço militar
e o serviço civil, ambos capacitados
para fornecerem certificados de re-
servistas. A categoria destes é que
variaria, mas os jovens que fizes-
sem o serviço civil seriam também
reservistas. Em caso de confla-
gração, poderiam ser convocados,
como reservistas de destino espe-
cial, por exemplo, para servirem
junto dos mesmos órgãos ou ser-
viços em que serviram no tempo
de paz, tais como estradas de
ferro, etc. De resto, como quais-
quer outros reservistas, poderiam
ser aproveitados como combatentes,
desde que preparados, em campos
de instrução do interior, em prazos
mais ou menos longos, para ope-
rações de previsão posterior.

Nenhum novo órgão precisaria
ser criado, nas Forças Armadas,
para se ajustar ao S.N.O. Elas
teriam prioridade absoluta na uti-
lização da classe anual, tanto quan-
titativa como qualitativa. A qua-
lidade seria determinada por meio
da seleção dos convocados. Ex-
cluído o contingente destinado ao
serviço militar, o que restasse é
que iria para o serviço civil. Para
esta parte, para superintender os
excedentes, sim, seria necessária a
criação de um órgão ou de uma
junta (comissão é o termo prefe-
rido por nós) independente ou or-
ganizada com elementos dos Minis-
térios interessados (Viação, Agri-
cultura, Trabalho, etc.). Nos Esta-
dos, poderia haver delegados desse
órgão, junta ou comissão central,
representados pelos detentores das

Secretarias interessadas (Viação,
Obras Públicas, Agricultura, etc.)
e, nos Municípios, tal delegação po-
deria ser atribuída ao próprio Pre-
feito e seus assessores. Os serviços
federais teriam absoluta prioridade
no aproveitamento dos jovens des-
tinados ao serviço civil, por isso
que se trata de uma instituição de
caráter nacional e, como tal, na-
cionais, de preferência, devem ser
os serviços atribuídos ao serviço
civil.

O aproveitamento dos jovens se-
ria feito, salvo exceções devidas às
deficiências demográficas de certos
Estados brasileiros, nos serviços fe-
derais, de qualquer natureza, que
estivessem sendo atacados no pró-
prio Estado nativo dos referidos jo-
vens (estradas de ferro ou de ro-
dagem, açudes, barragens, usinas
hidrelétricas, obras de saneamen-
to, etc.). Visa-se, com esse crité-
rio, deslocar os convocados o menos
possível, evitando despesas dispen-
sáveis. A junta, órgão ou comissão
central caberia o encargo de distri-
buir, numericamente, os jovens de
cada Estado nos respectivos serviços
federais.

Então, em cada Estado, excluído
o contingente federal, o que so-
brasse seria destinado aos serviços
públicos do Estado, ou, em outras
palavras, a obras que interessassem
a vários municípios (ainda estradas,
obras de saneamento, usinas, etc.).

A Junta estadual caberia a mis-
são, excluído o contingente federal,
de distribuir, ainda numericamente,
os jovens de cada município a se-
rem empregados nos respectivos
serviços estaduais ou a serem trans-
feridos para outros municípios.

Finalmente, em cada município,
o que sobrasse dos serviços federais
e estaduais seria utilizado em obras
públicas municipais. Caberia ao
Prefeito de cada município fazer a
designação nominal dos jovens a
serem indicados para os serviços
federais, estaduais e municipais, no
que poderia ser auxiliado pela
Junta de Alistamento Militar exis-
tente em cada município.

Não vamos nos referir aqui, para
não alongar este trabalho, aos pro-
cessos de inspeção de saúde e aos
casos de isenção que o serviço civil

daria margem. Lembremos apenas que a própria legislação militar poderia ser estendida ao serviço civil, sendo o caso da Lei prever, por exemplo, o reforçamento das juntas militares de inspeção de saúde com médicos civis ou utilizando os órgãos dos Institutos de previdência social, onde existirem, etc.

Repitamos. Salvo, então, em cada município, os contingentes destinados aos serviços federais e estaduais e ainda aqueles que, por deficiência demográfica no local de certas obras, em outros municípios, seriam transferidos para esses municípios, o que sobrasse, isto é, a grande maioria dos jovens iria trabalhar em serviços municipais. O Serviço Civil seria, assim, um serviço eminentemente municipal, contribuindo para reforçar o movimento municipalista que cada dia ganha novas forças neste imenso país governado à sombra de um sistema presidencialista que tende à centralização e à hipertrofia dos órgãos federais, custeados com impostos cada vez mais elevados arrancados aos municípios, deixados, assim, com poucos recursos para os próprios serviços.

OS DETALHES

Vejamos, agora, alguns detalhes, para fazermos idéia da exequibilidade da iniciativa. O que nos parece de maior importância é o sustento desse imenso Exército de trabalhadores. Ora, julgamos não haver maiores dificuldades nos serviços federais e estaduais. Os orçamentos federais e estaduais consignam, anualmente, nos respectivos Ministérios ou Secretarias da Viação, Saúde Pública, etc., bilhões de cruzeiros para obras públicas. Tais quantias incluem verbas para pagamento de pessoal contratado para os diferentes serviços. Então, com tais verbas seriam pagos os jovens convocados. Qual seria o "quantum"? Julgamos que uma quantia igual à que se paga ao soldado: etapa e um pequeno vencimento. Praticamente o homem seria apenas alimentado pela Nação, Estado ou Município, conforme o âmbito do seu serviço. O valor da etapa seria o mesmo das tabelas do

Exército nas diferentes guarnições. Ter-se-ia, assim, grande economia, pois que, com menos dinheiro poder-se-ia contratar o mesmo número de homens. Poder-se-ia, também, como alternativa, dispendendo as mesmas somas, estender os serviços a outras iniciativas. Quanto ao alojamento dos jovens, julgamos que seria o usado por todos os turmeiros de obras públicas por esse Brasil afora, isto é, o improvisado: barracões, ranchos, etc., feitos com os próprios recursos locais. Quanto ao fardamento, se algum devesse ser fornecido, deveria limitar-se à dádiva de uma ou duas mudas de um macacão mescla, com as quais se homogeneizaria, em todo o Brasil, o fardamento dos jovens do serviço civil. É preciso considerar que tal serviço teria a duração de um ano, como a do militar e que, de qualquer forma, é uma contribuição do cidadão para com a Pátria. Calculando-se em cem cruzeiros o preço de um macacão mescla, a despesa total, para 250 mil homens e considerando-se o fornecimento de 2 mudas por homem, seria da ordem de 50 milhões de cruzeiros, a dividir com a União, os Estados e os Municípios. Encomendados em grande quantidade, o custo desse fardamento poderia ser bem menor. De qualquer forma, é uma despesa perfeitamente acessível ao grande número de empregadores interessados. Julgamos até que a União poderia financiar a parte dos municípios, aliviando estes.

Qual a qualidade dos serviços que prestariam os jovens convocados no serviço civil? Em princípio, os mais simples possíveis, isto é, aqueles que não dependessem de especialização alguma. Seriam os serviços do trabalhador braçal. Os serviços públicos federais e estaduais conservariam, então, somente os quadros de técnicos e especialistas e, anualmente, renovariam os seus trabalhadores braçais, os quais, diga-se de passagem, trariam de casa o seu material de rancho.

O problema de sustento mais sério, indiscutivelmente, é o referente aos municípios, quase sempre desprovidos de recursos e consideran-

do-se que neles é onde seria empregado o maior contingente de jovens. Mas a questão poderia ser contornada se a Lei destinasse a esse sustento certas verbas. Por exemplo, atualmente, segundo prescreve a Constituição, os municípios recebem, em partes iguais, 10 % do imposto de renda. Tais quantias são destinadas para obras públicas municipais. Não haveria, portanto, nenhuma incompatibilidade constitucional em a Lei ordinária determinar que essas somas fossem destinadas a custear o sustento dos jovens convocados para o serviço civil, pois este executará precisamente obras públicas municipais. O imposto de renda orça, atualmente, em 10 bilhões de cruzeiros. Um bilhão, portanto, é a parte destinada aos municípios. Dividindo-se esta quantia por Cr\$ 3.650,00, que é a despesa com um homem em 365 dias (considerando-se como Cr\$ 10,00 o valor da etapa diária), ter-se-ia possibilidade de sustentar 273.972 homens, o que mostra a exequibilidade da iniciativa.

Citemos, agora, algumas obras em que os jovens poderiam ser empregados. Na esfera federal: todos os trabalhos referentes à mudança da Capital Federal para o planalto central do país, serviços afetos à "Fundação do Brasil Central", obras de ampliação e reaparelhamento dos portos nacionais e desobstrução das respectivas barras, obras referentes aos planos de valorização dos vales dos rios São Francisco e Amazonas, estradas de ferro e de rodagem federais, obras de Paulo Afonso, idem contra as secas, trabalhos de engenharia sanitária, serviços da campanha contra a malária, construção de oleodutos, prospecção de petróleo, pesquisas minerais, etc., etc.

Esfera estadual: planos estaduais de eletrificação, viação e saneamento, etc.

Esfera municipal: irrigação, açudagem, pontes, desobstrução de rios, estradas, edificação de escolas públicas, etc., etc.

Poder-se-ia, a título experimental, começar convocando os jovens destinados apenas aos serviços da esfera federal. Numa segunda

etapa, passar-se-ia à convocação desses e mais os destinados à esfera estadual e, finalmente, incluir-se-iam os destinados à esfera municipal. Em outras palavras, começar-se-ia convocando parte de uma classe para, finalmente, convocar uma classe inteira. De resto, a iniciativa seria precedida de forte propaganda, em todos os municípios. O sistema de convocação seria o mesmo já existente nas Forças Armadas, para não se criar novos órgãos. Apenas a Lei teria de ampliar as suas atribuições. O transporte dos convocados, tornado o menor possível, como vimos, por isso que eles deverão, salvo as exceções referidas, prestar serviços nos próprios municípios onde residem, seria, por Lei, gratuito, em todos os serviços de transportes públicos federais e pagaria uma taxa mínima nos particulares. Seria executado mediante requisições dos Prefeitos ou das Juntas de Alistamento Militar.

CONCLUSÃO

O Exmo. Sr. General Dutra, em uma de suas mensagens presidenciais ao Congresso, fez referência a um projeto de criação do Serviço Nacional Obrigatório que estaria tramitando numa das casas do Legislativo. Já há a idéia, portanto. Urge, o quanto antes, dar-lhe execução. O próprio Estado-Maior do Exército prevê que os Serviços Regionais de Recrutamento orientarão a execução do S.N.O., nas respectivas Regiões, o que vem corroborar a idéia do aproveitamento dos órgãos militares já existentes no recrutamento dos jovens que deverão trabalhar no Serviço Civil Obrigatório. É preciso não deixar morrer a idéia, que é de grande interesse nacional. Deixamos aqui rabiscadas apenas algumas idéias do que se poderá fazer.

Julgamos uma injustiça atirar a carga do serviço militar, anualmente, sobre os ombros de u'a minoria, deixando a maioria da classe livre de quaisquer obrigações para com a Pátria. Não. Todos são iguais perante a Lei e aqueles que se não destinam ao serviço militar

devem prestar à Nação serviços pelo menos de natureza civil. Somos um imenso complexo geográfico, onde tudo está por fazer e só poderemos aspirar a uma posição destacada no concerto das nações pelo trabalho pertinaz de nossa população. É um absurdo que o Tesouro público se esvaia, anualmente, para pagar serviços de interesse da coletividade, do povo, enfim, quando parcela apreciável deste, que deveria, por lei, prestar o serviço militar, se outra fôsse a capacidade de incorporação das Forças Armadas, se exime absurdamente de qualquer obrigação, mesmo de natureza civil, sempre mais suave que o serviço militar propriamente. Somos um país de civilização litorânea e com um grande sertão inculto, à espera da iniciativa de seus filhos. Precisamos desenvolver o interior e uma das melhores maneiras de impulsioná-lo é fazer com que os jovens excedentes das necessidades militares trabalhem nele, com o que também se contornará o perigo de deixar uma população mesclada de estrangeiros na orla litorânea, sem prestar nenhum serviço à Pátria, sem se mesclar com os nacionais, sem se dissolver no grande cadinho nacionalizante que é a caserna e que será o serviço civil obrigatório. Sim, porque este deverá ser prestigiado, por todas as formas, pelas autoridades das três esferas governamentais. A "incorporação", ou melhor, a inclusão nos serviços, bem como a "baixa" e entrega de certificados deverão ser realizadas com toda a solenidade por aquelas autoridades.

Ainda agora se anunciam grandes empréstimos ao Brasil, em dólares, para obras públicas. Precisando mais, o governo nacional espera

obter créditos até 500 milhões de dólares para emprêgo no reaparelhamento e ampliação dos serviços públicos e já providenciou a reforma do imposto de renda, de forma a obter a soma de 10 bilhões de cruzeiros, com a qual espera financiar, na parte que cabe à moeda nacional, aqueles reaparelhamento e ampliações. Que melhor oportunidade para se iniciar o Serviço Civil Obrigatório? Aquêles 10 bilhões destinam-se, inclusive, para pagar a mão-de-obra nacional. Porque permitir tão grande sangria ao depauperado organismo econômico nacional, quando centenas de milhares de jovens excedentes do serviço militar aí estão à mão, abarrotando as repartições militares para receberem o ambicionado certificado de reservista de 3ª categoria que lhes dará o direito de informar ao patrão que nada têm com o serviço militar? São Paulo está cheio de filhos de imigrantes cujo único elo com a Pátria é esse pedaço de papel que os exime de quaisquer serviços para com ela. Quando dizemos *exime*, é claro, queremos nos referir ao tempo de paz, pois na guerra, de qualquer modo, terão eles de prestar serviços militares, talvez como maus soldados.

Que venha, pois, e sem tardança, o Serviço Nacional Obrigatório. Será bem-vindo, pois o Brasil já abandonou a sua mentalidade colonial, já adquiriu uma consciência industrial e está pronto para dar um salto que o colocará entre as maiores potências do mundo, posição a que tem direito, queiram ou não, pelo seu tamanho, pela sua riqueza e pelo trabalho de seus filhos, acrescido, agora, se Deus quiser, pela contribuição do Serviço Civil Obrigatório.

CASA CÔRTEZ

Ferragens — Louças — Tintas — Material elétrico e construção em geral

José Côrtes Castro

RUA DA ESTAÇÃO

APIACÁ — ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PONTOS DE VISTA DE ALGUNS... SOBRE ALGUNS PONTOS DE INTERESSE DO EXÉRCITO

Coronel J. H. GARCIA

1 — NOVOS MANUAIS

Não temos acompanhado a literatura militar do Exército americano; dizemos isto porque ainda estamos no início da publicação das traduções de seus manuais de 1945 e lá já estão publicando os de 1951.

Quer dizer que ainda não esquecemos os motores e já aí estão novos motores...

Que consequência disto poderá advir?

Nos manuais que até o presente traduzimos, já houve adaptação de efetivos e de material, porque nem tudo que eles têm nós temos.

Estes últimos, se trazem modificações, estas são correspondentes a novos materiais adotados, cuja vinda para nós pode levar anos.

Entretanto, tão logo surge lá um novo manual, já bate por aqui e nós, ávidos por novidades, as lançamos no mercado cultural...

Perguntamos apenas se não seria o caso de guardarmos estes novos manuais no Estado Maior, mesmo estudá-los neste órgão ou em outro especializado, à sua ordem, e, então, decidir da sua divulgação?

O que poderá advir desta continência ou desta avidez por novidades? — Não é bem esta a pergunta — o que poderá advir desta divulgação incontrolada de novidades que poderão alcançar logo a tropa?

2 — MEIOS AUXILIARES

Particularmente, queremos nos referir à sua utilização na instrução dos soldados, para salientar o perigo do abuso do emprego de determinados deles.

Achamos que sempre que existir na unidade o material de que trata o quadro mural ou filme ou o que for, não se deve empregar substitutos.

Um filme de como se faz um espaldão não substitui o ato de fazer um espaldão em tamanho natural, no próprio terreno.

Vejam bem que dizemos "não substitui"; aceitamo-lo, portanto, como um complemento, isto é, para início de conversa.

Por exemplo, para ensinar o trabalho do G.Q. na aproximação, seria ótimo se dispuséssemos de um filme em que aparecesse este elemento na execução desta operação.

Precisamos considerar os meios auxiliares que podem substituir a ação como uma "faca de dois gumes"; o seu emprego, em substituição aquilo que só se aprende "fazendo", é cômodo, mas é errado e deve ser proibido.

3 — SELEÇÃO DE OFICIAIS

Há muito que ouvimos argumentos contra a nossa lei de promoções, maior responsável pela seleção dos quadros de oficiais; e, somos levados a crer que há razões para isto, uma vez que ultimamente vimos lançando mão de meios excepcionais para desafogar os efetivos, permitindo uma razoável renovação dos quadros; propositalmente não dizemos rejuvenecimento intelectual, porque pensamos que a substituição de um certo número de oficiais por outros pouco mais moços e às vezes até da mesma turma, não é

Na gíria dos quartéis, há o pessoal do Exército do Paraná, do Rio Grande, de S. Paulo, do Norte e do Exército da Capital. Para felicidade dos componentes deste último, há os daqueles Exércitos e para maior felicidade de todos, há os componentes de outros Exércitos, os do Exército de Santiago, de D. Pedrito, de Ponta Porã...

Mas por isto nada justifica que se transfira um camarada que tem o mérito de servir e residir 5, 6 anos em uma destas guarnições, péssimas como ninguém ignora, para outra desta mesma família. Ele vive bem em D. Pedrito, mas não deseja ir para Santiago; a ser transferido, deseja ir para outro

lugar melhor, a fim de se arejar e à própria família, mostrar um bonde elétrico para seus filhos, as praias, o Pão de Açúcar, etc...

Não dizemos que lá por um companheiro servir em um péssimo lugar, vá dar-lhe o direito de vir para o Rio ocupar lugar que o deveser por um camarada capaz de produzir!

Não! Mas há aqui muito lugar que pode ser bem servido sem ser preciso cursos e muita sabedoria.

Eis quanto valem aqueles amigos turistas que, em nome dos deserdados, vão pleitear Quarai em vez de Itaqui, Santiago em vez de S. Luiz, Rosário em vez de D. Pedrito, para nos referirmos somente às guarnições da cavalaria!...

CASA ORLANDO

Tecidos e armarinho em geral — Perfumaria

NOSSA ESPECIALIDADE É BEM SERVIR.

*

Orlando Falsett & Cia.

*

Rua Carolina Méier, 30-A — Méier

ARMAZÉM CACHETA

ANTONIO PEREIRA CAMPOS

Grande sortimento de secos e molhados — Preços baratos — Grande variedade de bebidas nacionais e estrangeiras

APIACA — RUA AUGUSTO CEZARIO N. 49 — ESTADO DO ESPIRITO SANTO

UM IMPORTANTE PROBLEMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ten.-Cel. AROLD RAMOS DE CASTRO

Em prosseguimento ao programa a que nos propuzemos, de focallizar e propor medidas tendentes a amparar moral e materialmente os nossos camaradas que se encontram na Inatividade e, bem assim, as Pensionistas, espôsas e filhas de militares que a morte arrancou do nosso convívio, abordamos, hoje, algo que julgamos merecer o título de um Importante Problema de Assistência Social.

Preliminarmente, porém, desejamos ressaltar que nos sentimos amparados e animados nos nossos propósitos em virtude da acolhida dispensada, até mesmo por revistas militares estrangeiras, ao nosso artigo intitulado "Para Lá Havemos De Ir", publicado recentemente em "A Defesa Nacional" e, especialmente, por parte do nosso distinto camarada e amigo, Tenente-Coronel Antonio Rodrigues Palma, Diretor da Pagadoria de Inativos e Pensionistas.

O Tenente-Coronel Palma, com clareza, acerto e elevado espírito de solidariedade humana e de classe, adotou medidas que vieram beneficiar e facilitar a vida dos nossos camaradas inativos, após longos e árduos anos de serviços prestados ao Exército e à Pátria.

Assim, com o pensamento voltado para a Segurança e o Fortalecimento da Família militar, abordaremos, em continuação, um novo aspecto da Assistência Social no Exército.

Preliminarmente, porém, permita-nos o Exmo. Sr. General Veríssimo, a quem cabe, no momento, a delicada e espinhosa missão de planejar e executar o transcendental e importante problema da

Assistência Social no seio do Exército, que unicamente a título de colaboração ventilemos um assunto, ao nosso vêr, diretamente ligado ao programa da novel organização, em boa hora criada no nosso meio.

Assim, após o intróito que julgamos indispensável fazer, passemos ao assunto. Trata-se de promover medidas capazes de assegurarem aos nossos camaradas Inativos e bem assim as Pensionistas, quando tal se fizer mister, um Apoio Moral e Material capaz de resguardá-los das duras contingências de uma situação de Isolamento, decorrente da falta de parentes que os amparem na velhice ou nos derradeiros anos das suas existências.

É comum termos conhecimento de velhos camaradas e pensionistas que amargam o final das suas existências no isolamento de um quarto de hotel ou de pensão, acompanhados unicamente pelas recordações de entes queridos que já se foram e pela lembrança dos anos de felicidade ou de sacrifícios que pontilharam suas vidas.

Por outro lado, quando abatidos pelas enfermidades e recolhidos aos hospitais, muitas vezes civis, no isolamento aterrorizante dos seus quartos, têm, mais que o físico, o espírito profundamente combalido pelo amargor da solidão, pela ausência de alguém que lhes conforte, com sinceridade e afeição, as horas amargas que atravessam.

Note-se que não desejamos considerar que tudo que aludimos é em consequência da falta de recursos materiais; não, presentemente existem Oficiais Reformados e Inativos que percebem muito além das suas necessidades, uma

vez que vivem Absolutamente Sós. O mesmo entretanto não se passa com grande maioria de Pensionistas, cujos proventos ficam muito aquém das mais elementares necessidades da vida atual.

Após a série de considerações que fizemos podemos sintetizar, dizendo:

a) existem Oficiais Reformados e Inativos que percebem proventos relativamente elevados e que não mais possuem um único parente e, pela sua idade avançada, são alvo da cobiça e dos maus propósitos de pessoas desclassificadas;

b) existem Oficiais Reformados e Inativos que percebem proventos que não lhes permitem enfrentar com dignidade o elevado custo da vida atual;

c) existem Pensionistas, igualmente de idade avançada, sem parentes e conseqüentemente sem apoio moral, mas com proventos suficientes;

d) existem Pensionistas com minguados proventos e que amargam uma dolorosa existência.

Assim, lançamos a nossa proposta para que o Serviço de Assistência Social do Exército estude a possibilidade da organização de uma Instituição destinada a Abrigar e Assistir Social e Maternalmente os nossos camaradas Inativos e as Pensionistas que o necessitarem.

Para tanto, sugerimos que o Serviço de Assistência Social crie um

Círculo de Assistência da Família Militar compreendendo:

a) Serviço de Hospedagem (alimentação, instalação, lavanderia, etc., etc.);

b) Serviço de Assistência Médica e Dentária;

c) Serviço Social (recreação, correio e telégrafos, movimento bancário, etc., etc.);

d) Serviço de Assistência Religiosa.

Os militares Inativos e as Pensionistas que residirem no Círculo de Assistência da Família Militar indenizariam os seus gastos de Hospedagem e de Assistência Médica e Dentária, proporcionalmente aos proventos que percebessem, tudo, de conformidade com as tabelas estabelecidas.

Assim, meus camaradas do Exército, lançamos a idéia e esperamos que ela venha a frutificar em benefício de todos nós, em particular, e pelo conagração da Família Militar.

Nós que ainda estamos no Serviço Ativo e que desfrutamos a confortadora assistência dos entes queridos, não nos esqueçamos daqueles que não têm a felicidade de, na velhice, sentirem o doce acolchoado dos lares e a carinhosa vigilância que necessitam para orientar os seus trôpegos passos.

Façamos pois, agora, por eles, o que talvez necessitemos amanhã e lembremo-nos de que: — Para Lá Havemos De Ir.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Subgerência, 43-1112

Contadoria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

ARMAZEM SÃO SEBASTIAO

SECOS E MOLHADOS — BEBIDAS FINAS — NACIONAIS E ESTRANGEIRAS
RUA DA PRATINHA, 745 — MIMOSO DO SUL — E.E. SANTO

SANTO ANTÔNIO MILITAR NO BRASIL

P. J. BUSATO

Com muito acêrto diz Frei Basílio, no seu livro "Santo Antônio": "Quiseram os nossos antepassados batizar com seu nome (Santo Antônio) localidades, fazendas, fortalezas, rios, serras, lojas, boticas, açougues e até Agências de Correio. Soubemos que existem, no Brasil, 705 Agências denominadas "Santo Antônio", sobressaindo o Estado de Minas com 160. E já não é possível contar os bairros e lugarejos onde se não encontre o nome do excelso Taumaturgo. É um santo verdadeiramente popular".

Por seu turno, muito também lhe deve o Exército do Brasil, por sua ajuda decisiva em momentos críticos da nacionalidade. Soldado e oficial em várias das antigas províncias e mesmo desde o Brasil-Colônia, por Decretos-Reais, mediante petição do povo aos governadores de então, foram sempre vitoriosas as tropas sob a sua proteção.

Foi soldado, Sargento-mór e Tenente-Coronel, na Bahia; Coronel, em São Paulo; Capitão, em Goiás; soldado, no Espírito Santo e na Paraíba; Tenente-Coronel, na Cidade do Rio de Janeiro; Capitão de Cavalaria, em Villa Rica e Tenente de Artilharia, em Pernambuco.

Costumava-se dizer Santo de Lisboa, de Pádua e poder-se-ia dizer também... do Brasil, quase.

O Padre Antônio Vieira proferiu um dos mais famosos discursos, tomando por base o sermão que Santo Antônio fez aos peixes, por não terem querido os herejes ouvi-lo quando de seu regresso de Arimino. Os peixes, então, acorreram em cardumes "in grandissima pace e mansuetudine et ordine", conforme rezam os "Fioretti".

E o Padre Antônio Vieira, aproveitando este tema, pronunciou, em S. Luiz do Maranhão, o seu célebre "Sermão dos Peixes", vituperando os escravizadores dos índios.

Durante a revolta dos Palmares, o Governador de Pernambuco "mandou que se assentasse praça em Santo Antônio e também ele se encaminhasse para o teatro da guerra, a fim de defender as armas reais". Em 1694, caiu finalmente o reduto de Palmares. Em recompensa, devido à sua atuação julgada decisiva, uma Carta régia conferiu ao Santo a patente de Capitão e deu-lhe exercício no forte da Bahia que tem o seu nome.

Em 1710, o Santo recebeu como soldado o seu batismo de fogo, segundo a expressão de um cronista. A cidade do Rio fora invadida pelo Almirante francês Duclerc.

Santo Antônio a protegeu. E, hoje em dia, ainda arde, em sinal de gratidão, durante a noite, a lamparina tradicional, na fachada do Convento de Santo Antônio, no Largo da Carioca.

Interessante é ver o que diz uma Carta régia, na qual confirmava Santo Antônio no seu posto. "Achando-se o povo em grande confusão — diz El-Rei no famoso documento — vendo tão vizinho inimigo tão intrépido, se recorreu também aos Santos, e se mandara, nessa ocasião, sentar praça de Capitão, já tendo de soldado, o glorioso Santo Antônio, mostrando-se nesse conflito desempenhar bem as obrigações do seu posto.

Me pareceu dizer-vos fui servido de aprovar esta Praça que se deu a Santo Antônio de Capitão de In-

fantaria, com declaração que a importância de seus soldos se aplicam para sua festa e ornato de sua Capela, cujos soldos hão de ser os mesmos que se pagam em dinheiro aos mais Capitães".

Com o advento da República, Santo Antônio já não recebe a importância que cabe a um Capitão. Mas, todos os anos, a União Católica dos Militares, mandando celebrar missa no Dia do Soldado, no mesmo Convento, faz a entrega da

importância de 80 cruzeiros ao prior daquela igreja, sita no Largo da Carioca. E quem desempenha esta função é o militar mais graduado que toma parte na cerimônia.

Lembra-me ainda que, certa feita, coube ao General Góis Monteiro cumprir esta formalidade.

Que estas considerações sirvam para glorificar o milagroso Santo "Militar", no dia 13 de junho, data de sua festa!

ARMAZÉM IDEAL

VENDAS POR ATACADO — Secos e Molhados — Estoque permanente de Ferragens em geral — Querosene — BEBIDAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

ASSAD ABIGUENEM

Comerciante e Industrial — Comprador e Exportador em Alta Escala

End. Teleg.: ABIGUENEM — Caixa Postal, 8 — Telefone, 221

RUA BERNARDO HORTA, 313 — CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM — E.E. SANTO

ARMAZÉM SÃO JOSÉ

SEBASTIÃO CHIERICI

SECOS E MOLHADOS — BEBIDAS FINAS — ENTREGAS A DOMICILIO

RUA CAROLINA SILVEIRA S/N. — APIACÁ — MIMOSO DO SUL — E.E. SANTO

A IMPERIAL

Tecidos em geral — Calçados — Armarinho — Chapéus e Perfumarias

JORGE HADDAD

RUA DR. WALTER, S/N

APIACÁ — ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

AUTOMÓVEIS ITAPEMIRIM LTDA.

Rua Siqueira Lima, 23 — End. Telográfico "AUTO" — Caixa Postal, 150
Telefone, 4

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM — ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

USINA SÃO SEBASTIÃO

Máquina de beneficiar Café

Antonio Felix Guimarães

APIACÁ — ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

USINA SANTA ISABEL LTDA.

End. Teleg. "UTABEL" — Caixa Postal, 17

BOM JESUS DE ITABAPOANA — ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Aplicados 654 milhões de cruzeiros nos empréstimos em seis meses

Significação dos documentos oficiais da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro relativos ao 1º semestre de 1952

Como vem fazendo periodicamente, a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro divulgou os documentos oficiais relativos ao primeiro período de 1952, compreendendo o balanço geral em 30 de junho e o demonstrativo de receitas e despesa do exercício semestral.

Numa instituição, como a Caixa Econômica, que vive à base da confiança popular, o depósito é um elemento que aponta a oscilação daquele fator, sem o qual uma casa de crédito está fadada ao insucesso ou à uma vida precária mantida sob o influxo de expedientes, nem sempre aconselháveis.

São as economias populares que propoem a Caixa Econômica os meios de participação na riqueza coletiva, formando o imponente conjunto de capital de que se utilizam todas as classes, para solução de problemas básicos da família e da sociedade.

ECONOMIAS DOMÉSTICAS

Nem todos os depósitos entregues à Caixa Econômica provêm de pequenas reservas domésticas, mas a influência desta contribuição é tão importante que assombra o leitor menos afeito ao progresso sistemático da instituição na conquista de novos depositantes. Ao encerrar-se o balanço do primeiro semestre de 1952, a Caixa Econômica possuía em depósitos 4.734,9 milhões de cruzeiros e na rubrica dos "populares" via-se o total de 5.747,9 milhões. Em números absolutos, estas duas parcelas já impressionam. Mas, o aumento dos depósitos "populares" em seis meses, tem uma significação muito maior: o acréscimo de 228,4 milhões expressa que a Caixa Econômica é a depositária da confiança de mais da metade da população carioca, que ali encontra uma rede de agências espalhadas por quase todos os bairros da cidade, à disposição dos depositantes.

Outras modalidades de depósitos também aparecem com saldos ponderáveis como se vê "escolares" — 11,9 milhões; "especiais" — 74,2 milhões; "limitados" — 407,4 milhões; "prazo fixo" — 95 milhões; "aviso prévio" — 27,4 milhões; "sem limite" — 245,6 milhões; "liquidação" — 9,5 milhões e finalmente "compulsórios" — 115,7 milhões.

TOTAL DE EMPRÉSTIMOS

Se o volume de depósitos exprime a simpatia da população, o empréstimo mostra as diretrizes administrativas da Caixa Econômica que executa no seu campo de atividades, a política traçada pelo Governo Federal. Dependendo das reservas que o povo deposita em seus "guichets", a Caixa Econômica deve manter um justo equilíbrio, em cada exercício semestral, entre o aumento dos depósitos e a majoração dos saldos dos empréstimos. É por isso que, tendo registrado um acréscimo de 149,6 milhões nos depósitos, a instituição elevou os saldos das aplicações de 263,4 milhões, as quais subiram de 3.564,6 milhões em dezembro de 1951

para 3.828 milhões no encerramento do primeiro exercício deste ano.

Vejamos os saldos dos empréstimos: hipotecas — 1.915,7 milhões; consignações — 1.052,7 milhões; garantias simultâneas — 472,3 milhões; penhores — 272,4 milhões; Caixas Econômicas — 66,8 milhões; caução de títulos — 45 milhões e aquisição de títulos — 2,8 milhões.

APLICAÇÕES SEMESTRAIS

Mas a Caixa Econômica não inverteu no semestre apenas a importância de 263,4 milhões — representativa da diferença de saldo das contas de empréstimos nos dois exercícios. O total de aplicação semestral nas diversas modalidades de empréstimos, foi de 654,2 milhões assim distribuídos: consignações — 213 milhões; penhores — 218,1 milhões; hipotecas — 166,8 milhões; Caixa Econômica — 24 milhões; caução de títulos — 20,7 milhões, garantias simultâneas — 104,4 milhões e aquisição de títulos — 1 milhão.

É sintomático que o maior volume de inversões tenha cabido aos empréstimos sob penhores — campo em que a Caixa Econômica opera sem concorrentes, desempenhando missão social da mais alta relevância, tal a de oferecer às classes mais humildes os meios com que enfrentar uma situação imprevisível, sem os onerosos encargos das operações de agiotagem que imperava na cidade antes do fechamento das “casas do prégo”.

Na ordem decrescente seguem-se outras modalidades de empréstimos assistenciais — consignações e hipotecas — ambas características da política administrativa da Caixa Econômica, no sentido de amparar todos os setores da população, proporcionando-lhes os elementos com que resolver problemas de interesses da coletividade.

AUTO MERCANTIL ITAPEMIRIM LIMITADA

Rua 25 de Março Ns. 42/44 — Caixa Postal, 184 — Telefônê, 239

Telegrama “AMIL”

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM — ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS, POR ATACADO E A VAREJO

SALVADOR GONZALEZ RODRIGUES

COMISSÃO, CONSIGNAÇÃO E CONTA PRÓPRIA

Entrepasto Municipal de Gêneros — De frente o Compartimento, 54

Quadra n. 11

TELEFONE, 33-4689 — SÃO PAULO

CASA SIMÃO

DE

SIMÃO ITALIA

CAIXA POSTAL, 17

MIMOSO DO SUL

— ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

BENJAMIM TEBALDI

Lavrador e Industrial

PROPRIETARIO DE MAQUINA DE BENEFICIAR ARROZ E MOINHO DE FUBA
RUA CAROLINA SILVEIRA — APIACA — MIMOSO DO SUL — E.E. SANTO

SEIS ANOS DE ATIVIDADES DO SESI

Criado em 25 de junho de 1946, o Serviço Social da Indústria iniciou suas atividades no dia 3 de julho do mesmo ano. Assim, completou o SESI há pouco, seis anos de trabalhos em todo o País.

O Departamento Regional de São Paulo realizou, durante esse tempo, vasta obra, abrangendo os mais variados setores — assistência médica, odontológica, alimentar, educacional, jurídica, recreativa, etc.

Pelos números abaixo se pode fazer idéia do vulto dessa assistência em prol dos trabalhadores da indústria, transportes, comunicações e pesca.

Total de serviços prestados pelos 9 Ambulatórios e 2 Postos Médicos: 1947, 22.550; 1948, 80.626; 1949, 124.343; 1950, 116.664; 1951, 198.040.

Nos Hospitais, realizou-se durante esse período, o seguinte número de intervenções cirúrgicas: 1948, 846 — 1949, 1.961 — 1950, 1.716 — 1951, 2.025.

Os Ambulatórios e Postos Odontológicos apresentaram o seguinte número de serviços prestados: 1948, 31.478 — 1949, 45.475 — 1950, 63.585 — 1951, 138.876.

Mantém o SESI 7 Cozinhas Distritais, 5 nesta Capital, 1 em Santos e outra em Santo André, que fornecem refeições aos trabalhadores, no próprio local de trabalho, por preço mínimo. O número de refeições servidas foi o seguinte: 1947, 215.000 — 1948, 1.154.606 — 1949, 2.626.128 — 1950, 3.312.139 — 1951, 4.366.790. Em 1952, está o SESI habilitado a fornecer 10 milhões de refeições.

Os Postos de Abastecimento apresentaram o seguinte movimento: 1947, Cr\$ 46.517.664,80 — 1948, Cr\$ 94.339.785,80 — 1949, Cr\$ 128.876.656,50 — 1950, 116.180.931,00 — 1951, Cr\$ 128.636.806,30.

Em fábricas, sindicatos, clubes, operários, paróquias e outros locais frequentados por trabalhadores, o SESI instalou Cursos Populares de Alfabetização e Instrução Complementar destinados aos trabalhadores. A frequência a esses Cursos foi a seguinte: 1947, 1.339,1 — 1948, 2.727,8 — 1949, 3.816,3 — 1950, 5.373,1 — 1951, 7.162,8.

São mantidos ainda, nos mesmos locais, Cursos de Orientação de Leitura, como um complemento aos outros Cursos. Durante esse período, apresentaram esses Cursos a seguinte frequência: 1949, 543,1 — 1950, 1.900,6 — 1951, 4.455,9.

Especialmente destinados às jovens trabalhadoras ou dependentes de trabalhadores, o SESI instalou Cursos de Corte e Costura, cuja frequência foi a seguinte durante esse período: 1949, 820,9 — 1950, 3.583,5 — 1951, 7.593,4.

Com o objetivo de preparar as jovens industriárias para o desempenho de seus deveres domésticos, o SESI instalou Centros de Aprendizagem Doméstico em que funcionam Cursos de Arte Culinária, Educação Doméstica, Artes Domésticas, Mãezinhas. Esses Centros em número de 24, dos quais 6 instalados nesta Capital e 18 no interior, apresentaram o seguinte número de concluintes, desde o início de seu funcionamento: 1948, 365 alunas diplomadas; 1949, 1.427 — 1950, 7.119 — 1951, 15.866.

O Serviço Jurídico presta aos trabalhadores completa assistência jurídica cobrando-lhes apenas os gastos com selos e custas. Eis seu movimento, consultas, processos, etc.: 1948, 4.767 — 1949, 5.906 — 1950, 7.667 — 1951, 9.374.

Biblioteca Ambulante fez os seguintes empréstimos de livros: 1948, 4.140 — 1949, 9.529 — 1950, 17.064 — 1951, 30.585.

Na parte de Recreação e Piscicultura, mantém o SESI programas radiofônicos, teatro operário, competições esportivas — em que se destacam as Olimpíadas Operárias de 1 de maio, das quais participam dezenas de milhares de trabalhadores.

Noticiário de Interesse Militar



O novo fuzil do exército inglês

O exército inglês, como se sabe, teimava em manter em serviço o seu excelente, porém antiquado fuzil Lee-Enfield, de carregador curto e que, com 60 anos de uso, já cumprira a sua missão. Agora, acaba de adotar um novo fuzil de menos peso, mais disparos por minuto e tamanho mais reduzido. Esta nova arma, capaz de atravessar uma chapa de aço a 600 m de distância, foi classificada como "a melhor, em sua classe, que existe na atualidade". Por várias razões, o exército inglês vinha preferindo, até agora, o seguro fuzil Lee-Enfield, de calibre 0.303, que utilizou nas duas guerras mundiais, aos fuzis de carregamento automático usado na maioria dos outros exércitos. Em 1945, a necessidade da substituição se fez mais do que evidente. Após prolongadas investigações, os peritos do Ministério da Guerra recomendaram a adoção de um fuzil de calibre 0.280, em vez de 0.303, pelas seguintes razões: o impacto do seu projétil poderia ser tão grave e preciso como o do seu antecessor; o coice dado pela arma no ombro do soldado seria menor; finalmente o seu volume era menor e o seu peso também menor. Ao cabo de três anos de aperfeiçoamento e exaustivas provas, os peritos britânicos lograram produzir o melhor fuzil do mundo para o exército britânico do futuro. É assombrosamente resistente e mais exato que o Lee-Enfield. Suporta as condições climáticas mais desfavoráveis e o seu manejo é o mais simples possível. Pode disparar 20 tiros sem necessidade de recarregá-lo e possui uma rapidez de fogo 3 ou 4 vezes maior que a do antigo fuzil.

Os Estados Unidos e a sua marinha

O orçamento da marinha de guerra americana foi fixado, para o exercício financeiro de 1951-1952, em 15 bilhões de dólares, 50 % mais que todo o orçamento francês para 1951. Os Estados Unidos dispõem de uma marinha sem paralelo no mundo e a riqueza do seu material pode exprimir-se por estas cifras: a frota consta de mais de 5 mil navios repartidos entre 165 categorias diversas.

Com 103 porta-aviões, 16 couraçados, 77 cruzadores, 360 destroyers, 248 torpedeiros, 184 submarinos e uma aviação naval que compreende 7.512 aparelhos, a marinha americana é, de longe, a primeira do mundo. A própria Inglaterra, por tanto tempo a sua rival nos oceanos, possui 6 vezes menos porta-aviões, 3 vezes menos couraçados, a metade

dos cruzadores e 3 vezes menos destroyers e submarinos que os Estados Unidos. Quanto à aviação naval, os EE.UU. possuem 15 vezes mais aviões que a Inglaterra.

Mas não fica nisso a frota americana. Os planos para a sua modernização abrangem 400 navios e os de novas construções compreendem 270 navios. Entre as novas unidades figuram um porta-aviões gigante de 60 mil toneladas e 317 m de comprimento, 5 destroyers de 3.675 a 6.530 toneladas, ou sejam pequenos cruzadores e um submarino atômico. Algumas dessas novas unidades serão dotadas de rampas para o lançamento de foguetes tipo V-2. A marinha americana dispõe de todos os meios indispensáveis a uma intervenção exterior. Não precisa do Exército porque tem as suas famosas Divisões de Fuzileiros Navais; não necessita da Força Aérea porque ela tem a sua própria Aviação, servida por 103 aeródromos flutuantes que possuem sobre os de terra a vantagem da mobilidade e da autonomia. São fatores de interesse estratégico considerável, pois os porta-aviões podem intervir à primeira ordem graças às suas esquadrilhas, mesmo contra objetivos terrestres afastados. Sem eles, esse objetivos não poderiam ser atacados senão por intermédio de aeródromos avançados em territórios aliados ou do próprio inimigo ou então por meio de bombardeiros pesados operando de muito longe e que teriam de sacrificar um carregamento considerável de bombas em favor do combustível. (*Revue D'Information*)

Os excedentes de armamento dos Estados Unidos apressam o programa de defesa do ocidente

Os grandes excedentes de armamentos e maquinários que os Estados Unidos armazenaram depois da segunda guerra mundial está ajudando as nações livres a apressarem os seus preparativos de defesa.

Entre os meses de março de 1950 e abril de 1951, aquela nação enviou para os países amigos mais de 1.600 tanques e veículos de combate, 750 peças de artilharia de grosso calibre, 6.000 veículos para uso geral, 600 aviões e 50 navios de guerra. A maior parte desse material foi tirado das reservas, as quais incluem, também, armas menores, munições e ferramentas. Todo esse equipamento está tão bem conservado que volta ao serviço ativo em excelentes condições, depois de vários anos de armazenamento.

Por exemplo, a força aérea envolveu a fuselagem, motores, armamentos e hélices de mais de 1.800 enormes bombardeiros B-29 com uma película química impermeável ao ar, destinada a mantê-los em boas condições, durante um período de 5 a 10 anos. As tripulações nada mais têm a fazer que tirar essa película para que os aparelhos fiquem em condições de prestar serviços ativos outra vez. Os peritos informam que alguns deles estão hoje em melhores condições que quando foram armazenados.

Armas infravermelhas

Já durante a II Guerra Mundial os dois lados em luta fizeram uso, ainda que não em grande escala, de um novo meio de luta, as chamadas "Armas Infravermelhas". Estas, que mais que uma arma, são um meio e uma ajuda para os atiradores de armas portáteis, voltaram a aparecer na Coreia, onde estão tendo especial aplicação nas patrulhas de combate noturnas.

A arma infravermelha não é outra coisa que um dispositivo de luz infravermelho (que, como tal, permite ver na obscuridade sem que a pessoa que leva o foco emissor seja vista), a qual, ao acoplar-se a um fuzil ou qualquer outra arma, permite ver o objetivo e realizar pontarias em plena obscuridade ou em zona coberta por névoa.

O equipamento completo consta do foco emissor de luz, de u'a mira que recolhe a imagem descoberta pelos raios, uma vez que esta tenha sido tornada visível por meio de uma válvula (que se chama, por isso, válvula de imagem) e da bateria de alimentação.

83 Generais no Exército

O Presidente da República sancionou a lei que fixa o Quadro de Generais do Exército em tempo de paz. Esse Quadro passa a ser constituído de seis Generais de Exército, vinte e três Generais de Divisão, quarenta e sete Generais de Brigada, um General de Divisão Médico, dois Generais de Brigada Médicos, um General de Divisão Intendente, dois Generais de Brigada Técnicos, um General de Brigada Veterinário.

As promoções para o preenchimento das vagas decorrentes da nova organização far-se-ão progressivamente à medida que forem sendo criados os órgãos e as funções correspondentes.

As funções privativas de Oficiais-Generais, efetivos ou graduados, serão fixadas em decreto, mediante proposta do Ministro da Guerra, até que, em 1953, sejam atingidos os efetivos da lei sancionada.

Energia nuclear em vez de carvão

No caso de a Inglaterra não utilizar as bombas atômicas que atualmente fabrica, para as necessidades de sua defesa, essas bombas poderão ser facilmente desmontadas e transformadas em fonte nuclear, para a construção de centrais geradoras de energia elétrica — declarou Lord Cherwell, consultor científico do governo, falando ante a Câmara dos Lordes.

Lord Cherwell acrescentou que dentro de oito anos, em 1960, a Inglaterra poderá dispor de estações geradoras, utilizando energia nuclear, em lugar de carvão. O orador igualmente precisou o esforço considerável dos cientistas britânicos, para adaptar a energia nuclear a fins pacíficos, e citou os progressos já realizados nesse domínio.

(A.F.P.)

Hidroavião de transporte

A indústria aeronáutica britânica está quase a terminar a construção do novo avião de transporte de 104 toneladas, o "Princess". Este avião gigante que dentro de pouco tempo será entregue à R.A.F. pode transportar 200 homens a uma distância de 5.600 quilômetros, sem escala. É acionado por 10 motores de reação e durante um ano será capaz de realizar o que hoje levam a cabo três navios de transporte normais.

Submarino atômico

O Presidente Truman revelou que os Estados Unidos já têm quase concluído um motor para submarino atômico, cujo custo será de 40 milhões de dólares.

Acrescentou que esse motor breve estará pronto para ser submetido a provas. Juntamente com o tom otimista sobre a energia atômica neste país, o Presidente advertiu que constitui grande perigo pretender economizar com estreito critério nos fundos destinados à defesa, e, sem mencionar nomes, criticou o General Eisenhower por haver falado da possibilidade de reduzir os impostos em 40 milhões de dólares, e também o Senador Robert Taft, que luta tenazmente para reduzir os gastos do governo e os impostos atuais.

O Presidente Truman fez tais declarações no decorrer de um discurso, quando os operários do arsenal local colocavam a quilha do "Nautilus", que será o primeiro submarino do mundo movido por motor atômico. Foi esta a segunda vez em 24 horas que Truman censurou opiniões expressas por Eisenhower e Taft. Truman declarou que a energia atômica moverá o "Nautilus" sob a superfície do mar a uma velocidade sem precedentes e afirmou que dentro em breve o motor será submetido às primeiras experiências em terra, enquanto progride a construção do submersível que o receberá. Acrescentou que o submarino poderá percorrer milhares de milhas à grande velocidade, sem necessidade de subir à tona, e utilizando unicamente como combustível umas poucas libras de urânio.

Disse mais o primeiro mandatário que o motor do "Nautilus" terá um efeito tão revolucionário nas armadas do mundo inteiro como o caso do primeiro navio a vapor que cruzou o Oceano, há 102 anos. Truman falou de uma plataforma colocada sobre um dique seco, onde será construído o "Nautilus", salientando a importância que tem a energia atômica no potencial defensivo dos Estados Unidos.

Acrescentou o Presidente, entretanto, que o progresso atômico é muito dispendioso, e frisou que todos os programas de defesa são caros.

"O melhor que podemos fazer — disse — é encarar a realidade. Creio que os esforços que se levam a efeito para fazer crer ao povo norte-americano que se pode fazer economias, tal como se faz com as vitrines, onde se expõem artigos à venda a preços reduzidos, são particularmente perigosos, quando se trata da segurança nacional". (U.P.)

Helicóptero de bolso

O Exército americano estuda a possibilidade de pôr em serviço um helicóptero "de Bolso" que poderia ser lançado de bordo de um avião, com dois homens, atingido a terra em menos de 20 minutos. Deverá pesar menos de 150 quilos e medir cerca de 2 metros de altura. Será capaz de desenvolver a velocidade de 120 quilômetros horários, permanecendo no ar durante uma hora e meia. O novo helicóptero seria utilizado para observação aérea, evacuação de feridos e abastecimento, em material leve, de tropas terrestres.

Renda mundial

A América do Norte, com menos de 1/10 da população total do mundo, produz quase 45 % de sua renda, segundo um estudo das Nações Unidas. A Ásia, com mais de metade dessa população, produz apenas 10 % da renda total.

Em termos de dólar, o relatório da ONU mostra que as rendas per capita dos tesouros, por área continental, são as seguintes: América do Norte, US\$1.100; Oceania, inclusive a Austrália e a Nova-Zelândia, US\$560; Europa, US\$380; União-Soviética, US\$310; América do Sul, US\$170; África, US\$75; e Ásia, US\$50.

Benzina de óleo de xisto

Benzina, importante produto químico na manufatura de borracha sintética, pode ser obtida, em grandes quantidades, do xisto que agora produz gasolina e óleo para aquecimento. Além desse, outros produtos são extraídos: solventes, asfalto, alcatrão, cêra, etc.

É a benzina um dos produtos estratégicos em mais falta agora. Durante 1950, este país empregou cerca de 730 milhões de litros. Conquanto a maior parte tenha sido destinada à borracha, muito se empregou no fenol sintético, destinado aos plásticos, anilinas, nylon, DDT, gasolina de aviação, etc. A atual produção é insuficiente.

(Science News Letter)

ATOS OFICIAIS

**Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra,
publicados no mês de julho de 1952**

CONCESSÃO DE PASSAGENS PARA PRAÇAS LICENCIADAS DO SERVIÇO ATIVO

AVISO N. 443 — EM 30-VI-1952

Tendo em vista a consulta realizada pelo Comandante da 7ª R.M., sobre a concessão de passagens para praças licenciadas do serviço ativo e expressa nos termos abaixo:

"Face art. 210, Lei n. 1.316 de 1951 (C.V.V.M.), combinadamente artigos 31 e 34, Código Civil Brasileiro vg este Comando consulta V. Excia. se praças licenciadas maiores vinte e um anos ou menores vg quando comprovarem mudança domicílio daqueles de quem dependem vg têm direito passagem qualquer lugar Território Nacional onde declararam residir ocasião licenciamento pt"

a) o art. 210 da Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951, refere-se à passagem de regresso à localidade onde declarar residir, sem especificar o momento da declaração de residência, momento este que pode ser entendido como o da incorporação pois toda praça deve ter na unidade em que serve a sua residência anotada;

b) com a convocação assume o Exército o compromisso de fornecer passagem de regresso ao reservista ou desincorporado para a região de onde foi retirado para a prestação do serviço militar e tão somente esta obrigação;

c) o Exército tem como dever não contribuir para facilitar a migração de certas regiões com os

evidentes prejuízos que isto acarreta;

d) não se pode onerar o Estado com despesas não previstas e decorrentes da vontade própria do cidadão ou de seus genitores, de realizar mudanças de domicílio.

Declaro:

A passagem de regresso deve ser fornecida tão somente para a região onde se acha o domicílio do cidadão ou seus genitores, de acordo com a declaração realizada na incorporação. — *Cyrol Espirito Santo Cardoso.*

("Diário Oficial" de 2-VII-1952.)

* *

DESCONTO EM FOLHAS

AVISO N. 444 — EM 1-VII-1952

Autorizo o desconto em folhas de acordo com o inciso II, letra g), do art. 334, da Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951, a favor das Associações de classe seguintes:

a) União Beneficente dos Subtenentes e Sargentos de Mato Grosso;

b) Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército. — *Cyrol Espirito Santo Cardoso.*

* *

AJUSTES OU ACÓRDOS NEGADOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

AVISO N. 445 — EM 1-VII-1952

Em face do que estabelecem o § 3º do art. 77 da Constituição Federal e os arts. 56 e 57 da Lei número 820, de 23 de setembro de

1949, recomendo às Unidades Administrativas que tiverem registros de contratos, ajustes ou acordos negados pelo Tribunal de Contas da União, encaminharem ao meu Gabinete, logo após tomarem conhecimento da decisão daquele Tribunal, os elementos que permitam a este Ministério recorrer em etempo hábil, da mesma decisão. — *Cyrol Espirito Santo Cardoso*.

MATRICULA NA ESCOLA DE ESTADO-MAIOR

AVISO N. 447 — EM 1-VII-952

Atendendo às razões apresentadas pelo Estado-Maior do Exército em seu Ofício n. 486-C, de 25 de junho de 1952, resolvo:

1 — estender aos oficiais combatentes que se candidatarem no corrente ano (1952) ao concurso de admissão à Escola de Estado-Maior, o disposto no Avio n. 372, da 4 de junho de 1952;

2 — marcar como referência para o cálculo da idade do requerente a data de 31 de dezembro de 1952;

3 — dilatar, no corrente ano, até 30 dias após a publicação deste Aviso, o prazo de entrega dos requerimentos de inscrição no Estado-Maior do Exército. — Gen. *Cyrol Espirito Santo Cardoso*, Ministro da Guerra.

("Diário Oficial" de 2-VII-952.)

CONVOCADOS QUE COMPROVAREM COM A ANTECEDENCIA NECESSARIA A SUA SITUACAO DE ARRIMO

AVISO N. 443 — EM 3-VI-952

Considerando que, não obstante a grande publicidade que tem sido dada em tórno da inclusão no excesso de contingente dos convocados que comprovarem com a antecedência necessária, a sua situação de arrimo de família, muitos têm sido incorporados às fileiras do Exército, o que tem acarretado constantes recursos ao Ministro da Guerra sob

a alegação do desconhecimento dessas disposições, determino que:

— os Órgãos Alistadores ao fornecerem o Certificado de Alistamento entreguem, juntamente com este, um avulso com todos os elementos necessários à comprovação da situação de arrimo de família, na forma estabelecida pelo art. 124 do Decreto n. 15.934, de 22 de janeiro de 1923, de modo a proporcionar aos interessados, em tempo útil, as providências que se tornarem mister para a respectiva inclusão no excesso de contingente anual. — *Cyrol Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 2-VII-952.)

REVOGA DISPOSIÇÕES DO REGULAMENTO DAS FORTIFICAÇÕES

DECRETO N. 31.061 — DE 2-VII-952

Revoga disposições do Regulamento das Fortificações Costeiras, aprovado pelo Decreto n. 26.959, de 27 de julho de 1949

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1°. Ficam revogadas as disposições constantes do art. 35 e respectivos parágrafos, do Regulamento das Fortificações Costeiras, aprovado pelo Decreto n. 26.959, de 27 de julho de 1949.

Art. 2°. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de julho de 1952, 131° da Independência e 64° da República.

GETÚLIO VARGAS.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

("Diário Oficial" de 4-VII-952.)

IDA DE MILITARES DO EXERCITO AOS ESTADOS UNIDOS DA AMERICA, A FIM DE SE SUBMETEREM A TRATAMENTO MEDICO ESPECIALIZADO

AVISO N. 454-DIF — EM 5-VII-952

A falta de normas ou Instruções que regulem a ida da militares do

Exército aos Estados Unidos da América, a fim de se submeterem a tratamento médico especializado, ocasiona múltiplas dificuldades sempre que um militar necessita daquele recurso extremo. Para dirimir essas dificuldades, determino:

1) Os militares que, estando amparados pela legislação em vigor, tiverem direito à assistência do Estado e solicitarem tratamento médico especializado, serão encaminhados à Diretoria de Saúde para fins de "inspeção de saúde de controle".

2) A Diretoria de Saúde mandará inspecionar o solicitante por uma Junta Militar de Saúde Especial.

3) Do parecer da Junta Militar de Saúde Especial deverá constar sempre:

a) enquadramento do inspecionando na legislação referente aos documentos sanitários de origem;
b) natureza da lesão ou da doença;

c) necessidade ou não de tratamento médico especializado nos Estados Unidos da América;

d) clínica especializada para onde deva ser encaminhado o inspecionando;

e) tempo de duração do tratamento, aproximadamente.

4) O encaminhamento dos solicitantes à Diretoria de Saúde será feito pelo Gabinete do Ministro.

— *Cyrol Espirito Santo Cardoso.*

("Diário Oficial" de 7-VII-1952.)

* *

PROPOSTAS DE INSTRUTORES E MONITORES PARA OS DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

AVISO N. 456-DIB — EM 5-VII-1952

1. Aprovando as sugestões apresentadas pela Diretoria do Pessoal, constantes do Ofício n. 413, de 21 de maio de 1952, resolvo alterar a letra d) do Aviso n. 762, de 21 de junho de 1946, que passa ter a seguinte redação:

"d) As propostas de instrutores e monitores para os

diversos Estabelecimento de Ensino do Exército só deverão ser encaminhadas ao Gabinete Ministerial, quando estiverem de acordo com a legislação em vigor".

2. Ficam revogados todos os atos ministeriais que venham contrariar o presente Aviso. — *Cyrol Espirito Santo Cardoso.*

("Diário Oficial" de 8-VII-1952.)

* *

CRIA A "INSIGNIA-DISTINTIVO" DE MINISTRO DA GUERRA

DECRETO N. 31.153 — DE 18-VII-1952

Cria a "insignia-distintivo" de Ministro da Guerra

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n. I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica criada a "insignia-distintivo" de Ministro da Guerra, composta de dois pares de ramos de carvalho com frutos em forma de V e encimados pelo símbolo do Exército, de acordo com o modelo que acompanha este Decreto.

Art. 2º. A referida "insignia-distintivo" será usada pelo oficial da ativa, da reserva de 1ª classe ou reformado do Exército, nomeado para o cargo de Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, quando fardado, em substituição à insignia de seu posto.

Art. 3º. A "insignia-distintivo" de Ministro da Guerra obedecerá às mesmas normas e condições de confecção e uso estabelecido no Plano de Uniformes do Pessoal do Exército para as insignias de posto dos oficiais-generais.

Art. 4º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1952, 131ª da Independência e 64ª da República.

GETÚLIO VARGAS.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

("Diário Oficial" de 19-VII-1952.)

FIXA HORÁRIO DE TRABALHO PARA EXECUÇÃO NO EXÉRCITO

AVISO N. 513 — SEC. EXP. — EM
23-VII-952

As necessidades da Administração do Exército, em todos os escalões, vêm aumentando consideravelmente, de ano para ano, exigindo dos seus servidores um maior esforço no sentido de proporcionar, à mesma, maior eficiência e capacidade realizadora.

A falta de uniformidade de horário do expediente dos diferentes órgãos, Repartições e Serviços deste Ministério, têm sido grandemente prejudicial à boa marcha do serviço.

Além disso, o horário de 5 horas de trabalho adotado na maioria das Repartições não atende aos interesses da Administração e contraria as exigências estabelecidas pelos artigos 4º e 6º e seu § 1º, do Decreto n. 26.299, de 31 de janeiro de 1949, no que tange aos servidores civis lotados nas mesmas.

A fim de sanar essa irregularidade e resguardar os altos interesses da Administração do Exército, atendendo melhor às suas necessidades determino a todos os Órgãos, Departamentos, Diretorias, Serviços e Tropa, a fiel observância do que prescrevem, para os militares, os arts. 191 e 192 do R.I.S.G., e, para os civis, os arts. 4º e 6º e seu § 1º, do Decreto n. 26.299, de 31 de janeiro de 1949, e que seja adotado, imediatamente, neste Ministério, o seguinte horário de trabalho:

a) Repartições:

— 2ª, 3ª, 4ª e 6ª feiras — 11,30 às 17,30 horas.

— 5ª feiras e sábados — 7,30 às 12 horas.

b) Estabelecimentos Fabris, Comerciais e Parques:

— 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª feiras — 7 às 16,45 horas, com intervalo para almoço.

— Sábados — livre.

c) Estabelecimentos de Ensino:

— Horário estabelecido pelos respectivos Diretores, de modo a aten-

der o cumprimento integral dos programas estabelecidos, inclusive estudos.

d) *Corpos de tropa:*

— Horário fixado pelos Comandantes de Região de forma a atender às necessidades da administração e instrução da tropa. — *Cyrol Espirito Santo Cardoso.*

("Diário Oficial" de 24-VII-952.)

* * *

AVISO N. 523 — EM 25-VII-952

Atendendo a que as despesas à conta das dotações orçamentárias e demais rubricas constantes do Balancete de Prestações de Contas devem ser feitas de acordo com as Instruções aprovadas pela Portaria n. 155, de 23 de setembro de 1948 dou por bem recomendado o exato cumprimento daquelas Instruções, cujos artigos 23 e 27 do Capítulo V devem ser rigorosamente observados em todas as aquisições, alienações, recuperações de material e prestações de serviços. — *Cyrol Espirito Santo Cardoso.*

("Diário Oficial" de 26-VII-952.)

* * *

DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

AVISO N. 44-C.O. — EM 23-VII-952

Ao Exmo. Sr. General Diretor Geral de Intendência do Exército, por intermédio da Diretoria de Finanças:

Declaro a Vossa Excelência que, de acordo com a Lei n. 601, de 28 de dezembro de 1948, concedo ao Exmo. Sr. General Agente Diretor do Q.G. da 1ª Região Militar, à conta da Verba 4 — Obras, Equipamentos e Aquisição de Imóveis — Consignação V — Desapropriação e Aquisição de Imóveis — S/c. 10-04-27 — Prosseguimento e conclusão da desapropriação e aquisição de imóveis — do Orçamento Analítico deste Ministério, para o corrente exercício, a importância de Cr\$ 320.000,00 para indenização de

oito casas de propriedade atribuída a Alexandre Pustilnik, situadas nas proximidades do Hospital de Convalescentes de Itatiaia no Estado do Rio de Janeiro, desapropriação declarada de utilidade pública pelo Decreto n. 30.877 de 19 de maio de 1952.

Dita quantia será entregue de uma só vez, pelo E. F. da 1ª R. M. — *Cyrol Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 29-VII-1952.)

* *

QUANTITATIVOS PARA ILUMINAÇÃO, FORÇA MOTRIZ E GÁS

AVISO N. 45-C.O. — EM 22-VII-1952

Ao Exmo. Sr. Secretário Geral do Ministério da Guerra:

1. As unidades administrativas contempladas com quantitativos para iluminação, força motriz e gás — S/c. 04-01-04 — da Verba 1 — e para telefone etc. — S/c. 14-01-04 — da Verba 3 — julgados deficientes, façam seus pedidos de reforço com a maior brevidade, observando-se as normas estabelecidas pelo Aviso n. 640-C.O., de 21 de agosto de 1945, (Folheto Orçamentário vigente página 95).

2. Deverão ser tomadas consequentemente, pelos órgãos competentes, as necessárias providências. — *Cyrol Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 29-VII-1952.)

* *

PRODUTO DA ALIENAÇÃO DE VIATURAS AUTOMÓVEIS

AVISO N. 529 — EM 30-VII-1952

Tendo em vista que o Aviso número 81, de 3 de fevereiro de 1950, determinando o recolhimento à Diretoria de Motomecanização do produto da alienação de viaturas automóveis, colide com o art. 12 do Decreto n. 22.139, de 25 de novembro de 1952, em pleno vigor, torno

insubsistente o referido Aviso e recomendo às organizações militares o rigoroso cumprimento dos arts. 74, § 2º, e 35, n. 26, do R-3. — Gen. *Cyrol Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 31-VII-1952.)

* *

AQUISIÇÕES A PRAZO

AVISO N. 530 — EM 30-VII-1952

1. A fim de facilitar as aquisições a prazo, fica o Estabelecimento Comercial de Material de Intendência autorizado a abrir crédito e atender aos oficiais, subtenentes, sargentos e suas famílias, mediante entrega ou remessa àquele Estabelecimento dos seguintes documentos:

a) requerimento a Unidade do interessado, quanto a averbação;

b) declaração de que os vencimentos ou proventos comportam o desconto solicitado no requerimento de averbação, e do máximo que pode descontar, válida por oito dias, durante os quais nenhuma outra averbação deverá ser pedida ou feita.

2. O documento da letra a) deverá ser encaminhado à Unidade do interessado. A restituição ao E. Com. M. I., depois de averbado, deverá ser providenciada dentro do prazo máximo de quinze dias.

3. Com a indispensável autorização, a família do militar, devidamente credenciada com a caderneta de identidade fornecida pelo Serviço de Identificação do Exército, poderá dar quitação nas respectivas faturas ou notas de fornecimento.

4. Cabe ao E. Com. M. I. exigir, para as necessárias anotações, a apresentação dos documentos mencionados no item 3 acima.

Gen. *Cyrol Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 31-VII-1952.)

INTEGRAR A PORTARIA N. 196, DE 6-XII-948, NO ESPÍRITO DO DECRETO-LEI N. 7.638

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, a fim de integrar a Portaria n. 196, de 6-XII-948, no espírito do Decreto-lei n. 7.638, de 12-VI-945 e de acordo com o Parecer n. 125-T, de 9 de abril de 1952, do Senhor Consultor Geral da República, resolve alterar o artigo 3º da citada Portaria, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º. Quando pai e mãe tiverem condição de servidor público ou de inativo, e viverem em comum, o salário-família será concedido indiferentemente a um ou outro.

§ 1º. No caso do presente artigo, o militar deverá juntar aos documentos de habilitação, prova de que a esposa não percebe o benefício, em relação ao mesmo dependente.

("Diário Oficial" de 31-VII-952.)

DIÁRIAS QUE DEVEM SER PAGAS AOS MÉDICOS CIVIS QUE INTEGRAM JUNTAS MILITARES DE SAÚDE

AVISO N. 531 — EM 30-VII-952.

Consulta o Chefe do Estado-Maior da 9ª Região Militar, em rádio n. 34-Tes., de 3-XII-951, sobre o valor das diárias que devem ser pagas aos médicos civis que integram Juntas Militares de Saúde.

Em solução, de acordo com os pareceres da Diretoria de Saúde do Exército e da Comissão Interministerial Interpretativa do C. V. V. M., tendo em vista o custo atual das utilidades, resolve:

— fixar em Cr\$ 163,00 (cento e sessenta e três cruzeiros) e Cr\$... 244,00 (duzentos e quarenta e quatro cruzeiros), respectivamente, o valor das diárias de que trata o Aviso n. 579, de 16 de maio de 1946.

Gen. Cyro Espírito Santo Cardoso.

("Diário Oficial" de 31-VII-952.)

ALTINO FIGUEIRÊDO ALVES

FABRICA DE MÓVEIS

Esquadrias, Carrocerias, Cadeiras, Móveis em geral, etc.

RUA DA SERRA, 298

MIMOSO DO SUL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

FARMÁCIA SÃO PEDRO

Farmacêutico **OSWALDO BARRETO**

APIACÁ — ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PADARIA STO. ANTÔNIO

GRANDE SORTIMENTO DE BISCOITOS, PAES E ROSCAS

Pão quente a toda hora

ANTONIO RESENDE DA SILVEIRA

RUA JOSÉ MONTEIRO S/N. — APIACÁ — E. ESPÍRITO SANTO

IMPORTADORA ANTO-MAQUINAS DE CASTELO LTDA

Caixa Postal, 19 — End. Teleg. "Importadora"

MATRIZ: RUA ANTÔNIO MACHADO, 15 — CASTELO — E. SANTO

FILIAL: RUA BERNARDO HORTA, 143 — CACH. DE ITAPEMIRIM

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Sr. M. Paulo Filho.
Brigadeiro Nunes da Silva, do Exército português.
Brigadeiro Lysias A. Rodrigues.
General Juarez Távora.
Cel. A. Fialho.
Cel. J. H. Garcia.
Cel. Newton F. do Nascimento.
Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro.
Major Cesar Neves.
Major Floriano Möller.
Major Heráclides Nelson.
Major Luis Wiedemann.
Cap. Estevam Meireles.
Cap. Luiz Alberto de Freitas.
Cap. Nazareno Fortes de Brito.
Cap. Paulo Miranda Leal.
Cap. J. Busato.



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.
IMPrensa MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1952